

# Revista Militar



## **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE COMBATENTES CONFERÊNCIA**

**“A PRESENÇA PORTUGUESA EM ÁFRICA”**

Parcerias

**Revista Militar**

**Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional**

---

Fundada em 1848    2ª Época 1905  
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

II Século – 64º Volume – N.º 1  
Suplemento ao N.º 2520 – Janeiro de 2012

---

**Comissão Executiva do  
XVIII Encontro Nacional de Combatentes**

**CONFERÊNCIA**

**“A PRESENÇA PORTUGUESA EM ÁFRICA”**

9 de junho 2011

Parcerias

**Revista Militar**

**Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional**

[www.revistamilitar.pt](http://www.revistamilitar.pt)

*Suplemento electrónico à “Revista Militar”, n.º 2520*

**Lisboa**

# REVISTA MILITAR

## CONFERÊNCIA “A PRESENÇA PORTUGUESA EM ÁFRICA”

<b>Objectivos e Programa</b>	4
<b>Sessão de Abertura – Intervenções</b>	
Tenente-general PilAv José Armando Vizela Cardoso (Comissão Executiva do XVIII Encontro Nacional de Combatentes)	6
Dr. <sup>a</sup> Isabel Maria Meireles (Presidente da Direcção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional)	9
General Gabriel Augusto do Espírito Santo (Presidente da Direcção da Revista Militar)	11
Prof. Doutor Adriano Moreira (Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências de Lisboa)	13
<b>Comunicações</b>	
I Painel A estratégia de ocupação e o encontro civilizacional Coordenador: Almirante Nuno Vieira Matias	
<i>Elementos históricos sobre as migrações africanas nos territórios do Ultramar Português.</i> Prof. Doutor José Carlos Oliveira	18
II Painel A evolução da situação desde as vésperas do século XX Coordenador: Tenente-general António de Jesus Bispo	
<i>Portugal e a Conferência de Berlim.</i> Tenente-Coronel José Brandão Ferreira	36
<i>Mudança Ideológica e Crise Imperial.</i> Prof. Doutor Jaime Nogueira Pinto	53
<i>“Para Angola, depressa e em força” – a decisão certa, a guerra errada.</i> Prof. Doutor António José Telo	62
<b>Encerramento – Considerações Finais</b> Tenente-general António de Jesus Bispo	83

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

## **CONFERÊNCIA “A PRESENÇA PORTUGUESA EM ÁFRICA”**

Foram verdadeiros heróis os civis que, isolados ou em conjunto com os militares, em condições extraordinárias, exerceram esforçadamente a função militar que o interesse nacional exigia, em defesa da Pátria, e que marcaram as fronteiras que os novos países emergentes da descolonização vieram posteriormente a adoptar. A Nação tem para com estes heróis anónimos uma dívida de gratidão.

Em 2011, a Comissão Executiva do XVIII Encontro Nacional de Combatentes entendeu alargar a mais um dia o seu Encontro Nacional no Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, promovendo a realização de uma Conferência, em parceria com a Revista Militar e a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, no dia 9 de Junho, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, subordinada ao tema “A PRESENÇA PORTUGUESA EM ÁFRICA”.

### **Objectivos da Conferência**

A Conferência teve por objectivos:

- Reavivar a memória histórica nacional, particularmente no que concerne à experiência africana;
- Prestar homenagem a todos os portugueses que, ao longo dos tempos e em condições de extrema dificuldade, se sacrificaram por promover a condição humana, o desenvolvimento e a autoridade do Estado, na então África Portuguesa;
- Procurar sublinhar os encontros civilizacionais realmente ocorridos, a par dos processos de conquista semelhantes a tantos outros ocorridos em todo o Mundo ao longo da História;
- Recordar aquilo que Portugal deu a África e aquilo que África deu a Portugal, durante os quinhentos anos de ocupação portuguesa, pondo de parte preconceitos ideológicos ou políticos que muitas vezes obscurecem a realidade dos factos.

- 10H00 – Sessão de Abertura  
– Prof. Doutor Adriano Moreira  
– General Gabriel Augusto do Espírito Santo  
– Dr.<sup>a</sup> Isabel Meireles  
– Tenente-general PilAv José Armando Vizela Cardoso
- 10H45 – I Painel (Coordenador: Almirante Nuno Vieira Matias)  
**A estratégia de ocupação e o encontro civilizacional**
- Tema 1 – Prof. Doutor Rui Ramos  
*Linhas de força da ocupação de posições em África pelos portugueses, na perspectiva estratégica e do desenvolvimento económico e humano, desde o século XVI ao fim da década de cinquenta do século XX, Conceito de espaço de interesse, face ao ambiente físico, social e político e às capacidades reais.*
- Tema 2 – Prof. Doutor José Carlos Oliveira  
*Elementos históricos sobre as migrações africanas nos territórios do Ultramar Português.*
- 12H00 – Intervalo
- 12H10 Tema 3 – Prof. Doutor João Baptista Pereira Neto  
*Exemplos da interacção cultural. Relações dos portugueses com outros povos em África. Encontros civilizacionais.*
- Debate
- 13H10 – Intervalo
- 14H30 – II Painel (Coordenador: Tenente-general António de Jesus Bispo)  
**A evolução da situação desde as vésperas do século XX**
- Tema 4 – Tenente-coronel João José Brandão Ferreira  
*Portugal e a Conferência de Berlim.*
- Tema 5 – Prof. Doutor Jaime Nogueira Pinto  
*Mudança Ideológica e Crise Imperial.*
- 15H50 – Intervalo
- 16H00 Tema 6 – Prof. Doutor António José Telo  
*"Para Angola, depressa e em força" – A decisão certa, a guerra errada.*
- Debate e Conclusões
- 17H00 Considerações finais – Tenente-general PilAv António de Jesus Bispo.

## Sessão de Abertura

### Intervenções

**Tenente-general PilAv José Armando Vizela Cardoso** (Comissão Executiva do XVIII Encontro Nacional de Combatentes)

*Minhas Senhoras, Meus Senhores,  
Ilustres Convidados e Prezados Combatentes.*

*A todos vós dirijo o meu profundo reconhecimento por nos distinguirem com a vossa presença neste “forum”, onde se pretende reavivar a memória duma parte importante da história de Portugal.*

*Com estas palavras simples, como é apanágio da vivência militar, e que por isso são prelúdio deste importante evento, dou início formal ao programa do 18º Encontro Nacional de Combatentes, a levar a cabo neste ano de 2011.*

*Por coincidência, também neste ano se completam 50 anos sobre a eclosão da Guerra no Ultramar português, que o nosso pequeno país e a nossa geração, teve de enfrentar durante catorze longos anos.*

*Uma guerra desenrolada nos Teatros de Operações de Angola, Guiné e Moçambique separados entre si e do território de Portugal, onde se assegurava a sustentação logística de retaguarda, por grandes distancias de milhares de quilómetros.*

*Uma guerra onde este país de poucos recursos, tentou resistir à ânsia imperialista, das superpotências que vigoravam na década de sessenta e que forjaram correntes “independentistas” para conseguirem profícuas vantagens, no domínio geoestratégico e geopolítico.*

*Mas não é a história dessa guerra, que estou certo, terá um dia uma descrição isenta e expurgada de crenças e de ideologias, que a verdade histórica e a memória dos que nela tombaram para sempre exigem aos historiadores ilustres e dignos, que hoje aqui vamos debater!*

*A ousada decisão de incluir no Programa do 18º Encontro Nacional de Combatentes, uma conferência dedicada ao vasto tema sobre a “Presença portuguesa em África”, desde o princípio da expansão ultramarina portuguesa, no século XV, até ao início da Guerra do Ultramar em 1961, visa atingir dois importantes objectivos:*

*Ø O primeiro, será o de “desmistificar” aquilo que tem sido propalado por gente de correntes de pensamento nada isenta nas suas convicções, mas que têm tido campo aberto no domínio da divulgação e no acesso aos meios de comunicação, e com isto, têm conseguido convencer as gerações de agora, a quem a nova escola da ignorância vem escondendo a história de Portugal, que os portugueses tiveram, mais de quinhentos anos em África, ocupando territórios de Nações de gente indígena, o que de facto, como aqui vai ser provado pela verdade histórica, não corresponde à realidade.*

*Ø O segundo objectivo, é o de proporcionar aos combatentes, que participaram em missões na Guerra do Ultramar e que por isso têm sido inúmeras vezes acusados de soldados colonialistas, a verdade dos factos históricos, que certamente lhes irá proporcionar a serenidade da sua consciência, de quem cumpriu bem, o seu dever para com a sua Pátria.*

*Como presidente da Comissão Executiva para a organização deste 18º Encontro Nacional de Combatentes sinto-me reconfortado pelo sentimento de que esta conferência vem repor a verdade sobre a obra que os portugueses fizeram nos mais de quinhentos anos de presença no continente africano, e as suas conclusões, estou certo, permitir-nos-ão encontrar argumentos para rebater as acusações injuriosas que têm recaído sobre quem combateu nas campanhas de África, vindas da parte de quem não sabe o que é servir abnegadamente pelo respeito devido àqueles que, no campo da honra, iam tombando ao nosso lado, nem tão pouco conhece que um Homem de palavra não pode renegar o que jurou, perante a Bandeira Nacional, quando formalmente se tornou soldado.*

*Creio que neste dia em que celebramos o Combatente, seria difícil arranjar uma mais-valia melhor, para todos os que gozam de tão distinto estatuto!*

*Mas esta conferência, que traz até nós o conhecimento sobre este aliciante tema, não teria sido possível sem o esforço e a dedicação de algumas personalidades a quem me cumpre agradecer reconhecidamente pela excelsa colaboração que nos dedicaram, na preparação deste evento.*

*Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Adriano Moreira.*

*Sendo do conhecimento de todos nós as inúmeras solicitações que são dirigidas de modo contínuo a Vossa Excelência, cumpre-me enaltecer e agradecer a maneira espontânea, como logo aceitou o nosso convite para presidir a este evento emprestando-lhe a dignidade que ele merece, mas que só a presença do Senhor Professor, reconhecido por todos nós, como ilustre mestre da cultura e do direito, e distinto político, pode assegurar.*

*Ao Senhor General Gabriel Espírito Santo, mui Digno Diretor da Revista Militar, agradeço também a disponibilidade de Vossa Excelência para fazer parte desta distinta mesa e o empenho com que se associou a esta iniciativa e que sei que irá ter para assegurar a divulgação oportuna, dos trabalhos e das respectivas conclusões, que vão ser apresentados neste “forum”.*

*Excelentíssima Senhora Dr.<sup>a</sup> Isabel Meireles, mui digna Presidente da Associação de Auditores de Defesa Nacional!*

*Muito me apraz realçar que Vossa Excelência representa uma elite de personalidades que ao frequentarem o curso de Defesa Nacional, ficam sensibilizadas para atender a um conjunto de conceitos essenciais de importância estratégica para a sobrevivência e salvaguarda de Portugal, e para a busca da verdade sobre o seu passado e sobre o presente, de modo a que seja possível, a partir de tais bases claras, perspectivar o futuro desta nobre Nação.*

*A presença de Vossa Excelência é para nós um estímulo para que através desta conferência se procure de forma isenta, a verdade histórica da presença portuguesa em África.*

*Em nome da Comissão Executiva, a quem coube preparar este Encontro Nacional de Combatentes agradeço a disponibilidade espontânea dos ilustres conferencistas, já que para além do profundo reconhecimento e admiração que nos*

*merecem, não há nada que os possa compensar pela sua voluntariedade e pelo seu trabalho adicional, exigido na preparação das suas importantes intervenções.*

*Permitam-me Vossas Excelências que manifesta ainda um simples agradecimento aos Senhores Almirante Vieira Matias, General Jesus Bispo, General Ferreira Pinto e Coronel Balacó, pelo trabalho insano que desenvolveram, para que este evento dedicado a todos aqueles que levam a cabo esta cruzada de preservação e divulgação dos valores cívicos, éticos e pátrios, que designamos por Combatentes, pudesse vir a decorrer com a dignidade que lhes é devida.*

*A todos, muito obrigado!*

**Dr.<sup>a</sup> Isabel Maria Meireles** (Presidente da Direcção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional)

*Exmo. Senhores  
Prof. Doutor Adriano Moreira,  
General Espírito Santo,  
Tenente-general Vizela Cardoso,  
Caros conferencistas e Participantes.*

*Apenas umas breves palavras para dizer que 1961 foi um ano e um tempo de grandes acontecimentos em Portugal.*

*Um ano em que John Kennedy, um anti-colonialista assumido, iniciou a sua presidência, em que começou a ser construído o Muro de Berlim e em que muitas ex-colónias africanas ascenderam à independência.*

*Portugal, nesses 365 dias de todos os perigos, viveu múltiplos acontecimentos marcantes:*

- As sublevações na Baixa do Cassange, em Angola;*
- O desvio do paquete "Santa Maria";*
- Os graves incidentes em 4 de Fevereiro, em Luanda, e os confrontos raciais que se seguiram;*
- O início dos massacres no Norte de Angola, em 15 de Março;*
- A tentativa de golpe de Estado palaciano do Ministro da Defesa Botelho Moniz (um militar da geração NATO);*
- O abandono do Forte de São João Baptista de Ajudá;*
- O desvio de um avião da TAP por opositoristas do Estado Novo;*
- A queda do Estado português da Índia;*
- O assalto ao quartel do Regimento de Infantaria 3, em Beja.*

*Com todos estes acontecimentos, o Regime conseguiu unir o país para defender o que, quer queiramos ou não, os portugueses consideravam ser parcelas de Portugal.*

*E ao dar início à mobilização de milhares de jovens, que atingiriam quase um milhão até 1974, um pequeno país, sem aliados de peso, atacado por muitos dos seus aliados na NATO, sofrendo crescentes vexames nas Nações Unidas, desprovido de indústrias de defesa produtoras de material de guerra pesado e/ou sofisticado, conseguiu, contra tudo e quase contra todos, o milagre de aguentar três frentes de combate distantes entre elas por milhares de quilómetros, com uma logística que funcionou quase sempre a 100%.*

*Foi a guerra do "Unimog" e da "Berliet", da "G-3" e da "MG-42", do "Alouette III", do "T-6" e do "Dornier Do-27", das lanchas de fiscalização e de desembarque e dos botes da Armada e dos seus fuzileiros.*

*Enfim, uma guerra com meios pobres mas que, apesar de tudo espantou, e ainda hoje causa admiração e é objecto de estudos académicos, por parte de muitos historiadores e militares estrangeiros.*

*Os militares deram mais que tempo ao Poder Político para que encontrasse uma solução para um problema que só tinha uma saída: a negociação com os povos que os ventos da História diziam ter direito a dirigir os seus próprios destinos.*

*O Dr. Salazar, por patriotismo, por teimosia e desconhecimento das colónias, o Prof. Marcello Caetano por falta de coragem e de apoios políticos, não compreenderam que a História não pára e que as revoluções acontecem mesmo que só surjam depois de milhares de mortos no campo da honra, desses jovens que marcaram uma geração sofredora, mas que soube vencer o destino.*

*Em nome da AACDN desejo a todos uma óptima conferência.*

*Muito obrigada.*

**General Gabriel Augusto do Espírito Santo** (Presidente da Direcção da Revista Militar)

*Quero em primeiro lugar cumprimentar o Sr. Professor Adriano Moreira, a Sr<sup>a</sup> Doutora Isabel Meireles, o Sr. Tenente-general Vizela Cardoso e todo o auditório dizendo que a Revista Militar tem muita honra e prazer em participar neste encontro e deseja felicitar o Sr. Presidente da Comissão Executiva deste ano, o Sr. Tenente-general Piloto-Aviador Vizela Cardoso, pela excelente escolha do tema relacionado com a presença de Portugal em África.*

*Na perspectiva da Revista Militar a presença de Portugal em África foi sempre encarada, dada a natureza e a linha redactorial da Revista, na perspectiva de segurança e defesa, e portanto numa perspectiva militar. Se nos permitirem, ao tema da Presença portuguesa em África gostaríamos, na perspectiva da Revista Militar acrescentar, a presença militar portuguesa em África.*

*Essa presença militar portuguesa começa com o império em 1415 e tem as suas fases. Nasce de um conceito estratégico nacional que era simples – defender o reino e proteger o império – conceito estratégico nacional ou de segurança nacional que vai ter fases posteriores. A presença militar nos territórios, tirando o Estado da Índia e as praças do Norte de África, inicialmente não foi significativa. Mas essa presença acentuou-se a partir do período da Restauração, com a diversificação das ameaças, principalmente no Brasil, na costa ocidental de África, com Angola ligada a São Tomé e Príncipe e depois na bacia do Zambeze, na Costa do Índico.*

*Dizem os historiadores, com as falhas das estatísticas que ainda existem, que seriam cerca de 10.000 as almas portuguesas que protegiam o império no tempo da Restauração. Como é que se protegia? Com um modelo muito simples e sempre desenvolvido por uma forma muito portuguesa de estar no mundo. Fomentando alianças com as populações locais, por processos de aculturação como no Brasil, onde a miscigenação de africanos, europeus e índios, se materializou na reconquista dos estados ou das capitânicas brasileiras tomadas pelos holandeses a partir de 1641. Claro que esta presença e este modelo de protecção do império tomou novos imperativos a partir da Conferência de Berlim, como há-de ser explicado por um dos conferencistas desta tarde, em 1884 e 85.*

*Portugal foi obrigado a uma presença militar efectiva nos seus territórios, que nasceu em consequência da Primeira Guerra Mundial e podemos dizer que aí começou de facto, uma presença militar portuguesa em África, em terras tão distantes como foi o Rovuma, Cabo Delgado e Niassa, nas campanhas de 1917 ou como foram as campanhas do sul e norte de Angola, no mesmo período, e a presença militar ficou marcada, primeiro por expedições conjuntas da marinha e do exército para essas terras, segundo pela exploração dos cursos de água que conduziam ao interior, nomeadamente o Cuanza, o Congo e o Zambeze, e essa presença tornou-se mais evidente, de facto, a partir de 1961.*

*Na perspectiva da Revista Militar achamos que ainda não há um estudo nacional feito, que ligue essa presença militar com o desenvolvimento dos territórios. Hoje, na teoria da resolução dos conflitos, fala-se muito na cooperação civil/militar, mas de facto as ultimas campanhas do império, de 1961 a 1975, foram, na sua fase final e quando se aprendeu, exemplos ainda mal estudados de cooperação civil/militar para proteger e para desenvolver. Em estudos que por exemplo o Estado-Maior do Exército desenvolveu na altura, recordo-me de um curso de português para os soldados Macuas, feito por iniciativa do Estado-Maior do Exército e Academia de Ciências de Lisboa. Em estudos*

*também desenvolvidos pelo Estado-Maior do Exército nessa altura, de cada escudo dispendido na guerra tinha-se, depois de muito trabalho, chegado a esta conclusão: 60% eram gastos não reprodutivos de guerra, 40% eram um investimento no desenvolvimento.*

*Acho que estes encontros vão abrir novas perspectivas para jovens investigadores que de facto, tragam ao público português e à sua opinião pública bem como a estrangeiros, a verdadeira dimensão da presença de Portugal em África, do qual um pequeno contributo, foi a Presença Militar de Portugal em África.*

*Muito Obrigado!*

**Prof. Doutor Adriano Moreira** (Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências de Lisboa)

*O tema da presença de Portugal em África, nos termos em que circula nesta entrada do Milénio, diz respeito apenas à África do Sul do Saara, e não ao Norte de África para onde se dirigiu a primeira experiência de expansão Militar – Ceuta –, e onde acabou o 1º Império, o da Dinastia de Aviz, com o desastre de Alcácer Quibir.*

*E no que respeita a essa então chamada África Negra, uma primeira cautela metodológica é assumir com prudência a afirmação de que ali exercemos a soberania colonizadora durante séculos, quando a realidade é que apenas depois da Conferência de Berlim, de 1885, proclamáramos o desígnio que constou do chamado Mapa Cor-de-rosa, pretendemos ocupar soberanamente o território de Angola à Contra Costa, pagamos o excesso de projeto com o Ultimatum de 1890, mas de facto ficamos com um III Império, disperso e extensíssimo, vista a relação do nosso poder com as restantes soberanias da frente marítima atlântica, que definiram as fronteiras geográficas do Império Euromundista, e acrescentaram uma partilhada supremacia mundial, sendo o nosso III Império uma parte desse euromundismo triunfante.*

*Assim como o I Império terminou em Alcácer Quibir com o Estado falido, e o II Império findou com a independência do Brasil e a metrópole falida, o III Império teve uma duração efectiva muito mais limitada no tempo. Se tomarmos a data do Ultimatum de 1890 como início do que obtivemos em domínio geográfico, não é possível esquecer o longo e duro tempo de ocupação e submissão dos povos, o intervalo brutal de Guerra de 1914-1918 que, quer na Europa, quer em Moçambique e Angola, não dotou as forças militares empenhadas dos meios indispensáveis, foi pontuada por desastres como o 9 de Abril em França, que a piedade nacional recorda na Avenida da Liberdade com o monumento aos mortos, que a desordem política foi consequência do empenhamento internacional requerido aos aliados da guerra sem que estes mostrassem interesse manifesto, o que nos deixa, até 1974, apenas algumas dezenas de anos de acção colonizadora efectiva, e programada com os erros e acertos de todas as programações. Quando hoje, decorridos estes cerca de quarenta anos sobre a Revolução dos Cravos, vai crescendo a distância indispensável para escrever a história, tem de reconhecer-se o legado material e espiritual legado.*

*Tal como aconteceu com a França na Argélia, porque, como Mitterrand entendeu e ordenou, assumiu que aquele território tinha sido, era e seria sempre a França, tal como lhe aconteceu no futuro Vietname, tal como a Inglaterra não conseguiu evitar que a separação entre a União Indiana e o Paquistão custasse a vida a Gandhi e causou mais uns quatrocentos mil mortos, Portugal acompanhou o desmoronamento do Império Euromundista, porque não compreendeu a tempo que era parte dele, e sem ele não podia manter invariável a ligação pela qual sempre se bateu Norton de Matos, talvez o último pilar das convicções da 1ª República nesta matéria.*

*Durante os sucessivos períodos destes três Impérios, que todos acabaram em situação que levou à refundação do Estado a retaguarda foi assegurada pelas mulheres de homens vivos que asseguraram o funcionamento da sociedade civil, governaram os filhos e os haveres, quando os tinham, asseguraram uma*

*fidelidade ao tecido social português, não apenas pela situação de guerra, ou da expansão, que mobilizava os jovens, mas também durante as crises económicas que levaram para longes terras os emigrantes em busca de novos futuros, para si, e para os seus.*

*Durante séculos se mantiveram estas circunstâncias da maneira de Portugal se expandir, de procurar apoios em recursos externos, nem sempre com excelentes gestões do Estado. Mas sempre, desde o começo da nacionalidade, e com raros intervalos, com o povo a viver em cadeia de comando. A 1ª Dinastia, longamente envolvida na reconquista do território aos árabes, descontando ainda assim os conflitos internos, a cadeia de comando foi o regime permanente; a 2ª Dinastia, a que deixou o País a longe, na linguagem de Camões, viveu em cadeia de comando até ao esgotamento com a aventura de D. Sebastião, com o mar salgado pelas lágrimas de Portugal, e as mãos do marinheiro amarradas ao leme pela vontade de D. João II. O intervalo da Dinastia Filipina, para a qual o Bispo de Silves não via “mais remédio”, as guerras da Restauração, as invasões francesas, a participação na I Guerra Mundial, o III e último Império, todos exigiram a guerra e os Combatentes, e por muito que se pregue e ame a Paz, ainda nunca foi possível fazer vingar a paz como definição de vida interna ou internacional, que evita o tormento da guerra. A terrível ambição Napoleónica custou 200.000 mortos, a primeira guerra mundial 2 milhões de mortos, a segunda guerra mundial custou cinquenta milhões de mortos, e os conflitos mantidos ao redor da terra, a proliferação das armas de destruição maciça, a privatização da guerra, a força dos complexos militares industriais e o credo do mercado, não animaram a esperança dos pacifistas, entre os quais pontificou Kant, sem que se transformassem em realidade as promessas dos que em S. Francisco firmaram a Carta de ONU.*

*Ao longo dos tempos, e em Portugal com frequência cíclica, o recurso aos Combatentes, umas vezes por infelizes razões internas, outras mais raras por efeitos colaterais foi necessária, e os combatentes sofreram e participaram nas dores, nas misérias, nos abandonos, de todas as guerras. Agora, que o turbilhão do Mediterrâneo ameaça, nas palavras de um analista, que as suas águas transparentes sejam um cemitério, a participação na NATO e nas suas imprevisíveis aplicações de conceito, exigem meditar seriamente nos efeitos colaterais que exigem Combatentes a todos os Estados membros, com votos de que a legitimação pela ONU seja sempre necessária e observada. Lembremos a angústia de Erasmo quando os turcos estavam à porta de Viena, e a descrição da tomada de Constantinopla por Maomé II em 1453, escrita por Kritoboulos d, Imbros – La prise de Constantinople par Mehmet II en 1453, (De rebus per annos 1451 – 1467 a Machedete II Gertis), nestes termos: “homem, mulheres e crianças, ninguém foi poupado”. Como diria Vieira, nem Deus nos altares está seguro, quando há guerra. Mas também é certo que os combatentes, como aconteceu nas guerras do século XX, ainda quando vitoriosos são também vítimas desse facto terrível, marcado na sua memória, no seu sacrifício moral, na devastação psicológica, na mutilação física. Mas sobretudo, mais como regra do que como excepção, não esquecendo de que combatem as guerras por dever e são esquecidos pelos que decidem as guerras. O mesmo Vieira escreveu um dia que fazemos o que devemos, e a Pátria o que é costume.*

*A ética exige um comportamento governamental e cívico diferente para com os combatentes das guerras que fazem mas não decidem. Não chega que chefes*

como Napoleão, digam no seu Adeus aos Veteranos, proferido no Palácio de Fointainebleau, em Abril de 1814: “Soldados da minha Velha Guarda; despeço-me de vós. Durante vinte anos, acompanhei-vos sem cessar no caminho da honra e da glória. Nestes últimos tempos, tal como nos dias de prosperidade, haveis sido modelos de coragem e fidelidade”. Também não é suficiente, que um guerreiro como Patton, no Discurso às Tropas antes do dia D (5 de Junho de 1944), proclame aos seus militares americanos: “Nem todos vocês vão morrer. Apenas dois por cento dos que aqui estão seriam mortos numa grande batalha. A morte não deve ser temida. A seu tempo, a morte vem ter com todos nós. E todos os homens têm medo na sua primeira batalha... O verdadeiro herói é o homem que combate, apesar de ter medo”.

E isto não basta porque é necessário cuidar dos que foram combatentes como os que morreram, mas ficaram vivos guardando a memória da tremenda circunstância em que nem Deus está seguro nos altares. Maior que Patton, o grande Albuquerque escreveu que dos seus feitos na Índia não falaria, porque os feitos falariam por ele: como combatente, morreu de mal com os homens por amor de El-Rei, e de mal com El-Rei por amor dos homens.

Por isso é sempre de lembrar o Sermão de Vieira Pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra a Holanda, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda da Cidade da Baía, no ano de 1640, e mais uma vez cito, estando então em perigo de serem perdidas as terras do Brasil: “Eis aqui para quem trabalhamos há tantos anos! Mas pois vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fordes servido. Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as consequências do Brasil perdido), entregai-lhes quanto temos, e possuímos (como já lhe entregaste tanta parte); ponde em suas mãos o mundo; e a nós, aos portugueses e espanhóis, deixai-nos, desfazei-nos, e calai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais”. É certo que o Padre falava a Deus e, por isso, acrescentava, tirava os seus dizeres das palavras de Jó, que bem sabemos que Deus é tão poderoso que, “quando faltem homens poderá fazer das pedras filhos de Abraão”, mas também sabemos “que depois de Adão não criastes homens de novo, que vos servis dos que tendes neste mundo, e que admitis os menos bons, senão em falta dos melhores”. Os governantes deste mundo, por vezes ignoram que não são Deus, que as decisões lhe pertencem, mas que os combatentes são os que servem por dever em cumprimento de acertos, mas também de erros, dos decisores. E em relação aos que cumprem o seu dever, mesmo suportando o erro dos decisores, não é lícito, nas palavras de Vieira, que o poder faça o que é costume: não honrar, adiar, esquecer, porque, como lembrou o Padre, “pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais”. Com o agravamento de que, nesta época de “credo de mercado”, de relativismo, de crise de dirigentes com voz mobilizadora e credível no ocidente, a quem podem falhar não é a Deus, é à defesa da sociedade civil, à defesa da comunidade internacional, à defesa dos valores ocidentais, à defesa da Pátria. Que contempla os combatentes que a honraram.

## **Comunicações**

### **I Painel**

Coordenador: Almirante Nuno Vieira Matias

#### **A estratégia de ocupação e o encontro civilizacional**

Tema 1

***Linhas de força da ocupação de posições em África pelos portugueses, na perspectiva estratégica e do desenvolvimento económico e humano, desde o século XVI ao fim da década de cinquenta do século XX, Conceito de espaço de interesse, face ao ambiente físico, social e político e às capacidades reais.***

Prof. Doutor Rui Ramos

[Aguarda-se o envio do texto pelo autor]

Tema 2

**Elementos históricos sobre as migrações africanas nos territórios do Ultramar Português.**

Prof. Doutor José Carlos Oliveira

*Provérbio da sabedoria Kuanyama (Cuanhama)*

**O futuro é incerto.**

*Hinga tuli mona m'oitam ya hada.*

**Temos de encontrar-nos depois da guerra ter passado.**

*Hinga tu sakena k'oita ya hada.*

**Vamos conversar depois da guerra finda.**

*Hinga tu tala...*

**Depois disso vamos ver...**

*Kokule ihakuka talwa.*

**O que vem à frente ninguém o sabe.<sup>1</sup>**

Coube-me a subida honra de ser convidado para fazer parte de um leque de oradores integrados na conferência intitulada “A Presença Portuguesa em África”. Ao aceitar o encargo lembrei-me de imediato da recomendação dum competente professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP): “*Se algum dia o convidarem para intervir em alguma discussão, seja onde for, não caia na tentação de se dispersar, fale só do que sabe*”. É o que me proponho fazer. Estou suficientemente à vontade para ter convosco esta “conversa”. Os conhecimentos adquiridos ao longo de mais de 55 anos permitem-me apresentar esta comunicação.

Segundo as escrituras judaico-cristãs, o patriarca Noé teve três filhos que se distinguiram dos restantes, cujos nomes são Sem, Cam, e Jafet. De Sem procederiam os povos semitas, ou sejam os judeus (hebreus). Os descendentes de Cam seriam os camitas, referidos por alguns como hamitas, e de Jafet os indo-europeus que se estenderam por quase toda a Europa, Norte da Índia, chegando ao Cáucaso e até ao Irão. Foram estes os povos que teriam iniciado as rotas migratórias africanas utilizando três vias para a sua implantação, tendo em atenção que o povoamento se deu de Norte para Sul:

– 1ª Rota de penetração foi a mediterrânica ou atlântica. Percorreu todo o espaço do mar, sendo protagonizada por povos brancos ou caucasoides. Eram povos pastores brancos, semitas e camitas. Pessoalmente acredito terem integrado já alguns grupos hamitas;

– 2ª Rota foi a do rio Nilo, face ao mediterrâneo e parou no lago Vitória; o seu percurso é igual em tempo ao do percurso mediterrânico ou atlântico, quer dizer que os povos vieram do oriente, só que, enquanto os povos que percorreram a rota Mediterrâneo/Atlântico foram povos predominantemente brancos, semitas e camitas,

---

<sup>1</sup> Charles Mittelberger, *A Sabedoria do povo Cuanhama em Provérbios e adivinhas, Cunene – Angola*, Edição L.I.A.M.1990, pag.13.

estes, seriam hamitas; vieram a fixar-se na margem direita do rio Senegal; para sul da margem esquerda e até à ponta do rio Níger situa-se a chamada floresta guineense, impenetrável aos povos pastores; aí existe a mosca do sono que não deixa o gado sobreviver;

– 3ª Rota, a do rio Bengué, dirigiu-se para sul do lago Chade afluente do lado esquerdo do grande rio Níger; mais uma vez, a água foi o ponto de referência para grandes migrações; do ponto de vista geográfico, podemos falar de três grandes grupos intervenientes: os negro-guineenses, que atualmente habitam a floresta guineense; os negro sudaneses, povos negros que pastoreiam o gado em áreas da margem esquerda do rio Níger e em áreas da margem esquerda do rio Senegal, tendo como ponto de referência o lago Chade; finalmente, os negro-nilóticos, também chamados melano-africanos para os diferenciar dos Negro Etíopes; há quem utilize o termo melano-africano para afirmar que estes povos não são originários de África.

No que se refere à proto-história dos povos negros Bantu existe uma corrente convencida que resultam de um cruzamento milenar entre camitas e negros e dele resultou um parentesco cultural entre o Egipto e a África Negra.

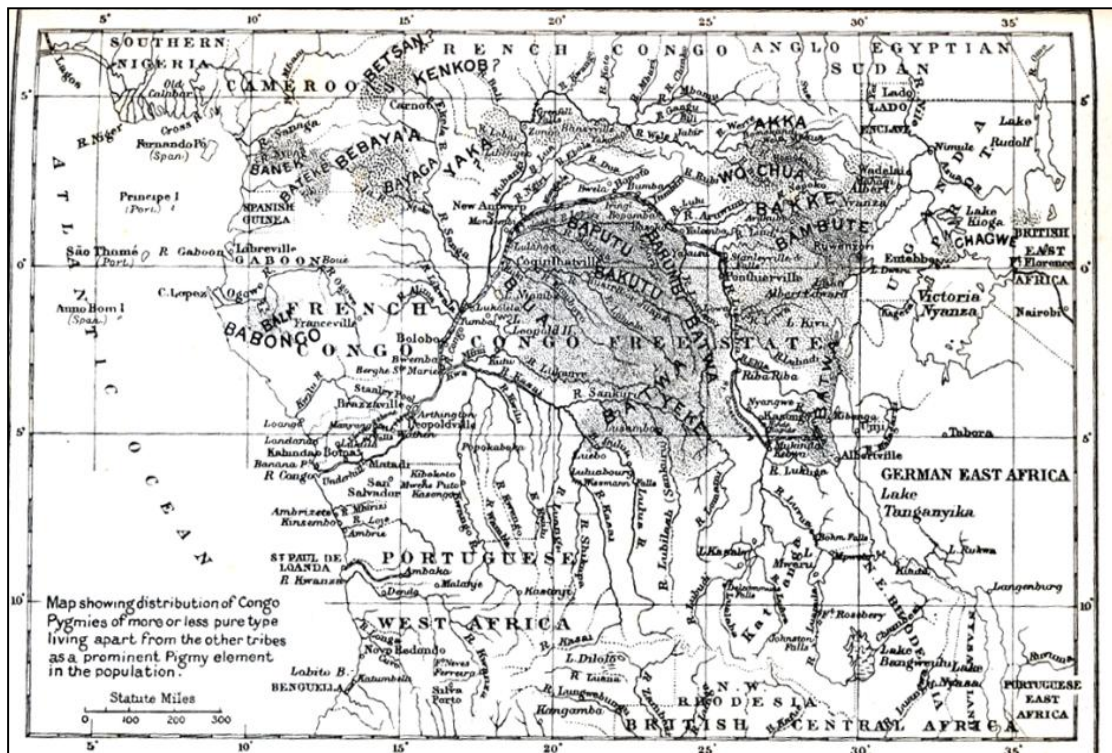
No século VI já são assinaláveis as referências de relações de vários povos com os bantu na costa de Zanzibar e ao longo do Índico, então chamado Mar dos Zindj. Da distinção entre os diferentes povos bantu, a mais generalizada refere-se aos bantu orientais (com traços camitas), aos bantu meridionais (ao sul dos rios Zambeze e Cunene), aos bantu ocidentais (Zaire). Estes povos implantaram-se numa determinada área e aí construíram a sua vida.

Tratava-se de uma implantação organizada que os obrigava a uma definição de instituições políticas prontas a defenderem uma estabilidade sedentária. Essa estabilidade só podia ser considerada e defendida com um poder político quer fosse ao nível de chefatura ou do estado tradicional.

Os Bantu são portanto um grupo negro que não se sustenta na geografia, mas na língua, são os chamados povos negros de língua bantu e integram vários grupos. Formam o singular e o plural das palavras através duma prefixação. Todos estes povos utilizam o radical com prefixo para designar *cabeça que pensa*, e a cabeça que pensa só pode ser a do homem. Pessoalmente prefiro o significado BA = povo e NTU = cabeça, “o povo que vai à cabeça” (só pode ser o povo escolhido, assim o entendiam). Não foram, nem pouco mais ou menos, os únicos a pensar dessa maneira

Estabeleceram a sua zona de implantação até à margem esquerda do rio Zambeze. A sul do Zambeze, encontra-se a África Meridional, a África dos pastores. Não há agricultores, e esta é a grande diferença entre a África Austral e a Meridional. A África Meridional é uma África que se define por instituições diferentes daquelas que encontramos a norte do rio Zambeze: As grandes instituições políticas, sociais, económicas e culturais dos povos pastores são aquelas que permitem a maior tendência para a construção do estado tradicional. Os povos agricultores não têm essa vocação.

Na África Austral existiram apenas quatro ou cinco estados tradicionais fundados por agricultores, cujos mais significativos foram o Reino Cuba, o reino Nuba, o império Lunda o reino do Kongo e o reino de Niamuezi.



Carta da obra *George Grenfell and the Congo*

Estes povos quando pretendiam integrar outros nas suas instituições, tinham a percepção que os povos a integrar eram portadores de usos, costumes e línguas diferentes; estes parâmetros foram respeitados para que houvesse uma estabilidade, se assim não procedessem, o povo integrador estaria a sujeitá-los, e isso, consagrava a instabilidade. Essa tolerância era fundamental. Os povos dotados de vocação unificadora pretendiam naturalmente que, esses povos a integrar passassem a constituir um único povo através de uma assimilação cultural ou de uma síntese cultural.

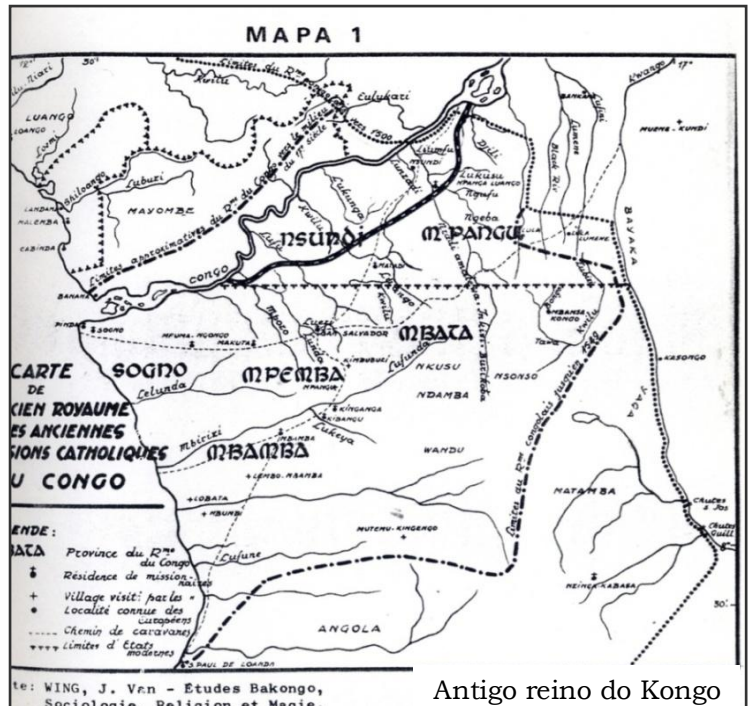
Outra característica fundamental era serem guerreiros. E porquê guerreiros? Não por preferirem a guerra ou o conflito para integrarem outros povos. Daí o terem evoluído para uma cultura militar, no sentido de defenderem o seu próprio território e, progressivamente, organizaram as fronteiras desse mesmo espaço geográfico tornando-as mais amplas à medida que iam integrando outros povos nas suas instituições, políticas, sociais, económicas e culturais. Para isso era necessária uma instituição militar bem organizada.

O nosso exemplo concreto é o antigo Reino do Kongo, começamos então pela sua proto-história que contempla dois grupos em presença a saber: os Pigmeus da Floresta da bacia do grande rio Zaire e a grande migração Kongo.

## 1. Da Origem do Reino do Kongo

Tem-se como certo que um grupo dividido em pequenas comunidades clânicas chegou à região da bacia do rio Zaire, comandado por um aristocrata descendente do

rei *Nimia Lukeni*, soberano do reino de *Kinshasa*. Correm algumas versões acerca da razão do abandono da sua terra natal. Uma delas narra que teria atravessado o rio Kuango e, no território que se seguia, se instalou. Escolheu para fixação do seu povo as zonas ecótonas das florestas, (tratava-se de um povo que se dedicava à caça). O espaço era habitado por abundantes variedades cinegéticas, havia água em abundância, o que facilitava a prática da agricultura e ainda permitia a colecta de muita fruta. Como, desde cedo, lhe tinha sido ministrada educação adequada para a chefia, tornou-se hábil na ciência da gestão política e administrativa, constituiu, num local desabitado, o embrião de um estado. Por vezes, mudava de local de assento e, sempre que o fazia, constituía uma capital que, neste contexto, tinha a designação de Banza Kongo (por esse motivo, na zona, ainda hoje existem várias localidades com o nome de *Banza*).



Esta descrição é suficientemente elucidativa para perceber que o planalto que envolve a capital do reino do Kongo, hoje reconhecida por Banza Kongo, era desde há muitos séculos preferido como estação de etapas dos *pumbeiros* Kongo (*vocabulo* que tem a sua origem no termo *mpumbu*, vindo mais tarde a ser identificado pela expressão portuguesa *pombeiro*). Assim sendo, parece estar encontrada a razão principal da escolha do local da capital, sendo certo que, algumas vezes, a capital teria mudado de local.

Neste espaço, o soberano constituiu um exército, geriu o poder, administrando-o directamente, sendo simultaneamente o juiz, (note-se que em conformidade com as limitações territoriais era-lhe exequível exercer os dois mandos) e concebeu a organização territorial, dividindo-a. A determinado momento, contactou com outro grupo bantu – os *Ambundo* – e essa associação foi fecunda. O rei designou para governar a área de *Nsundi*, o seu filho primogénito e para governar *Mpangu*, o segundo filho. Em *Mpangu*, sedeava-se o exército do rei que era exclusivamente kongo, tendo em conta que o governador tinha obrigação de sustentar e treinar o seu exército, mas nunca mobilizá-lo, isso era prerrogativa do rei, estando desta forma garantida a fidelidade ao soba.

Nas outras províncias, os chefes eram escolhidos pelas populações locais, que se dirigiam de seguida a Mbanza Kongo a apresentar cumprimentos e submissão ao rei. Este não detinha competência para os destituir, delegava sim, poderes neles. Não podemos deixar de realçar que cada subgrupo tinha os seus fundamentos e rituais próprios, apesar da capacidade unificadora dos kongo que, como grupo exocêntrico, tinha nas províncias *ambundo*, o enlace matrimonial. Os chamados *mussuriongo* e *muxikongo* pertenceriam à raiz onde se pretendia vir a formar a nação, considerando-se uma zona ecúmena. Fazer ecumenismo significava procurar um denominador

comum que pacificasse interesses diferentes, fazendo diluir antagonismos étnicos, donde imerge flutuando uma determinada aculturação num sentido, para de seguida, por vezes abruptamente, se ver forçada a submergir e reaparecer pronta a absorver novos contornos, o que requer o tempo de séculos.

Do mesmo modo, acontece nas agremiações que bordeavam o rio Zaire, em que a força de coesão era muito delicada, os interesses que ligavam, separavam e voltavam a ligar os povos e levando a frequentes guerras, mais correrias e razias, obrigavam-nos a intermitentes jogos de poder. Umás vezes prestavam vassalagem a um senhor, para dentro em breve, se verem anexados a outro potentado, o que não beneficiava em nada o seu desenvolvimento social, político, económico e cultural.

O Manikongo dos nossos cronistas, era conhecido pelos indígenas por Mwene-kongo ou Ne-kongo, cujo poder se estendia <sup>2</sup>aos territórios do Makoko, Uniamezi, Ambundo, Matamba, Kissama, Angola, Lula e Zenza, a que se podiam acrescentar os ducados e condados (assim crismados pelos nossos cronistas) da Lunda, Bata, Kongo, Luango e muitos outros.

Foi este o território ocupado pelos invasores kongo, conduzidos pelos Alukeni, de quem os kongo se orgulham de descender<sup>3</sup>. Embora o reino do Kongo se enquadrasse no sistema matrilinear, o seu regime sucessório não obedecia à regra estabelecida (o sobrinho materno sucedia ao tio materno), a monarquia kongolesa não era hereditária. O rei era eleito pelos principais chefes dos clãs matrilineares, os Nugdikama (patriarcas de linhagens proeminentes da origem materna e paterna). No começo, a selecção do rei era feita entre os membros da família real, podendo ser eleito um dos filhos ou sobrinhos do falecido monarca. Pouco importava que a sua linhagem fosse materna ou paterna. Esta particularidade resultava da relação exogâmica do casamento entre indivíduos de diferentes subgrupos. Actualmente ainda são reconhecíveis os seguintes kandas: *Kavugi (linhagem da qual faz parte a dinastia "Água Rosada")*, *Sunda Ndumbu*, *Kitumba Vemba*, *Kinanga*, *Kimiala*, *Kintinu Necongo*, *Mpanzu a Nkanga*, *Vemba Lukani*, *Kinjinga*, *Kinemafuta*, *Panzo Animi* e *Kinzanza Amalunga*.

Estes Ensikongo, Muxikongo, ou simplesmente Nsikongos, ao contactarem, pela primeira vez, com aqueles seres de outra cor, que não a sua, tiveram que encontrar um termo para as designar e se aproximar delas sem por isso serem afectados, denominaram-nos então por *mindele*, plural de *mundele*, que mais tarde viria a ter o significado de pessoa branca.

Alguém, com excelente génio, escolheu (face às consequências extraordinárias da palavra) esta ideia. Mesmo assim, há registos que no século XIX, o termo *n'dele* significava alma, espírito de homem ou mulher morta que persegue os vivos e é também o nome de uma divindade, a quem os nativos, nos seus rituais mágicos sacrificavam cabras e galinhas.<sup>4</sup> Como em tudo na vida, existe também a parte da malquerença relacionada com o vocábulo *mundele*, existem palavras que não fogem à regra, trata-se do termo *kingundo* ou *kangundo*; no primeiro caso, aplicava-se ao mestiço, ou mesmo, ao negro que falasse a língua do branco, visto que, no segundo caso, seria aplicado, por norma, ao degredado, *funante* ou mesmo capitão do mato (capitão-mor) sempre de cor branca, indicando que se tratava duma pessoa ordinária,

---

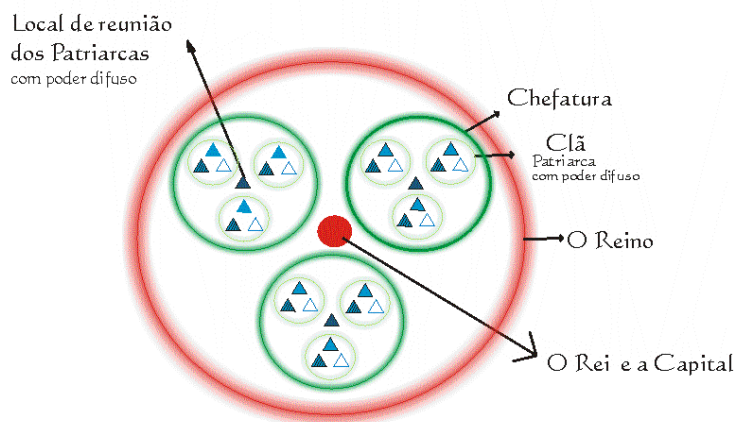
<sup>2</sup> Carta do reino do Kongo.

<sup>3</sup> Wing, J. Van (1959) *Etudes Bakongo: sociologie, religion et magie*, Museum Lessianum, Section Missiologique, 39.

<sup>4</sup> Idem, p.119.

grosseira, de baixa condição. Recomendamos que se consulte a obra *O comerciante do Mato* (2000: 35, 41), para mais pormenores sobre o assunto.

#### Poder difuso, chefatura e Reino



## 2. Organograma Elucidativo das Estruturas Sociopolíticas

A partir deste esboço de organograma, não pretendo mais do que clarificar a compreensão dos pressupostos estruturais sociopolíticos da África pré-colonial. De seguida, passaremos à sua explicitação.

O desenvolvimento da família extensa africana trouxe com a prática da agricultura, o conceito de família, com regras certas, que veio alterar a noção instintiva de ‘acasalamento’.

Por sua vez, a instituição do clã permitiu a existência de pequenas comunidades territoriais, com união genealógica, implicando a consanguinidade, consequência da convivência habitacional uns com os outros.

A linhagem era assim comum e representada pelo patriarca, podendo o clã ser exogâmico e ter origem matrilinear ou patrilinear. Ao utilizar os dois últimos termos *matricêntrica* e *pericêntrica*, fazemo-lo com a intenção de enfatizar a ideia de “andar à volta de...”, estar orientado pelo centro, pegando nas palavras de Malinowsky, referidas por Arthur Ramos (1951: 185):

*“(...) O exame realizado por Malinowski no grupo social dos melanésios da ilha de Trobiande, revelou que esses indígenas, vivem sob um regime de linha materna, isto é, sob um regime social em que a mãe forma o centro e o ponto de referência do parentesco<sup>5</sup>, e em que a sucessão e a herança se transmitem em linha materna. Os filhos pertencem ao clã materno. Os meninos herdaram a dignidade e a posição social do irmão da mãe, recebendo, meninos e meninas, como herança, os bens não do pai, mas do tio ou da tia do lado materno. (...).*

Por esta razão, inclinamo-nos e vimo-nos obrigados a aceitar, através da posição de Malinowski, a indicação de que, visto que a mãe é o centro, a posição do grupo será *matricêntrica*.

Sequentemente, como o alargamento familiar dificultava a vida e, não sendo possível e eficaz o poder difuso do chefe aldeão, tornou-se necessário construir-se novas aldeias.

<sup>5</sup> Excerto que nos interessa fazer ressaltar.

Os chefes, mais propriamente os patriarcas, passaram a reunir-se em sede própria para o exercício do seu poder ainda difuso, vindo, a pouco e pouco, a consentir na eleição de um novo líder. Emergiu assim a chefatura, com fronteiras, políticas e económicas, flexíveis. A partir daqui, o poder nunca mais deixou de estar centralizado: era organizado, 'tinha rosto' e com sede (capital) que entretanto passou também a ser conhecida como tal.

A agremiação de chefaturas levou, de seguida, à eleição da figura do rei responsável pelas chefaturas e conseqüentemente novas questões surgiram: esta figura deixou de ter poder limitado, e esse poder deveria, obrigatoriamente ser eficaz, resultando na obediência das populações. O seu poder abrangia as pessoas e o território, tal como na chefatura, mas a distância dos limites desta fronteira era mais extensa e, não podendo percorrer todo o espaço, o rei passou a delegar funções, elegendo os seus parentes mais próximos, como seus delegados privilegiados.

### **2.1. O Parentesco e Alguns Pressupostos para a Compreensão dos Sistemas Patrilinear e Matrilinear**

Entre os bantú, o sistema de descendência ou de parentesco é unilateral ou unilinear, definindo assim os dois sistemas: o matrilinear e o patrilinear. A descendência não pode ser confundida, uma vez que se encontra ligada a uma única linhagem. A consanguinidade representa algo de profundo e de transcendente, por ser a expressão que determina a vinculação à vida, constituindo, desta forma, a razão de ser da própria linhagem. Assim, a linhagem não será mais do que a cepa. Os filhos do 'homem cepa' ou da 'mulher cepa' estão na origem das diversas linhagens aparentadas.

A par do sangue, a terra constitui o outro expoente básico bantú, por ser o local onde descansam os antepassados. O parentesco é entendido como a relação existente entre pessoas que se consideram aparentadas por consanguinidade real, fictícia ou putativa. O matriarcado e o patriarcado correspondem pois a duas concepções diferentes; a dois esquemas domésticos diametralmente opostos, um do outro. Provavelmente, perceber-se-á melhor ao acrescentar-se o seguinte exemplo: um núcleo, ao norte, deu origem ao sistema Indo-Europeu (patriarcado) e o outro ao sul, deu origem ao núcleo Negro-Egípcio (matriarcado); teriam modelado os instintos, os temperamentos, os costumes e os comportamentos morais dos dois oponentes. O sistema nórdico, indo-europeu, caracterizado por uma linhagem patrilinear, baseado na estrutura política do estado-cidade é o patriarcado, marcadamente individualista, de ideal guerreiro que sujeita as mulheres à superioridade varonil. Os seus clãs, exógamos e nómadas, estavam vinculados ao princípio da propriedade privada, à rivalidade do clã.

Já o sistema matriarcal, cuja descendência é uterina, tem a característica dum profundo sentimento colectivista, o que facilita a distribuição igualitária dos recursos económicos, não permitindo por isso a tendência para a revolução. O homem bantú, no sistema matrilinear, fica menos integrado do que a mulher na família elementar, não adquire, por isso, independência da sua família; se tivesse essa intenção, o grupo imediatamente se oporia através de sanções. É verdade que também a mulher não pode exercer o direito a casar com quem quer, nem exercer o pleno direito sobre os seus filhos, já que o avunculato retira a autoridade aos pais. Entre os povos de origem matrilinear, este pormenor pretende simplesmente indicar a influência, não o poder, porque esse distingue-se com clareza no "pai", que é o irmão

da mulher – esta característica é um dos dados mais importantes para a explicação da sociedade bantú – e o marido que é portanto o "genitor". Da complexa relação, entre o irmão e a irmã deriva a autoridade avuncular, em prejuízo do exercício de domínio do genitor, sobre os filhos. É assim, o tio materno, o verdadeiro "pai" o que, nos tempos modernos, tem ocasionado permanentes conflitos com o genitor.

## **2.2. Sociedades de Orientação Patrilinear**

Neste tipo de sociedade, a sucessão é patrilinear e o casamento virilocal, por compensação nupcial. As linhagens agnáticas eram designadas pelo apelido do respectivo fundador, o qual estava à cabeça da relação nominal, frequentemente recitada dos antepassados masculinos. O varão vivo, mais importante, da patrilinearidade, o seu chefe, sabia que os espíritos deificados dos defuntos vigiavam cuidadosamente a sua conduta. Era da respectiva patrilinearidade que todos esperavam receber suficiente potência vital. Por tal motivo, era indispensável que ela se mantivesse unida e intacta, graças a um sistema mútuo de direitos e obrigações baseado no sexo, na idade e na progeneritura.

Como anteriormente referi, apenas por linha varonil, podia o apelido ser transmitido. É certo que as mulheres não deixavam de pertencer à linhagem de seu pai e que até podiam vir a nela representar um papel importante mas nunca transmitiam o seu apelido aos filhos que gerassem. Mesmo na família matrilinear, o chefe é o irmão mais velho e, para cada indivíduo, o tio materno é o pai social e a pessoa a quem mais se deve obediência na família. Encontravam-se sob a autoridade e controlo dos membros varões da patrilinearidade, em especial do pai e dos tios paternos, também chamados de "pais". Era com este grupo que se mantinham as mais importantes relações jurídicas, definidas por direitos e deveres. A mãe considerava-se naturalmente estranha a esse grupo, mesmo que se encontrasse a ele estritamente ligada.

Era apreciada com grande afecto como aquela que dispensava cuidados e carinhos, sendo suas irmãs igualmente classificadas como "mães". Mas só o pai e os seus irmãos gozavam da prerrogativa de disciplinar e castigar o insolente e o desobediente. Em ideal, observava-se rigorosamente a hierarquia da idade. O primogénito, designado por um termo especial, dispunha de autoridade quase igual à do pai. Os filhos da primeira mulher, a "grande", tinham precedência sobre os oriundos dos casamentos seguintes.

Ao que se me afigura, é pelo estudo da natureza das funções tradicionais da compensação nupcial que melhor se podem definir as sociedades de orientação patrilinear, novamente aqui, o que pretendemos é indicar a influência, porque aqui efectivamente está no pai biológico. No sistema matrimonial eram considerados como de importância fundamental os aspectos sociais, jurídicos e económicos. Acima das predilecções do pai, estavam as conveniências das respectivas patrilinearidades, estava a aptidão da mulher para gerar e criar prole, a sua capacidade como trabalhadora agrícola e doméstica e a sua submissão à família do marido. Recordemos que, o varão era predominantemente guerreiro, pastor de bovinos, caçador de fauna grossa e até comerciante de longa distância. O casamento oneroso tinha-se como uma questão privada entre duas patrilinearidades, sem intervenção das autoridades políticas ou mágico-religiosas. O seu fim último consistia na propagação da linhagem porque, nessas épocas de grande insegurança e elevadíssima mortalidade, era vital conseguir

por reprodução acelerada, a sobrevivência do grupo como uma estrutura sólida e coerente.

Tratava-se, por conseguinte, de uma troca de serviços, entre duas patrilineagens exogâmicas: uma delas cedia à outra a capacidade reprodutora da noiva e, para ser compensada pela diminuição do seu efectivo, recebia um número ajustado de bovinos, que normalmente ficavam reservados para a aquisição de uma mulher para um dos irmãos classificatórios da recém-casada. Como vemos, as funções da compensação eram múltiplas, além de garantir a estabilidade e o carácter "legal" da união, de tornar o marido e a sua patrilineagem responsáveis pela manutenção e bem-estar da esposa, servia para legitimar a prole gerada que dependia, por sua vez, das cabeças dos bovinos. Assim, podemos dar significado ao conhecido provérbio: "*As crianças estão onde não está o gado*".

Três outros pormenores revelam claramente o carácter da união onerosa: em primeiro lugar, a patrilineagem da esposa era obrigada a apresentar uma substituta no caso da sua comprovada esterilidade; secundamente, os irmãos seniores deviam ajudar os juniores na junção do número de cabeças acordado e, por fim, a viúva deveria continuar integrada na patrilineagem do falecido. Este último procedimento é, em etnologia, designado por "*levirato*" e demonstrava que as duas patrilineagens ficavam unidas por laços que ultrapassavam a vida de cada um dos indivíduos. Essas viúvas eram geralmente herdadas pelos irmãos juniores do defunto, visto que de harmonia com outro importante princípio, os irmãos seniores possuíam estatuto semelhante aos dos pais biológicos ou classificatórios. Elas tinham, contudo, alguma amplitude de selecção entre outros parentes agnáticos do ex-marido. A nova união era considerada como continuação da anterior, não havendo lugar a quaisquer cerimónias e as crianças que eventualmente nascessem eram tidas como filhas do falecido.

### **2.3. Sociedades de Orientação Matrilinear**

A matrilineagem constituía um grupo genealógico orgânico e multi-funcional: fornecia o núcleo das unidades residenciais, actuava no campo político e jurídico, protegendo e sendo responsável pelas relações (incluindo matrimoniais) que os seus membros mantinham com os de outras matrilineagens. Além disso, formava um corpo de inspiração religiosa, visto propiciar colectivamente determinados antepassados deuses que vigiavam o comportamento e cuidavam do bem-estar terreno dos seus sucessores. A matrilineagem era geralmente formada pelas seguintes gerações vivas de descendentes matrilineares de uma antepassada conhecida que, para finalidade de compreensão, poderemos designar por "matriarca": as avós maternas e seus irmãos uterinos; as mães e seus irmãos uterinos ou a progenitora das mães.

Dentro de cada matrilineagem imperava um sistema de senioridade que se reflectia na vida quotidiana, nas práticas rituais e nos direitos e deveres de ordem jurídica. Essa senioridade era definida pela ordem do nascimento, o que levava à formação de unidades menores que poderemos designar por "*segmentos*". Os *segmentos* tinham composição idêntica à da matrilineagem. Assim, cada uma das filhas da "matriarca" constituía com os respectivos descendentes uterinos, um "segmento primário". As crianças geradas pelas mulheres, englobadas neste primeiro segmento, constituíam um "segmento secundário". Por sua vez, os segmentos da mesma categoria eram ordenados, em harmonia, com a senioridade da respectiva antepassada, distinguindo-se os seniores dos juniores. Os indivíduos oriundos do segmento sénior tinham prioridade em tudo o que se relacionava com a sucessão de

cargos, títulos e categorias. É certo que os homens predominavam em todos os domínios de alcance prático: eram os dirigentes políticos e seus conselheiros, eram os juizes dos tribunais consuetudinários e seus sucessores, entre outros cargos. Todavia, estes postos dominantes eram herdados por via uterina. A sua senioridade dependia do lugar ocupado pelas progenitoras dentro da matrilinearidade.

A instituição dos "*guardiões*" era baseada na natureza orgânica da matrilinearidade. O seu mais velho varão vivo era, teoricamente, o guardião. Contudo, para efeitos práticos, os deveres que lhe eram cometidos podiam ser delegados no primogênito da mais velha das suas irmãs (oriundo por conseguinte do segmento sénior) o qual actuava como *guardião substituto*. Os irmãos juniores, embora também se devessem preocupar com o bem-estar da matrilinearidade, não desempenhavam funções tão relevantes. No entanto, elas podiam ser eventualmente assumidas por um desses juniores de superior competência, quando se reconhecesse que o guardião-sénior ou o seu substituto fossem incompetentes para cuidar dos interesses da matrilinearidade. O *guardião* tinha deveres bem explícitos em relação aos tutelados e tuteladas. Devia manter a boa harmonia nas relações entre a sua matrilinearidade e outros agrupamentos semelhantes; cumpria-lhe resolver as disputas intestinas que se levantassem no seio da matrilinearidade; desempenhava a função de fiador dos casamentos realizados após seu consentimento prévio, sendo responsável pela conduta matrimonial das suas protegidas; consultava os adivinhos para apurar a causa das doenças e obtinha junto dos médicos-mágicos os necessários remédios; organizava as cerimónias fúnebres; disciplinava e punia os sobrinhos; apoiava as viúvas e os divorciados. Gozava, em troca, do prestígio da chefia e recebia provas de respeito e deferência, sendo homenageado com frequentes oferendas.

As obrigações do homem para com a sua própria matrilinearidade sobrepunham-se às que pudesse ter em relação à sua ou suas próprias esposas e aos filhos e filhas que delas gerasse.

No casamento uxorilocal, a matrilinearidade do marido não transfere bens de valor, a favor da matrilinearidade da esposa. As oferendas eventualmente trocadas, pouco ou nenhum significado possuíam. As negociações matrimoniais incluem um período de prova, por meio de serviços prestados pelo genro aos seus sogros. Contudo, nem as oferendas nem o trabalho prestado afectavam o hermetismo orgânico da matrilinearidade. Esse trabalho gratuito não constituía um substituto da compensação nupcial em uso entre os povos patrilineares, tanto mais que nenhuma espécie de direitos concedia sobre as crianças geradas. A esposa e a sua prole continuavam a ser consideradas como membros inalienáveis da matrilinearidade. O casamento não afectava, por conseguinte, os laços que uniam qualquer dos cônjuges à respectiva matrilinearidade.

Do mesmo modo, os deveres e privilégios dos guardiões da matrilinearidade não eram reduzidos, antes eram reforçados, quando qualquer dos seus membros transitasse para o estado de casado ou casada. Como o divórcio era fácil e frequente, os laços que prendiam o marido à matrilinearidade da esposa não podiam deixar de ser assaz frouxos. Mas essa elevada proporção de divórcios não constituía índice de desagregação social, como sucedia entre as sociedades de orientação patrilinear. A solidariedade da matrilinearidade era tal que no caso de qualquer pessoa se encontrar perante um conflito entre a lealdade que devia ao seu cônjuge e a que devia à sua matrilinearidade, resolvia-o, na maioria das vezes, libertando-se do primeiro e respeitando os interesses e a coesão da segunda. Hilda Kuper afirma que entre os



O método genealógico faz parte de uma das especialidades fundamentais das técnicas dos antropólogos e sociólogos. Sem esse conhecimento primordial, os técnicos sociais que não dominam, pelo menos sumariamente, os meandros da língua do grupo que querem estudar, debatem-se com grandes dificuldades para entender as regras implicadas nos principais ritos existenciais dos indivíduos desse mesmo grupo. O diagrama anterior, faz parte desse processo, ajuda a seguir um conjunto de actos interdependentes de um casamento entre primos cruzados com descendência matrilinear. Verifica-se, sem dificuldade e à primeira vista que, com essa forma de casamento, um homem tanto pertence ao grupo do pai do seu pai como ao grupo da mãe da sua mãe. É através destas reflexões que também podemos entender os assuntos sociais referentes à transmissão da propriedade, da sucessão da chefia, da descendência, entre outros aspectos, tornando claro quem presta assistência a quem, como por exemplo, em ocasiões ligadas ao nascimento, ao matrimónio e à morte<sup>9</sup>.



A Corte do Rei do Congo

(Dapper — Description de l'Afrique, 1686)

Este ensaio básico, demonstrativo da etno-sociologia da África negra, pretende penetrar o mais profundo que foi tido como necessário, no espírito das populações envolvidas neste artigo e nos condicionalismos estruturantes que se descreveram e que suportam o processo existencial do maior, ou pelo menos do mais conhecido reino africano, que se implantou na bacia do rio Poderoso, o rio Zaire.

Este reino expressa-se em termos geográficos e etno-históricos, ao longo das margens do grande rio, dos seus afluentes e principais confluências. Condição, durante séculos, as relações sociológicas, económicas e culturais, com que as nações colonizadoras ocidentais se iam deparando no terreno, permitindo ou não o avanço intermitente de cada potência condicionada pelos seus próprios meios expansionistas.

### 3. Introdução ao Reino do Kongo

Depois de algumas reflexões sobre a matéria em questão, em especial, sobre o cuidado a ter com os grupos humanos que se foram sobrepondo, nos mesmos espaços, com os acontecimentos históricos com eles correlacionados e onde as formas socioeconómicas variaram com o decorrer dos tempos, sujeitas que estavam ao processo bio-cultural, verifiquei que foram produzidas alterações profundas nas culturas presentes e em evolução constante.

Sabe-se e, por vezes, teme-se que a limitação das descrições coevas nos confundam (especialmente, pelas ideias políticas e interesses de cada interveniente

<sup>9</sup> *Guia Prático de Antropologia* (1973) Comissão Real do Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e Irlanda. Editora Cultrix. São Paulo, p.78

nas narrações) conduzindo-nos a algumas reinterpretações delicadas. De uma coisa estou certos, tentei exigir, de mim mesmo, o maior rigor científico, ponderando situação por situação e, se possível, tentei encontrar as respectivas afinidades ou diferenças, porém não resisto a subscrever e transcrever as palavras de Ruth Benedict acerca de uma sátira de Goethe.

*“Quem quer conhecer e descrever o vivente procura primeiro desembaraçar-se do seu espírito, e depois de ter as diferentes partes na mão, falta só, infelizmente, a faixa espiritual que as une.”*<sup>10</sup>

Esta contribuição para o conhecimento dos contactos sócio-culturais do Reino do Kongo não tem outra pretensão senão procurar melhorar o que já se sabe, e mesmo assim, só neste ou naquele aspecto, menos conhecido, servindo de plataforma de entendimento e análise para o estudo do grupo Kongo. Optei, assim, pela apresentação do capítulo O Reino do Kongo em três fases distintas relativamente à sua existência, realçando que este subsídio se esforça por se basear em factos histórico-sociológicos relevantes e também se reporta a documentos factuais que incidem sobre a fundação do reino do Kongo e se prolongam até ao presente próximo. Nesta perspectiva, apresentaremos, de seguida, um pequeno epítome, de cada uma das fases supracitadas:

– *O Antigo Reino do Kongo*

Trata-se da fase que corresponde aos mitos da sua génese, à sua implantação e independência, assim como à afirmação simbólica, que no nosso entender (dentro das informações compulsadas) se inicia por volta do século XV e termina, com fases intermitentes de maior ou menor independência, por volta de meados do século XIX.

Basicamente, neste espaço temporal, exerceram os europeus e em especial os portugueses, enorme pressão económica, cultural e religiosa, sobre os povos da Bacia Convencional do Zaire, como ficou conhecida pelas potências coloniais a área do espaço geográfico, (considerando como elementos estruturais a exploração de matérias primas e o comércio liberal) ocupado pelo rio Zaire, seus afluentes e confluente.

Nesta secção, procuraremos começar a reflectir com mais frequência, sobre alguns termos das línguas kikongo e kimbundo, que induziram, em cada fase, à compreensão dos significados relevantes do fenómeno linguístico, nos diferentes grupos humanos aí presentes.

Será aqui também que nos debruçaremos sobre os assuntos que se referem aos primórdios dos contactos dos potentados kongo, através dos ‘línguas’ zombo, com os navegadores e conquistadores portugueses, nos seus actos expansionistas e mercantis (de ambos os lados, cada um à sua escala) e os posteriores conflitos ocasionados pelas forças políticas, económicas e sociais intervenientes.

– *O Reino do Kongo dya Ntotila ou Ntotela*

Esta fase corresponde ao declínio dos contactos diplomáticos portugueses pois, uma vez



<sup>10</sup> Benedict, Ruth (s/d) *Padrões de Cultura*. Livros do Brasil, Lisboa. p. 8.

estabelecida a confusão das potências negociantes e depois ocupantes, se tivermos em conta as suas próprias formas de entender o processo socioeconómico, os meios materiais e intelectuais de que dispunham, a experiência anterior adquirida e especialmente a capacidade de adaptação física, isto permitiu, com o tempo, um mais profundo internamento no sertão e uma menor dependência dos autóctones.

Este foi o caso dos portugueses, ao verem-se envolvidos pelo ancestral processo de mestiçagem física. Os estrategas da expansão marítima e abordagem continental sabiam das suas vantagens e desvantagens. Do que se tem escrito, somos mais sensíveis ao século XIX; aqueles que contactaram, por períodos mais ou menos longos, com as populações ultramarinas, ajudaram a entender melhor as relações sociais que se desenvolveram naquele século, altura em que se intensificaram as explorações científicas na Bacia Convencional do rio Zaire. Foi o período das grandes caravanas, incluindo as que escondiam já os desígnios da ocupação com o intuito da repartição de África pelos poderes europeus, a chamada expansão colonial africana.

Embora esteja uma panóplia documental por “descobrir”, há que regozijarmos dos muitos dos documentos legados, por exemplo, as cartas geográficas dos acessos portuários, dos relevos, entre outras, através das quais, as potências coloniais trocaram informações de relevante importância.

Este tipo de documentação, reputada do maior interesse, foi sempre sigilosa e nela residiram informações que permitiram a exploração de matérias-primas, defendidas a todo o custo pelos potentados negros.

– *O Reino do Kongo dya Xingongo e dya Gunga*

O último quartel do século XIX, é a fase da consolidação diplomática cristã, junto do então rei do Kongo, anteriormente marquês de *Katendi* e de seu nome oficial D. Pedro V de Água Rosada, porém, conhecido, em todas as terras do kongo, por *Ellelo*, (o rei dos Panos) *Ntotela*, *Ntinu a Kongo* e *Weni W'ezulu*.

Entretanto, o Estado Português vinha já há muito tomando progressivamente conhecimento das mais secretas informações, numa fase que iria prolongar-se durante séculos, repleta de percalços, até à fixação do imposto de cubata, por volta do início da segunda década do século vinte. Dedicarei maior atenção a esta fase, por ser nela que repousam documentos essenciais de cariz científico, testemunhos vivos, visto se tratar de um passado mais recente. Lembrarei, contudo, que terá, em todos os momentos, de ser rectificadora a sua fiabilidade.



O rei do Kongo Pedro Mbemba em audiência no Lumbu (Terreiro). Em baixo à direita, o residente Faria Leal, com o braço sobre a pele de leopardo (1896).

#### 4. Considerações finais

Se tivermos em linha de conta as observações tecidas pelo missionário Barroso acerca do modo de viver dos kongo, poderemos reflectir sobre algumas considerações após esta citação:

*“O que hoje observamos nestas populações leva-nos a pensar que o seu estado relativamente sedentário não data de séculos muito afastados. O grande prazer que este preto Congo experimenta em se passear de povoação em povoação, demorando muitos meses fora dos limites a que pertence, a facilidade com que pelas razões mais fúteis, às vezes um sonho, abandonam a povoação em que nascem, os seus chimbeques e phantaços; quando não é uma povoação inteira que emigra em massa para logares distantes<sup>11</sup>...*

Considerando fundamentalmente a sua posição geográfica, o ambiente natural que os envolve, os extensos planaltos de 500 a 1.000 metros de altitude, a savana seguida de pequenas florestas, a fertilidade dos seus terrenos (durante a colonização foram dos principais agricultores de amendoim, feijão e mandioca), verifica-se que os Kongo habitam um território privilegiadamente irrigado e de clima muito benigno, propício ao pastoreio, inclusive de gado bovino<sup>12</sup>, com o senão: de um último aceleramento de elevada percentagem da doença do sono, (mosca “tsé tsé”) ao qual foram acrescentados, como se não bastasse, surtos frequentes de cólera. Com o rodar dos séculos, estas condições contribuíram para que se cotassem entre os melhores condutores e senhores de caravanas comerciais, por se situarem estrategicamente entre as regiões do Kassai, do Kuango e ainda de “Stanley Pool”. Os contactos preferenciais com os povos da floresta, onde estavam incluídos os pigmeus *ba buty*, *ba inga* e os *baka baka*, permitiram o controlo dos caminhos, sendo curiosa a conotação, quanto a estes últimos do termo *baka baka*, que em *kikongo* quer dizer “*agarra agarra*”, sugerindo o conhecido vocábulo *kuata-kuata* em toda a Angola e Kongo e de tão funestas recordações. Refiro-me à guerra do *kuata-kuata*, relacionada especificamente com captura de escravos. Mais tarde, o mesmo *kuata-kuata*, foi aproveitado para as situações de *trabalho compelido em culturas obrigatórias*, método de trabalho esse, conhecido e aplicado por todas as administrações coloniais europeias.

Desta forma se poderá depreender, como os Kongo se souberam aproveitar das situações em que intervieram (e continuam a intervir), assumindo-se agentes activos e privilegiados entre os povos do interior e do litoral. A sua apetência pelo tráfico de todo o tipo de mercadorias afectou, e afecta ainda, profundamente a sua existência. O ambiente natural e a sua cultura imediatista, relacionada com o comércio de longa distância, levaram o bispo do Uije D. Francisco da Mata Mourisca, a esta apreciação:

*“O angolano congues caracteriza-se por um pragmatismo imediatista, que faz dele um comerciante nato. Investimentos que façam esperar muito tempo pelo lucro não o seduzem. Ele quer investir hoje e lucrar amanhã. Daí, a sua sedução pelo comércio, mesmo desde criança.”<sup>13</sup>*

Enfim, esta secular tendência dos Kongo e em especial do subgrupo Zombo para o comércio internacional indicia uma causa profunda, mas não única, do seu

---

<sup>11</sup> Barroso, já citado pag.208.

<sup>12</sup> Dias, Jorge, “Ambiente Natural e História”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Instituto de Antropologia, Faculdade de Ciências, Porto 1959, pag.103 a 116.

<sup>13</sup> Mourisca, D. Francisco da Mata, *Prefácio à Dissertação Mestrado do autor*.

modo de viver...Não cabe aqui entrar em pormenores, mas sempre foram especialistas no maior lucro proporcionado pelo mercado de contrabando (mercado paralelo) em que ainda hoje são mestres.

Tema 3

***Exemplos da interacção cultural. Relações dos portugueses com outros povos em África. Encontros civilizacionais.***

Prof. Doutor João Baptista Pereira Neto

[Aguarda-se o envio do texto pelo autor]

## **II Painel**

Coordenador: Tenente-general António de Jesus Bispo

**A evolução da situação desde as vésperas do século XX**

**Portugal e a Conferência de Berlim.**

Tenente-Coronel José Brandão Ferreira

*“Não temos de fiarmos das outras potências, mas sim de nós próprios.” (D. João V)*

**1. Introdução**

D. João V era muito jovem e há pouco tempo rei quando aprendeu todo o significado que a citação encerra. Foi ensinamento colhido durante a Guerra da Sucessão de Espanha, uma daquelas contendas europeias a que Portugal, pela sua posição geopolítica, não conseguiu ficar neutral.

Este ensinamento foi sempre válido nos quase 900 anos que levamos de vida própria e continua a sê-lo hoje em dia, sem embargo das elites portuguesas nem sempre o terem presente. E isso foi dramaticamente evidente no período de tempo que iremos tratar. Esta a primeira reflexão que vos deixo.

A Conferência de Berlim, de 1884/5 foi um dos dois acontecimentos mais importantes do século XIX, no que diz respeito ao Direito Colonial Internacional e à expansão dos europeus fora do seu continente. O outro evento teve a ver com a luta contra a escravatura e seu tráfico, cujo paladino tinha sido a Inglaterra, logo desde o início de oitocentos, não hesitando em empregar a força militar para atingir esse desígnio.

O primeiro decreto de abolição do tráfico nos domínios portugueses é de 10 de Dezembro de 1836 e da autoria do Marquês de Sá da Bandeira. No seu preâmbulo, este notável general e cidadão - que ficou em marquês enquanto, outros menos ilustres, foram a duque - referiu a necessidade de um novo arranque para África de modo a que se lá se pudessem desenvolver novos “Brasis”.

Nele se pode ler: “A gloria de continuar a grandeza começada pelo Senhor D. João II estava reservada a Vossa Majestade. A civilização d’África de que tantas Nações poderosas têm desesperado, é mais possível à Rainha de Portugal, que em Suas Mãos tem as chaves das principaes portas por onde ella póde entrar, e cuja authority é obedecida em varios pontos do Interior daquelle vasto Continente, que se acham situados a mais de duzentas léguas do mar. E assim como foi possível aos Soberanos de Portugal abrir estradas para a civilização, que nenhum outro Príncipe ousou fazer commetter, ser-lhes-há também possível aclimatisar, e fazer prosperar naquellas regiões esta planta benéfica.”

Porém, a agitação política e social na Metrópole que, não raras vezes originou guerras civis, golpes de estado, suspensão de parlamentos, ditaduras, e tragédias várias, de que resultou uma pré bancarrota permanente e a incapacidade para nos auto governarmos, impediu que o desiderato vislumbrado por Bernardo de Sá Nogueira, se pudesse cumprir. Ontem, como hoje. Uma segunda reflexão que vos deixo.

## **2. Enquadramento Histórico-estratégico de Portugal**

*“As conquistas, que supus serem um acessório de Portugal, eu as tenho pelo seu principal e ainda garantes da sua conservação.” (D. Luís da Cunha, in Instruções Inéditas a Marco António de Azevedo Coutinho)*

Portugal era, no início do século XIX, uma monarquia que ainda vivia nas ideias do *Ancien Régime*. Estas ideias tinham sido completamente postas em causa pela Revolução Francesa de 1789, a qual tinha sido antecedida pela Revolução Americana de 1776.

As ideias veiculadas por aquela revolução que passaram a ser levadas nas pontas das baionetas, daquele que passou a ser o primeiro exército miliciano do mundo, preocuparam sobremaneira o governo português e a Corte de então. D. Maria I chegou até a enviar uma Divisão Militar de 5.000 homens para combater os franceses em aliança, breve, com os espanhóis, na Campanha do Rossilhão. Corria o ano de 1793. Por esta altura ocorreram também variados ataques franceses a possessões ultramarinas portuguesas, nomeadamente na costa de Moçambique e Cabo Verde (ilha Brava), ao passo que a Inglaterra, em guerra com a França, tentou ocupar vários territórios portugueses com a desculpa de os querer proteger daquela.

No início do século XIX, era regente de Portugal o futuro D. João VI, por incapacidade de sua mãe a Rainha D. Maria I, e que só viria a ser aclamado rei, em 1816. Pode-se considerar Portugal como uma média potência, no mundo de então. Na Metrópole havia algumas manufacturas com valor embora a agricultura fosse deficitária; o exército tinha alguma expressão sem embargo das deficiências em equipamento e treino e a Marinha alinhava umas dezenas de navios de linha capazes e conseguia cumprir as suas missões fundamentais, que eram a de proteger a navegação com o Brasil e manter uma presença na Índia. O fosso tecnológico com os países mais avançados era pequeno e os proventos do Brasil, território em franco desenvolvimento, davam para cobrir todas as deficiências. Portugal mantinha presença em cinco continentes: Na Europa, com o Continente e os Arquipélagos dos Açores e Madeira; Na América com o Estado do Brasil, que ocupava só por si, metade da América do Sul; em África, Cabo Verde; a costa da Guiné que incluía o Casamança; a Fortaleza de S. João Baptista de Ajudá; Cabinda, o Ambriz e os reinos de Luanda e Benguela, além de S. Tomé e Príncipe; na África Oriental toda a costa que ia de Lourenço Marques até à ilha de Moçambique; na Ásia, Goa, Damão e Diu e Macau; e na Oceânia as ilhas de Timor, Solôr e Flores.

A população portuguesa em todos os territórios não deveria ultrapassar os cinco milhões de habitantes. Toda esta conjuntura foi fortemente abalada pelas invasões francesas do continente, que tinham sido antecedidas pela Guerra das Laranjas, em 1801, da qual resultou a perda de Olivença, que a Espanha retém ilegalmente até hoje.

As invasões francesas foram de extrema gravidade para Portugal. No fim das mesmas, em 1810 (embora o Exército português continuasse a perseguir os franceses até 1814, tendo chegado a Tolouse), estima-se que 10% da população (cerca de 200 a 300.000 pessoas) tenha perecido; a grande parte da indústria, vias de comunicação e infra-estruturas diversas, destruídas; a agricultura e o comércio, destruído ou desarticulado. Tudo isto representa um panorama que hoje dificilmente se consegue imaginar...

Grave ainda, porque a 1ª invasão tinha provocado a saída da família real e cerca de 15.000 pessoas de mais elevado estatuto social, para o Rio de Janeiro (e com ela a maior parte da Marinha), onde passou a funcionar o governo português e para garantir a ajuda britânica, teve que se abrir os portos brasileiros ao comércio inglês e a ter o território continental, a Madeira e a Índia, ocupadas por tropas inglesas, o que só terminou definitivamente com a expulsão de Beresford, em 1820.

A propagação das ideias liberais, cuja disseminação era potenciada pelas lojas maçónicas, o ódio no inglês que exorbitava as suas funções e se comportava como um território conquistado e a ausência do rei, que demorava em voltar a Lisboa, precipitaram a Revolução Liberal de 1820, ou vintista, que obrigou a corte a regressar à Metrópole, precipitou a independência brasileira e está na origem da guerra civil entre liberais e Miguelistas que durou entre 1828 e 1834.

Com a Convenção de Évora Monte deste último ano, que pôs fim à luta fratricida e viu D. Pedro IV abdicar em sua filha D. Maria a coroa de Portugal, lançou-se o país num período de reformas em movimento acelerado de que se destacam a extinção das Ordens Religiosas (que eram donas de cerca de metade do país) e a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira.

A debilidade política, as divisões existentes, o modo atrabiliário em que tudo se foi processando e a contínua debilidade económico-financeira, fez Portugal mergulhar em crises político-sociais sucessivas que vieram a desembocar em duas novas guerras civis, em 1846/7, a Maria da Fonte e a Patuleia, que só viria a findar com uma intervenção militar estrangeira, anglo-espanhola!

Em 1851, o Marechal Saldanha experimentado caudilho militar de muitas campanhas e golpes de estado, impôs pela força das armas a sua ida para chefe do governo.

Nessa altura as forças políticas certamente conscientes da situação a que os desatinos político-partidários, tinham conduzido o país, entenderam-se de modo a dar alguma estabilidade à nação, tendo-se constituído dois partidos, um mais à direita (o Regenerador) e outro mais à esquerda (o Histórico), que se alternariam no governo, numa tentativa de imitação do parlamentarismo inglês que ocupou todo o reinado de D. Luís e cuja principal figura foi o General Fontes Pereira de Melo. Deu-se assim início ao “Rotativismo”. Este regime trouxe alguma paz social e desenvolvimento ao País, sobretudo na agricultura e nas vias de comunicação e transportes e em infra-estruturas sociais.

No entanto, este modelo esgotou-se por 1890, devida a forte crise financeira e agudização de tensões políticas a que não é estranho o aparecimento em força das ideias republicanas catalisadas à volta do *ultimatum* inglês. A partir daqui o ataque à Monarquia foi-se intensificando e a tentativa de inverter a situação por parte do rei D. Carlos, pela tomada de posse do governo ditatorial de João Franco, veio a fracassar por via do assassinato do rei e do príncipe herdeiro, em 1 de Fevereiro de 1908.

Dois anos depois, em 5 de Outubro de 1910, a desorientação e divisão das forças monárquicas e a falta efectiva de liderança, fizeram soçobrar a Monarquia portuguesa, antiga de quase 800 anos, em menos de 24 horas, às mãos de cerca de 500 civis armados, meia dúzia de canhões e um subalterno de administração naval e isto depois do chefe da revolta, Almirante Reis se ter suicidado julgando a partida perdida! As Forças Armadas, minadas por dentro, assistiram mais do que intervieram. A Republica foi proclamada em Lisboa e retransmitida por telégrafo para o resto do país.

### **3. Actividade Político-Estratégica Relativamente ao Ultramar**

*“No conjunto presente, enquanto as coisas não tomam jeito a maior política será o maior disfarce e a melhor negociação será a de ter boas tropas e bons navios.”* (José da Cunha Brochado, in Carta de 28 de Novembro de 1700, ao confessor do Rei D. Pedro II)

A África tinha sido, salvo enquanto durou o comércio do Golfo da Guiné e o reino cristão do Congo, apenas utilizada como ponto de apoio para as armadas que se dirigiam à Índia. As praças do Norte de África primeiro, o Oriente depois e, finalmente, o Brasil, esgotaram sucessivamente as capacidades portuguesas. No princípio do século XIX o Brasil era a jóia da Coroa. E não só a jóia da coroa, era um território tão desenvolvido como a Metrópole e incomensuravelmente superior em tamanho e riquezas. A obra realizada pelos portugueses no Brasil tem sido muito subestimada!

Com a independência do Brasil o reino ficou muito afectado e desorientado e entrou naquilo a que se pode chamar um período de reflexão estratégica. Em simultâneo verificou-se a crescente cobiça europeia sobre África, nomeadamente de franceses e ingleses, que a pretexto da repressão ao tráfico de escravos (a Inglaterra tinha abolido o tráfico, em 1807 e pretendia que todos os países a seguissem), passaram a fazer reconhecimentos constantes. Tinha chegado pois, a vez dos portugueses se virarem para África. Mas as guerras civis, o caos político, o marasmo das FAs, a questão religiosa e a crise financeira demoraram continuamente o arranque de qualquer política efectiva. Além disso não era líquida a retribuição das riquezas face aos empreendimentos e o interesse português no passado, ter visado prioritariamente integrar a população indígena na comunidade cristã.

Foi o preâmbulo da directiva sobre o tráfico de escravos, apresentado pelo Marquês de Sá da Bandeira, em 1836, como já se referiu, que equacionou devidamente o problema. O decreto proibiu o tráfico de escravos em todos os territórios portugueses a Sul do Equador. No entanto a totalidade do tráfico só veio a ser abolida em todo o mundo português, em 1869. Esta questão do fim da escravatura foi importante para Portugal durante quase todo o século XIX. Muito pressionado pelo governo inglês para não só abolir todo o tráfico, mas também para ajudar na sua repressão, o governo de Lisboa foi tentando escalonar no tempo e no espaço, as acções a desenvolver de modo a não criar rupturas e a não prejudicar a economia. Sem embargo, do interesse português, após a independência brasileira em que deixasse de haver fluxo de escravos para o Brasil a partir de qualquer território nacional.

No fim da Guerra Civil, em 1834, as possessões portuguesas além-mar, eram como segue: Em Angola havia dois reinos, o de Angola que se estendia do rio Ambriz até ao Cuanza; e o reino de Benguela que ia do Cuanza ao Cabo Negro. No sentido leste/oeste não passaria das 100 léguas a influência portuguesa para o interior onde haveria cerca de 370 sobas subordinadas à autoridade portuguesa. A população rondava os 400.000 habitantes e apenas havia três câmaras municipais: Luanda, Benguela e Massangano. Para norte de Ambriz até Cabinda havia territórios sobre os quais Portugal tinha direitos históricos mas não exercia ocupação efectiva. Apenas dois a três navios nacionais demandavam anualmente os portos de Angola. A partir de 1844 abriram-se os portos ao comércio internacional e fomentou-se a colonização

européia cujas 2.000 almas existentes se concentravam quase exclusivamente em Luanda.

Na Costa Oriental de África a ocupação portuguesa era ainda mais diminuta do que em Angola. Desde 1815 que a capital se situava na ilha de Moçambique. Em 1834 os limites da nossa presença estendiam-se desde a Baía de Lourenço Marques até à Baía do Tungue. Antes tinha-se atingido o Cabo Delgado, mas a faixa de costa entre estes dois pontos tinha sido ocupada pelo Imano de Mascate. Para o interior a influência portuguesa era muito limitada. O ponto mais afastado era Tete e, em 1836, abandonou-se o posto do Zumbo, alvo de ataques. Eram, aliás, frequentes os ataques às povoações.

A população de toda esta vasta área era de cerca de 300.000 habitantes, em 1850. A população europeia, junta com a islamizada e hindu não ultrapassaria as 2.000 almas. As forças militares totalizavam cerca de 1.000 homens. Em termos religiosos, havia 11 paróquias. Era muito pouco.

Na Guiné, a vida portuguesa foi dominada pela figura do governador Honório Pereira Barreto, que tomou posse de Bissau e Bolama. E havia Cabo Verde. Na Índia as reformas de Mouzinho da Silveira acabaram com a figura do Vice-rei, ficando a de Perfeito.

A clivagem entre miguelistas e liberais fez-se sentir até 1845, durante o governo do Conselheiro José Ferreira Pestana. Pangim foi elevada a cidade, em 1843, e criadas, em 1851 a Escola Médico-Cirúrgica de Goa e a Companhia Comercial de Goa.

Macau e Timor estavam dependentes do Estado da Índia. Tal modificou-se em 1844 com a criação da província de Macau, Solôr e Timor, ficando o governador em Macau. Em 1849 o governador Ferreira do Amaral foi assassinado e houve graves tumultos. Uma tentativa de bombardeamento da cidade foi repelida por um ataque notável, conduzido pelo Tenente Nicolau de Mesquita, que tomou o Forte de Passaleão.

Timor era o território mais longínquo e abandonado pela mãe Pátria. Em 1840 contavam-se apenas oito missionários que, apesar de tudo, tinham um papel muito importante no desvio do comércio com os holandeses a favor de Portugal. Arrastavam-se questões de fronteiras com a Holanda. Para resolver estes problemas foi nomeado governador Lopes de Lima, mas a falta de dinheiro fez este exorbitar as suas funções e fazer um acordo com os holandeses pelo qual lhes vendeu a ilha das Flores e o arquipélago de Solôr. Lopes de Lima foi preso, mas os territórios perderam-se para sempre.

A extinção das Ordens Religiosas, em 1834, teve graves consequências no Ultramar, tendo todas as missões sido abandonadas à sua sorte e cuja acção junto das populações era insubstituível.

O Padroado do Oriente sofreu gravemente. Tentou-se remediar a situação no final do reinado de D. Maria II: foi criado um seminário em Luanda, em 1853, e já anteriormente havia sido criado um outro, no Bombarral que se destinava a formar religiosos para a China. Em 1855, já no reinado de D. Pedro V, o colégio de Cernache de Bonjardim ganhou relevo ao formar cerca de 200 sacerdotes para o serviço de além-mar. A sua coroa de glória foi a missão de S. Salvador do Congo, iniciada em 1881 e que salvou a nossa soberania naquelas paragens, após a Conferência de Berlim de 1884. Outras congregações se salientaram conforme ia crescendo o interesse por África.

Entretanto as principais potências europeias iam-se estabelecendo em África a começar pelo norte, árabe-berbere. Os franceses tentaram ocupar a Tunísia, a Argélia

e parte de Marrocos, dividindo este último território com a Espanha, que se foi estendendo para sul até ao Sahara Ocidental. A Grã-Bretanha veio a ocupar o Egipto, tendo em vista a ligação através do Suez com a Índia. A Itália depois de unida lançou os seus apetites para a Tripolitânia, actual Líbia e, mais tarde, para a Abissínia. Como se sabe Portugal tinha deixado de ter interesses directos em Marrocos, desde o abandono de Mazagão, em 1769.

A partir do início do século a África Negra deixou de ser olhada apenas como reservatório de escravos para passar a local apetecível de ocupação. Concorreu para isto, a curiosidade científica, a procura crescente de produtos tropicais, a necessidade de matérias-primas e a cativação de novos mercados, que a Revolução Industrial não só potenciava como exigia. A perda de controlo dos territórios que dispunham na América do Norte, por parte da França e da Inglaterra encaminhou, naturalmente, estes países para outras paragens.

Os ingleses, por ex., estabeleceram-se no Cabo, em 1815.

À medida que se entrava na segunda metade do século o interesse por África cresceu desmesuradamente. Constatava-se a ignorância sobre tão vasto território, sobretudo o seu interior. E do interesse dos governos passou-se à opinião pública e desenvolveu-se a Geografia. Deste modo começaram a surgir um pouco por todo o lado “Sociedades de Geografia”, o que no caso português se verificou a 11 de Novembro de 1875. Entretanto tinha sido fundada a Associação Internacional Africana pelo rei Leopoldo da Bélgica, em 1876, a fim de explorar cientificamente a África, estabelecer vias de comunicação e abolir a escravatura. Mas, passado pouco tempo, cada nação desenvolveu a sua actividade sem estar subordinada à orientação central desta associação, à excepção da Bélgica.

Sobre forte pressão dos “lobbies” industriais e comerciais alemães, Bismark acabou por lançar os olhos sobre o continente africano e, em apenas três ou quatro anos, formou-se o império alemão em África que englobava Angra Pequena, Camarões, Togo e a África Oriental Alemã.

As viagens de exploração sucederam-se e toda esta actividade veio a culminar na Conferência de Berlim de 1884/5, onde se fez a partilha do continente e se desencadeou uma autentica corrida a África.

#### **4. Antecedentes Próximos da Conferência de Berlim**

*“A acção colonizadora tem um duplo fim, o qual deveria ser exercido no interesse dos povos colonizados e ao mesmo tempo no interesse da comunidade internacional e do seu progresso.”* (Lord Lugard, militar e alto funcionário colonial inglês, início do século XX, na sua obra “Dual Mandate”. Considerava a colonização portuguesa “Avant la lettre” e que pendia mais para a segurança político-militar da cristandade e do seu alargamento geográfico).

A situação e a intervenção portuguesas anteriormente à Conferência de Berlim foram muito frágeis. Muito resumidamente, a Constituição de 1838 permitia que os governadores ultramarinos pudessem decidir sobre alguns assuntos e em certas circunstâncias, sem conhecimento da corte ou do governo central. Em 1843 a Secretaria de Estado divide-se em duas: Marinha e Ultramar.

A partir dos anos 30, várias expedições foram organizadas para explorarem o interior africano e deles veio a beneficiar a cartografia e o comércio, ao mesmo tempo que se fundaram feitorias, vilas e cidades.

A questão da escravatura obrigou a um reordenamento jurídico internacional e afectou muito o nosso país. É necessário deixar bem claro, que todas as nações coloniais praticaram a escravatura e que Portugal, tendo levado escravos para Cabo Verde, S. Tomé e Brasil, não foi o iniciador deste tráfico nem o principal beneficiário dele. A Inglaterra utilizou este tipo de mão-de-obra em larga escala e sabe-se que as condições em que o fez não foram as mais brandas.

Apesar de todas as transigências de Portugal e da colaboração correcta e leal que sempre mostrou no cumprimento do acordado e na repressão do tráfico, foi o nosso país, objecto de campanhas injustas por parte da Inglaterra e abandonado quando precisava de ajuda, como foi o caso, em 1857, do apresamento da Barca Charles et George, em Moçambique, relacionado com o tráfico de escravos.

Este incidente onde Portugal tinha toda a razão, veio a ser enredado com a questão das irmãs da Caridade, onde a razão estava do lado da França. A França lançou um “ultimato” a Portugal, a Inglaterra recusou-se a ajudar-nos e a presença de uma Divisão Naval Francesa no Tejo, fez o resto: Lisboa pagou uma indemnização. José Estêvão fez um discurso patriótico. Mais ninguém reagiu em Portugal. Ora aqui está outro excelente assunto para nova reflexão!

Um conflito entre o governo e a Santa Sé estalou também por causa de questões relacionadas com o Padroado do Oriente, que só se resolveu em 1857, através de nova Concordata com a Santa Sé.

Destacam-se ainda a questão de Bolama, que se arrastava desde 1792 e que os ingleses reivindicavam para si. O conflito veio a ser dirimido a favor de Portugal por arbitragem internacional do Presidente dos EUA Ulisses Grant, com sentença datada de 21 de Abril de 1867.

Seguiu-se a questão de Ambriz, Molembo e Cabinda, territórios reivindicados pela Grã-Bretanha, depois de ter reconhecido os direitos Lusos, em 20 de Setembro de 1845. O governo Português mandou ocupar militarmente o Ambriz, em 1855. A Inglaterra protestou mas não passou daí, (talvez por estar em guerra no Cáucaso). Esta questão veio-se a ligar, mais tarde, a uma outra, maior, relativa à Foz do Zaire. O problema seguinte deu-se em Lourenço Marques. Os ingleses temendo que os Bóeres ocupassem a cidade, desembarcaram, em 1861, nas ilhas de Inhaca e dos Elefantes. Os portugueses protestaram, acabando os ingleses por sair e sendo substituídos por tropas portuguesas.

Mas a contenda arrastou-se, resolvendo o governo de Lisboa deitar mão do mesmo expediente usado com Bolama, o que resultou, cabendo agora a arbitragem ao presidente francês MacMahon, cuja resolução foi conhecida a 24/7/1875, a qual também nos foi favorável.

Deve ainda referir-se a nova “Carta Organica da Admnistração Ultramarina”, de Rebelo da Silva, de 1869, pela importância que teve

## **5. A Conferência de Berlim**

“Foram-se-nos mais de três partes do Império de Além-Mar e Deus sabe que dolorosas surpresas nos reserva o uturo...”  
(Mouzinho de Albuquerque, Carta ao Príncipe D. Luís Filipe de Bragança)

Na Conferência de Berlim, realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro do ano seguinte, participaram 14 países, entre os quais Portugal, cujos representantes foram António Serpa Pimentel, Luciano Cordeiro e o Marquês de Penafiel, Carlos du Bocage, e os Condes de S. Mamede e de Penafiel. Três pontos principais constituíram a agenda da Conferência:

- A liberdade de comércio em toda a bacia do Zaire e sua foz;
- A aplicação dos princípios do Congresso de Viena quanto à navegação nos rios internacionais;
- A definição de critérios para que se pudesse considerar válida a ocupação de quaisquer áreas no continente africano.

Foi, porém, a primeira questão que espoletou a realização da conferência. Em 1884 a Inglaterra alarmada com as acções da França e da Bélgica no Congo, procurou fazer um Tratado com Portugal a fim de arrumar disputas quanto à região contestada. Veio a assinar-se o Tratado do Zaire, em 26 de Fevereiro de 1884. Mas o tratado foi contestado pela França, Alemanha, Holanda e EUA e o governo inglês não o ratificou. O ministro Barbosa do Bocage lança, então, a ideia de uma Conferência e esta ideia é aproveitada, mais tarde, por Bismark para convidar os diferentes países para uma Conferência em Berlim, que teve início a 15 de Novembro de 1884.

Esta Conferência foi a mais importante que se realizou em todo o século XIX, visando regular o Direito Internacional Colonial. Nela se tratou de inúmeras questões e dela saiu a criação do Estado Independente do Congo, tendo como soberano o Rei dos Belgas.

Porém a questão mais importante para Portugal veio a ser o conteúdo do capítulo VI do Acto Geral de Berlim: a “declaração relativa às condições essenciais a preencher para que as novas ocupações na costa do continente africano sejam consideradas efectivas”.

Do anterior, achava-se suficiente a primazia no descobrimento, que as bulas papais sancionavam. Cedo, porém, se achou que havia necessidade de se efectuar um acto de posse. Deste modo, os navegadores portugueses passaram a desembarcar em terra e a colocarem “cruzes de pau” em sinal dessa posse. Mais tarde, no tempo de D. João II as cruzes foram sendo substituídas por padrões em pedra com as insígnias reais portuguesas, a fim de não serem destruídas facilmente. Sempre que possível esta posse “simbólica” era complementada com a posse efectiva através da construção de fortalezas, feitorias ou cidades. E nos territórios despovoados eram feitas doações a capitães donatários que tinham a incumbência de os povoar e explorar.

A partir de meados do século XIX, as questões pela luta contra a escravatura e da tendência que surgiu na Europa para o alargamento da sua influência em África, veio a obrigar à posse efectiva do território que permitisse até a penetração no interior africano. Ora, estas necessidades que outras potências sentiram chocavam-se com os direitos portugueses e daí a tentativa de rever toda a questão. A Conferência de Berlim não resolveu todavia todo o problema, pois apenas se ocupou da costa. A questão do interior não convinha que fosse ainda apreciada, pois nenhuma das potências se achava em condições de se aproveitar dessa doutrina.

Vejamos, então, os termos da declaração que forma os artigos 34.º e 35.º do Acto Geral da Conferência:

- “A potência que de futuro tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora das suas habituais possessões ou que, não a

exercendo até aí, venha a adquiri-la, e igualmente a potência que num desses territórios vier a assumir um protectorado, acompanhará o respectivo Acto de uma notificação às outras potências signatárias do presente Acto a fim de lhes permitir que façam valer, se for caso disso, as suas reclamações.”

– “As potências signatárias do presente Acto reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano a existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e eventualmente a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que for estipulada”.

Foi esta declaração que veio obrigar a um enorme esforço de Portugal em África que se estendeu até praticamente aos anos 30 do século XX e que nem sempre conseguiu os resultados desejados, apesar do pesado fardo em vidas e cabedais consumidos.

Para finalizar, realça-se a presença na Conferência de potências que não dispunham de colónias, como foi o caso dos países escandinavos e até não europeus, como por exemplo os EUA. Ou seja, os assuntos coloniais deixavam de ser considerados apenas uma questão que dizia respeito às nações que possuíssem territórios no Ultramar, para passar ao âmbito alargado de todas as nações civilizadas. Assim, as potências coloniais passavam a obrigar-se a normas também elaboradas e votadas por países que nada tinham a ver com a colonização ou administração directa de territórios, mas que se dispunham a usufruir dos réditos provenientes das colónias sem terem de suportar os respectivos custos.

## **6. As Consequências da Conferência de Berlim**

“Tais oficiais e soldados são o orgulho dos chefes que têm a honra de os dirigir, exaltam o seu país e o seu Rei, e bem merecem da Pátria.” (Coronel Galhardo, sobre o comportamento das tropas no combate de Coolela, Moçambique, 1895)

Portugal, cujo ambiente da Conferência lhe fora hostil, conseguiu apenas duas vitórias:

- Impediu-se o estabelecimento da Associação Internacional Africana na margem direita do Zaire;
- Foi retirada do acto geral, a referência inglesa à internacionalização do Zambeze.

As decisões de maior peso que afectaram directamente Portugal foram a declaração sobre a liberdade de culto e a ocupação efectiva dos territórios. Sabia-se que só as grandes potências estavam em condições de fazer isto e tratava-se também de impor um *modus vivendi* aos africanos – obviamente sem ter em conta qualquer opinião sua. Portugal não estava capacitado na altura para lidar com estas exigências e as outras potências sabiam-no.

Portugal era o país que mais tinha a perder, percebeu o aviso e encetou numerosas acções para tornar mais efectiva a sua presença e salvaguardar os seus interesses.

Após a Conferência de Berlim urgia avançar com as medidas que assegurassem a soberania nos territórios onde flutuava a bandeira portuguesa, segundo os ditames acordados no acto final da mesma.

O grande princípio era o da ocupação efectiva, quer dizer militar e administrativa, a que se teria que juntar o desenvolvimento social e económico.

Ora, neste âmbito, Portugal apresentava grandes lacunas. Era forçoso agir se o país quisesse salvaguardar o seu património e ter algum peso nas relações internacionais onde pontificavam uma boa meia dúzia de grandes potências.

O envio de tropas e de funcionários para todos os lugares onde se fazia sentir a sua falta era, porém, virtualmente impossível para Portugal. Por outro lado, o acordado na Conferência de Berlim dizia respeito fundamentalmente aos territórios junto à costa, já que o *hinterland* africano era muito mal conhecido. Daí as numerosas expedições de reconhecimento organizadas.

Eram os portugueses, apesar de tudo, detinham o melhor conhecimento de África e das suas populações, e os que melhor comunicavam com estas e auferiam de maior prestígio.

Deste modo, alinhavaram-se no horizonte português os seguintes vectores de actuação estratégica:

- Garantir a estabilidade suficiente na Metrópole a fim de desviar recursos para África onde se poderia pensar na construção de um novo império português;
- Garantir a posse de pontos de apoio importantes (de que já se dispunha alguns nas costas ocidental e oriental) e o controle de importantes estuários;
- Apoiados nas zonas costeiras reconhecidas a Portugal, passar a explorar o *hinterland*, de modo a garantir a posse de novos territórios;
- Garantir a pacificação das zonas ocupadas através do estabelecimento de uma rede de quadricula de postos militares e administrativos;
- Jogar diplomaticamente com as rivalidades existentes entre as potências concorrentes, de modo a favorecer o interesse nacional.

Para executar esta estratégia dispunham os portugueses das seguintes potencialidades:

- Conhecimento e experiência acumulados durante quatro séculos de permanência em África;
- Facilidade de comunicação com os povos indígenas;
- Prestígio junto dos autóctones, para muitos dos quais o nome “português” era sinónimo de todo e qualquer homem branco;
- Direitos históricos que apesar de contestados podiam ser esgrimidos no campo do Direito e da Moral;
- Domínio de portos importantes que serviam o interior;
- Domínio de alguns estuários de grandes rios, de enorme importância para a navegação, comércio e penetração para o interior;
- Coesão no imaginário nacional relativamente à manutenção e defesa dos territórios de além-mar e da sua importância para a sobrevivência da “Metrópole”.

Estas potencialidades eram, porém, contrariadas por extensas vulnerabilidades:

- População pouco numerosa e com baixo índice cultural médio;
- Agitação político-social na Metrópole;
- Deficit crónico nas finanças;
- Economia débil;

- Fraca organização e deficiente prontidão das tropas de terra e mar;
- Inexistência de serviço de informações;
- Completa dependência económico-financeira da Inglaterra.

Numa palavra, o Potencial Nacional mobilizável era muito diminuto.

Quando terminou a Conferência de Berlim as diferentes potências apressaram-se a confirmar as relações entre si. Foi assim que, a Espanha renovou com a Itália o tratado sobre o Mediterrâneo; a Alemanha renovou a Tríplice Aliança com a Áustria e a Itália; a França aproximou-se da Rússia e esta procurou estreitar relações com a Alemanha. A Inglaterra jogava (como sempre fez), no tabuleiro europeu no sentido de procurar um equilíbrio ou desavenças que a favorecessem. Na época, oscilava entre a Alemanha e a Rússia.

Quanto a África, a abertura do Canal do Suez, em 1869, tornou o domínio do Egipto fundamental para a Inglaterra, já que permitia uma ligação mais rápida com os seus domínios do Oriente, sobretudo com a Índia. Cecil Rhodes comandava os interesses ingleses no Sul de África cobiçando todas as regiões onde pudessem existir ouro e diamantes. Sonhou até, ligar o Egipto ao Cabo através de um extenso corredor.

A França ampliava a sua influência na Tunísia como já tinha feito na Argélia e mais tarde se estenderia a Marrocos.

Por sua vez a Itália penetrava no território que é hoje a Líbia e iniciava a sua influência nas margens do Mar Vermelho. Todo o Norte de África caía politicamente sob o domínio europeu, através das “ajudas” económicas e financeiras. Tudo isto mudava a geopolítica do Mediterrâneo e tinha consequências a nível militar. Entre outras, barrava o caminho ao expansionismo russo naquele mar e ameaçava-se directamente o Império Otomano, em decadência.

O expansionismo ocidental em África acabou por arrastar a Alemanha. Bismark era inicialmente contra o envolvimento do seu país neste continente, apostado que estava (como continentalista que era), no domínio de toda a Europa Central. A Alemanha era, aliás, superior na Europa a todas as potências em termos de economia, indústria e potencial militar terrestre, mas faltava-lhe poder marítimo.

Os objectivos político-estratégicos alemães passavam, prioritariamente, pela neutralização da França, impedindo que esta fizesse “pontes” com a Rússia, ao mesmo tempo que criava atritos com a Itália e mantinha boas relações com o Império Austro-Húngaro.

No entanto, só depois da demissão de Bismark, com Guilherme II, a Alemanha iniciou uma política de expansionismo à escala mundial.

Na bacia do Zaire, num vasto e rico território, mas quase sem saída para o mar, dominava o rei dos Belgas, Leopoldo.

Este era o panorama geral.

No meio de tudo isto, Portugal constituía um elo fraco, do qual as diferentes potências pretenderam tirar vantagens, se possível dirimindo eventuais conflitos entre si, à custa do nosso espólio. Sobre o nosso país foi então intentado todo o tipo de acções: desde tentativas de isolamento, acusações de tráfico de escravos, trabalho forçado e intolerância religiosa; conluícos secretos entre potências para nos abocanharem pedaços de território; incitamento à sublevação de povos que estavam debaixo da autoridade portuguesa, etc., de tudo um pouco sofreu o país por causa da cobiça alheia.

Com este pano de fundo, resolveu o governo português avançar, em 1887, através do ministro Barbosa du Bocage, com um plano de expansão no Sul de África

isto depois de se ter garantido no ano anterior, através de tratados, respectivamente com a França e a Alemanha, os limites fronteiriços na Guiné, no Sul de Angola e Norte de Moçambique.

Era o mapa cor-de-rosa, que tentava ligar Angola a Moçambique através do *hinterland* africano. A isto opunham-se os interesses ingleses. A ideia não era nova e desde o século XVII que era ventilada.

Em Lisboa reconhecia-se a necessidade de apoios internacionais para esta ideia. Daí as duas convenções com a França e a Alemanha, já citadas, terem servido também para a apoiar.

Estes apoios serviam ainda para alargar as nossas ligações exteriores, devido à excessiva dependência em que o governo de Lisboa se encontrava relativamente à Grã-Bretanha, que não poucas vezes nos tratava como simples protectorado ou não nos defendia.

As terras que ambicionávamos não pertenciam a ninguém e, a nosso favor, podíamos alinhar as diversas explorações feitas em várias épocas por portugueses: Mas os ingleses tinham outros interesses, dos quais se destacam:

- O já citado corredor que ligava o Cabo ao Cairo;
- A descoberta de diamantes em Kimberley e de ouro no vale de Kaap, cujas áreas só poderiam ser tomadas pelo torneamento dos estados bóeres do Orange e do Transval (como veio a acontecer).

Tendo isto em vista, os ingleses começaram a aliciar os chefes indígenas das regiões visadas, incluindo aqueles que já tinham prestado vassalagem a Portugal como os Macololos e os Machonas e até o célebre régulo de Gaza, Gungunhana.

Portugal deu início a várias acções de ocupação: entre 1887 e 1890, o vale do Zambeze foi ocupado por Paiva de Andrade; a região do Niassa foi explorada por António Maria Cardoso; Artur de Paiva ocupou o Bié e Paiva Couceiro foi enviado para o Barotze. Numerosas sobas prestaram vassalagem a Portugal.

Quando Serpa Pinto recebeu a missão de estudar, no Alto Chire, a construção de uma linha de caminho de ferro que assegurasse a ligação do lago Niassa com o mar, apoiado numa forte coluna militar, que mais tarde se ligaria no baixo Catanga a outra coluna portuguesa vinda do Bié, sob o comando de Paiva Couceiro, estaria dado o primeiro passo sério para a consumação do mapa cor-de-rosa.

O governo inglês de Salisbury, incitado por Cecil Rhodes, resolveu intervir, fazendo chegar um protesto a Lisboa. Das cartas trocadas defendeu-se o governo português, em 20 de Dezembro de 1889, sendo conciliatório e dando garantias quanto à integridade de todos os direitos ingleses. Não se deu por satisfeito o governo de Londres que, a 11 de Janeiro de 1890, apresentou ao governo português, através do seu ministro em Lisboa, George Pettre, um ultimato, exigindo a retirada portuguesa das terras em disputa.

Os termos em que estava redigido e o prazo dado não permitia qualquer negociação, nem apoios externos e o seu não cumprimento levaria certamente a um ataque militar inglês. Assim o entendeu o Conselho de Estado, de imediato reunido sob a presidência do Rei D. Carlos.

Na sequência, o governo português que tinha a força do Direito mas não tinha o direito da força, cedeu a esta, protestando no entanto os seus direitos aos territórios em disputa e pretendendo, no âmbito do artigo 12º da Conferência de Berlim, ver o assunto resolvido através de mediação ou arbitragem. Uma onda de indignação e patriotismo varreu o país.

Por não concordar com a posição do Conselho de Estado, demite-se o governo e uma onda de indignação anti-britânica percorreu a sociedade portuguesa. Negocia-se em Londres, em Agosto de 1890 um projecto de acordo mas a emoção é funda e o mesmo é rejeitado. E com isto cai o ministério. O novo governo, de João Crisóstomo continuou as negociações assinando-se um tratado definitivo, em 11 de Junho de 1891. Foi este tratado que delineou praticamente as fronteiras de Angola e Moçambique e que os portugueses procuraram desenvolver a partir de então. Da crise de 1890, é fácil concluir que os direitos portugueses eram incontestáveis. Porém cometeram-se erros graves:

- Negociou-se separadamente com a França e a Alemanha, sem incluir a Inglaterra;

- Não houve coesão política nacional quanto à questão e não se conseguiu reunir força económica e militar suficiente para apoiar os objectivos políticos;

- Acreditou-se, ingenuamente, que a França e a Alemanha, iriam afrontar a Grã -Bretanha, para nos defenderem o que, naturalmente, não sucedeu.

No transe, o Conselho de Estado não poderia ter arriscado outra posição.

No fundo e como causa primeira de tudo, a fragilidade económica, política e militar de Portugal. Esta a reflexão mais importante...

No seguimento desta gravíssima crise com a Grã-Bretanha colocava-se ao Estado Português a questão do que fazer com a Aliança Inglesa: continuá-la dentro das nossas possibilidades ou aproximarmo-nos da França ou de outra potência europeia que melhor servisse os nossos interesses? Na definição futura foi importante a acção do rei D. Carlos que tentou encontrar uma política externa tão independente quanto possível.

A rivalidade entre as potências europeias vinha facilitar este desígnio e foram razão essencial pela qual Portugal conseguiu salvaguardar grande parte do seu território ultramarino, nesta época.

De facto, as campanhas contra Portugal não paravam, aliás numa tradição que já contava séculos: enquanto havia paz com Portugal na Europa, atacava-se tudo o que este possuísse além-mar! Eram as mais variadas as acusações lançadas: incapacidade administrativa, atraso económico, prática de escravatura, finanças ruinosas; alegavam-se massacres e fomentava-se a insurreição entre as populações indígenas. As potências ofereciam-se inclusive para substituir Portugal suportando “filantropicamente,” o “fardo do homem branco” que, no seu pensamento, os portugueses não tinham meios para garantir, só assim sendo viável levar a civilização ao continente africano.

A recusa ou resistência do governo de Lisboa a este ideário era tida como um embaraço inaceitável á alta política europeia...

Deste modo, a Inglaterra e a Alemanha aproveitando a crítica situação financeira portuguesa, vieram a realizar convénios secretos relativamente à partilha de territórios ultramarinos portugueses.

Ao contrário do que se possa pensar da rivalidade anglo-alemã (ou prussiana), derivado sobretudo das duas confrontações mundiais do séc. XX, o entendimento entre estas potências marcou muitas das épocas anteriores. Assim, ingleses e prussianos combateram do mesmo lado nas guerras da Sucessão e Espanha e dos Sete Anos, e contra Napoleão, em Waterloo. A hegemonia da Prússia teve o apoio inglês, cujas famílias reais estavam ligadas desde Jorge II (com a casa de Hanover). Quando o poder de Berlim esmagou a Dinamarca, a Áustria e a França, Londres não

reagiu. E quando houve diferendos sempre se tentou dirimi-los à custa de terceiros. A subida ao trono de Guilherme II, que era neto da rainha Victória, veio perspectivar ainda um melhor entendimento entre os dois países.

A rivalidade entre ambos só se começou a desenhar claramente a partir de 1904, com a *entente cordiale* entre a França e a Inglaterra precipitada pela recusa alemã da oferta britânica de aliança, em 1898, 1899 e 1901, feitas pelo ministro das colónias de Lord Salisbury, Joseph Chamberlain. A negativa alemã baseava-se no seu desejo de manter e reforçar as alianças no Continente e de reavivar as desinteligências entre a França e a Grã-Bretanha.

Relativamente a Portugal, porém, Londres e Berlim, temiam que outras potências, nomeadamente os EUA, a Rússia, a França ou a Bélgica pudessem penetrar em áreas de influência que pretendiam preservar como suas – até porque políticos portugueses discutiam na praça pública se deviam vender as colónias ou não.

Sabendo Portugal em situação aflitiva face aos credores externos ofereceram-se os governos, inglês e alemão para nos fazerem empréstimos tendo como penhor os rendimentos das alfândegas do ultramar. Em 1898, Balfour assinou com os alemães dois acordos secretos, prevendo a partilha das províncias portuguesas de África: para a Inglaterra, ficaria todo o Sul do Zambeze e o Norte de Angola; para a Alemanha, o Sul de Angola, o Norte de Moçambique e Timor. Suspeitou o governo português, chefiado por José Luciano do acordo e recusou o empréstimo.

Por outro lado a França, que também soubera do segredo, apressou-se a oferecer a quantia necessária de “forma desinteressada” já que lhe convinha desfazer o entendimento anglo - alemão. Com este apoio, com a denúncia da trama feita em Londres, e de alguma forma fortalecidos com as vitórias militares obtidas no Sul de África – das quais se deve realçar as Campanhas de Moçambique entre 1894 e 1897 – foi possível levar a Inglaterra a denunciar os seus acordos e a honrar a Aliança e o acordo de 1891 com Portugal.

Um outro aspecto que influiu positivamente nas relações anglo-lusas foi a exploração que o governo português fez da guerra anglo-Bóer. Necessitando a Inglaterra do auxílio português, foi-lhe dito que o daríamos caso a Aliança fosse invocada o que veio a acontecer. Como corolário, foi assinado o Tratado de Windsor, em finais de 1899, após o que melhoraram muito as relações entre os dois países.

A luta durou três anos e terminou em 1901, após tenaz resistência dos Bóeres, que foram abandonados à sua sorte apesar das promessas de simpatia de grande parte dos países europeus.

A influência da Conferência de Berlim estendeu-se até ao início da IGG, tendo Portugal aproveitado para efectuar numerosas acções de consolidação da soberania.

## **7. Conclusões**

*“Não há vento favorável para aquele que não sabe para onde vai.” (Sêneca)*

Como se sabe a célebre expressão “Ventos da História” (como se sabe a expressão usada foi “os ventos de mudança que varrem o continente...”), foi proferida pela primeira vez, em 1960, pelo então 1º ministro britânico MacMillan, quando visitava a República da África do Sul. Mas estes “Ventos da História” sempre nos afectaram desde que navegámos para as Canárias, a partir de 1340.

E foram sempre soprados pelas maiores potências em cada época. O que se passou na Conferência de Berlim, não fugiu à regra. E o que se lhe seguiu também não. Lembro muito resumidamente que tivemos que lidar com as cobiças castelhanas e espanholas sobre as Canárias e o Golfo da Guiné, o que conseguimos resolver pelo tratado de Alcáçovas, de 1479 e sobretudo com o notável Tratado de Tordesilhas, de 1494.

Enquanto a Cristandade se manteve unida o Papa ia conseguindo dirimir as questões entre príncipes cristãos, através de Bulas, mas a partir de Lutero, Calvino e Henrique VIII, as potências protestantes deixaram de reconhecer a autoridade do Santo Padre. A expulsão dos judeus, em 1496 e a posterior perseguição pela Inquisição, fez voltar contra nós a nação da diáspora. Portugal passou a estar entregue apenas, à qualidade das suas políticas e estratégias, ao saber da sua diplomacia e no valor dos seus soldados e respectivo armamento.

Ainda hoje é assim. Convinha também reflectir sobre isto.

Tendo Filipe I, de Portugal, decidido, em 1585 e 1595, fechar os portos nacionais ao comércio com os países “hereges” do Norte da Europa decidiram, primeiro, os holandeses, e depois franceses e ingleses, procurar os produtos coloniais na origem. Daqui resultou a tese do *mare liberum*, em contraponto ao *mare clausum*, de D. João II, a qual defendia que a navegação e comércio no mar oceano devia ser livre para todos, o que passou a fazer doutrina. Estávamos em 1608. Como defesa a Inglaterra proibiu que se pescasse nas suas águas, logo em 1609 e, em 1651, fez publicar o “Pacto Colonial”, pelo qual obrigava a que o comércio das colónias passasse obrigatoriamente pelos portos ingleses, em navios ingleses e tripulações maioritariamente inglesas. Tese que ainda entrou pelo século XIX dentro. Princípio este, que a Inglaterra nos “obrigou” a abandonar relativamente ao Brasil em troca da protecção dada à família real quando esta retirou para o Rio de Janeiro, em 1807.

Depois disto suportámos tudo o que foi sendo estatuído para a supressão da escravatura e seu tráfico até que chegámos à tese da ocupação efectiva e do desenvolvimento dos indígenas, a fim de ultrapassar os direitos históricos, de que nós fomos, mais uma vez, os principais visados e vítimas

Entre as duas guerras mundiais tivemos que nos equilibrar no meio dos sistemas dos “mandatos” e dos “duplos mandatos”, que resultaram da destruição dos impérios Otomano e Austro-Húngaro e da derrota alemã na IGG.

E ainda tivemos que conseguir frustrar três conluios secretos entre a Inglaterra e a Alemanha, em 1898, 1913 e 1938, que pretendiam – mais a Inglaterra do que Alemanha, diga-se de passagem – dirimir os seus conflitos à custa dos nossos territórios; e os mal disfarçados apetites que os EUA passaram a deitar sobre os Açores, pelo menos desde a vergonhosa guerra que travaram com a Espanha, em 1898.

Finalmente, após a II Guerra Mundial, os EUA juntaram os seus esforços aos da União Soviética para expulsar todos os europeus dos seus territórios do Ultramar. Com nítidos objectivos políticos, estratégicos e económicos. Para dar um ar filantrópico à coisa, inventaram a doutrina da autodeterminação dos povos, que tinha muito pouco de autodeterminação e muito de substituição de soberanias.

E mais uma vez Portugal foi apanhado no meio deste fogo cruzado. E como se decidiu a resistir altaneiro, com sempre fizera nos últimos seis séculos, repito nos últimos 600 anos – não foram 600 dias – e o fez da forma mais competente em todo esse período, foi intentada, a nível mundial, a maior campanha alguma vez montada

contra a nação dos portugueses – que não contra o Estado português – como alguns mal avisados defendem.

É o esforço de toda esta gesta que não merecia o fim ignominioso da “Descolonização exemplar” e da “retirada de pé descalço”, que vamos homenagear amanhã junto ao monumento aos Combatentes do Ultramar, em Pedrouços.

De facto a “Comunidade Internacional”- sobretudo as suas potências maiores – nunca compreenderam nem aceitaram que um país tão pequeno e carente de recursos, como Portugal, se tivesse alcançado a semelhante grandeza histórica. Grandeza esta que para muitos, era inaceitável.

Desenganem-se, porém, aqueles que julgam que após o regresso às fronteiras europeias, os “Ventos da História” deixarão de soprar contra nós, Hoje querem-nos roubar o mar, podemos perder os Arquipélagos e querem-nos diluir numa hipotética federação europeia, que potencia, em extremo, a união ibérica. Estamos hoje material e animicamente, muito mais inferiorizados do que no fim da Conferência de Berlim.

Mas recusamo-nos a ver, a aceitar e a reagir a tais evidências. Lamento não terminar com uma nota optimista, mas nós não aprendemos mesmo!

### **Bibliografia**

Boxer, Charles R., *Relações Raciais no Império Colonial Português – 1415-1825*, Ed. Afrontamento, Porto, 1977.

Caetano, Marcello, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Lisboa, 4ª Edição, 1971.

Cardoso, General Pedro, *Atlas da Lusofonia*, Prefácio, 2001.

Cortês, Jaime, *Os Portugueses em África*, Portugália, Lisboa, 1968.

Clarence-Smith, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Teorema, Lisboa, 1985.

Estado-Maior do Exército (Comissão para o Estudo das Campanhas de África – 1961-1974), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, (1961-1974)*, 1º Volume, Enquadramento Geral, 2ª Edição, Lisboa, 1988.

Ferreira, João J. Brandão Ferreira, *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português – Da Conquista de Ceuta à Conferência de Berlim*, Edições Atena, Lda., Lisboa, 2000.

Ferreira, João J. Brandão Ferreira, *A Evolução do Conceito Estratégico Português, da Conferência de Berlim à Descolonização*, Hugin, Lisboa, 2002.

Macedo, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, IDN, Lisboa, 1987.

Martinez, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*. Ed. Verbo, Lisboa, 1985.

Martins, General Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, 1951.

Martins, Rocha, *História das Colónias Portuguesas*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1933.

Nogueira, Franco, *As Crises e os Homens*, Ática, Lisboa, 1971.

Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, União Gráfica, Lisboa, 1940.

Rego, A. da Silva; *O Ultramar Português no Século XIX*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1967.

Serrão, Joel e outros, *Dicionário da História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985

Telo, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Ed. Cosmos, 1994.

## ***Mudança Ideológica e Crise Imperial.***

Prof. Doutor Jaime Nogueira Pinto

### **A Revolução Cultural**

Numa passagem célebre sobre a importância do poder cultural no Ocidente, Paul Hazard escreveu que os franceses, que pensavam como Bossuet, puseram-se, durante o século XVIII, a pensar como Voltaire.

Foi uma revolução. Bossuet, preceptor de Luís XIV era o grande teorizador da monarquia de direito divino, de Deus governando o Mundo através dos Reis, seus ungidos e protegidos, numa atenção permanente e directa às coisas da política. Como o Jeová do Antigo Testamento, sempre pronto a ajudar ou castigar (mais a castigar) o seu povo eleito.

Voltaire, bem pelo contrário, é o filósofo progressista por excelência, o pai dos intelectuais europeus, do laicismo, do individualismo, da crítica da religião e da tradição, um dos pilares da modernidade e do optimismo antropológico.

A história das sociedades ocidentais ou do mundo euroamericano é uma história de ideias e concepções do Mundo e da vida que se confrontam, defrontam e esgrimem, alternativa ou dialecticamente. Isto torna-se claro a partir do Renascimento e da Reforma, com os pensadores e reformadores político-religiosos que tratam das questões de Deus, do Estado, do Poder e das suas relações.

Os filósofos políticos do século XVI – Maquiavel, Thomas Morus, Jean Bodin, ou os homens de acção como Lutero e Inácio de Loyola – inauguram esta polémica que não vai parar e terá o seu apogeu a partir da crise de consciência europeia dos séculos XVII e XVIII, da revolução e da contra revolução de França, da democracia, do socialismo e do nacionalismo como ideologias fortes dos finais do século XIX.

O século XX marcou o apogeu desta influência das ideias na fábrica social, sob a forma de revoluções culturais sucessivas e em confronto, precedendo as mudanças políticas. No princípio de qualquer das grandes revoluções – da revolução liberal inglesa do século XVII, da revolução democrática francesa do final do século XVIII, das revoluções comunista e fascista no primeiro quartel do século XX – está sempre uma revolução cultural, no sentido de uma mudança do paradigma interpretativo do Mundo e dos valores fundamentais na organização da comunidade.

### **As Colonizações na História**

As ideias de *colonização* e *descolonização* não escaparam a esta regra da percepção social, positiva ou negativa e às suas consequências políticas. De uma percepção construtiva, que apresentou a colonização como uma missão civilizadora, com imagem e saldo positivos para os colonizadores, os colonizados e a própria Humanidade, passar-se-á a uma percepção negativa, identificada com o *imperialismo*, com a ocupação e exploração violentas de territórios e populações periféricos, em nome dos interesses egoístas e estrangeiros.

A colonização nasceu no Mundo Antigo, com os gregos e romanos. Os primeiros lançaram a sua expansão pela via marítimo-comercial, embora estabelecendo também colónias de povoamento. Os romanos, império continental, optaram por uma linha territorial e agrária. Foram eles que deram ao vocábulo um conceito, ao estabelecerem quer na Itália, quer no exterior, as primeiras colónias.

Mas em qualquer dos tipos, os modelos tinham que ver com formas de expansão – política, económica, social – sempre militarmente garantida e protegida, a partir de uma área central (a metrópole, a mãe-pátria) para periferias úteis e geralmente perigosas. Com deslocação de pessoas, de recursos, de segurança e uma expectativa de ganho ou mais-valia – em termos de domínio territorial, ou exploração económica ou fixação de população, sobretudo no modelo romano.

Tudo isto se passou, inicialmente, no Grande Lago do Mundo Antigo – o Mediterrâneo. Os gregos e os fenícios estabeleceram ou fundaram colónias no Ocidente, da Sicília a Cartago e mais tarde na Península Ibérica.

Durante as guerras Púnicas contra Cartago, os romanos foram levados a conquistar e ocupar progressivamente estes espaços. Mais tarde, no curso da expansão territorial republicana e imperial, seguiram o sistema de quadrícula das províncias conquistadas, criando ali as colónias como estabelecimentos político-militares, de diferentes tipos, mas que asseguravam o controlo, a ordem e a lei das áreas, sob o seu domínio. Delas nasceram muitas cidades. Por isso, o Império Romano foi, na anarquia do mundo antigo, um espaço de ordem e de paz.

Povo essencialmente pragmático, os romanos não se interessaram por espaços não férteis e quando encontravam resistências, como na Germânia, na Irlanda, no País Basco e a Oriente, contra os partos e os persas, não insistiam.

Estes modelos antigos de *colónias* com o Mediterrâneo por cenário, podem ser adaptados à expansão europeia transoceânica, nos séculos XV, XVI e XVII, uma expansão com base nas velas e nos canhões. As velas garantiram a navegação do alto mar; os canhões, a artilharia naval, que estiveram na base dos sucessivos impérios marítimo-comerciais de portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses.

Nós, portugueses, fomos os pioneiros desta empresa, no século XV, a partir do Infante D. Henrique, da conquista de Marrocos e das primeiras navegações na costa de África até Cabo Verde.

Este movimento de expansão marítima atingiu o seu ponto de aceleração e culminou nos reinados de D. João II e de D. Manuel I, com as viagens de Bartolomeu Dias e de Vasco da Gama, para a África Austral e para a Índia e de Pedro Álvares Cabral para o Brasil.

D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque lançaram os fundamentos do império da Pimenta, tornando o Oceano Índico, por algum tempo, um *mare nostrum* português.

Não se tratava então, no Oriente, de “colónias” no sentido romano, mas de feitorias e entrepostos comerciais protegidos por fortalezas tomadas ou construídas em pontos estratégicos de dois oceanos, e pela mobilidade das esquadras.

Já em relação ao Brasil podemos falar de colonização, pois durante os séculos XVI e XVII, ali se fundaram cidades como o Rio de Janeiro e S. Paulo, e para ali se deslocaram centenas de famílias de Portugal.

A colonização portuguesa foi sempre muito centralizada pelo poder real, pela Coroa, pelo Estado. Como a espanhola. Não foi assim com holandeses e ingleses que recorreram a companhias majestáticas, a privados, a quem o poder político outorgava funções de soberania, mediante uma concessão e a troca de uma renda fixa ou proporcional aos ganhos.

Foram assim as companhias das Índias Ocidentais e Orientais holandesas, baseadas em Amesterdão. A Dutch West Company foi responsável pela conquista e ocupação de parte do Brasil português, sob o governo de Maurício de Nassau. A sua

homóloga oriental de parte das nossas possessões no Índico e no Pacífico no tempo dos Filipenses.

As *chartered companies* inglesas – como a Eastern Indian Company – tiveram também um papel central na colonização, tal como a França usou as suas Compagnie du Mississipi e Compagnie de Chine na expansão americana e oriental.

Portugal e Espanha seguiram uma orientação diferente: o poder da Coroa era exercido directamente, por via político-administrativa nas áreas de descoberta e conquista. O que, desde logo, marcava uma preocupação de centralismo político (também na ausência de burguesias nacionais) mas, sobretudo uma concepção distinta, que se distanciava da simples exploração comercial e económica dos territórios, o futuro conceito de “imperialismo”, para os incluir numa ideia de territorialidade, logo na dimensão política.

Por outro lado, a complementar esta linha política, é determinante o factor de evangelização das populações locais pela missionação. Que faz todo o sentido sobretudo a partir do fervor renovado da catolicidade europeia da Contra-Reforma, que vê no apostolado junto destes povos uma missão, e nestas terras os grandes espaços de sementeira da Boa Nova. Para compensar as ovelhas que, no Centro e Norte da Europa, tinham passado para os heréticos discípulos de Lutero e de Calvino, ou para a igreja nacional dos Tudor.

A ideia da colonização que daqui resulta tem também um propósito ideológico, civilizacional. Que era resumido na famosa resposta dos *Lusíadas* de que íamos à Índia por pimenta e por cristãos. E quem fazia a síntese desses dois fins – da pimenta e dos cristãos – era precisamente o poder político, o poder da Coroa, olhado como um poder ao serviço do bem comum e como tal aceite, sem discussões, mesmo pelos mais poderosos. Como foi o caso de Afonso de Albuquerque, quando o rei D. Manuel I decidiu injustamente, contra ele, o seu pleito com Lopo Soares de Albergaria e o chamou ao Reino.

Se quisesse, Albuquerque podia ter resistido à ordem real e ficado ali, no império do Índico que criara e onde era temido e amado pelos portugueses e pelos locais. Mas obedeceu.

Ao contrário, na América espanhola, e apesar do grande poder da casa da Áustria, temos conflitos de longa duração entre autoridades locais, sem que a decisão de Madrid levasse a um desfecho que quase sempre se obteve pela força.

### **A Autocrítica Ocidental**

A grande característica ético-política do Ocidente, característica que tem a ver com uma tradição crítica e auto crítica que vem da *Odisseia* e dos textos bíblicos e encontra o seu apogeu nos estoicos e no Cristianismo – é a capacidade de gerar no seu interior a oposição aos seus interesses, e até à sua sobrevivência, em nome de princípios metapolíticos e abstratos de verdade e de justiça.

Por isso, desde os primeiros tempos da expansão e da colonização, o Ocidente produziu, também, o outro lado, o lado crítico da História. Bastará recordar algumas polémicas levantadas pelas Cruzadas e toda a problemática da “guerra justa”, para ver as raízes do problema.

Mas a partir da expansão ultramarina, são os textos dos padres Francisco de Vitória e Bartolomeu de las Casas sobre a cristianização e dominação dos índios, e mais tarde as críticas do padre António Vieira ao tratamento dado aos índios do Brasil, que melhor ilustram a questão. Tal como uma leitura atenta dos *Lusíadas* de

Camões ou da *Tempestade* de Shakespeare nos ajudam a entender algumas das preocupações levantadas pelos novos mundos.

Não impunemente, foi um mártir da razão de Deus contra a razão de Estado – S. Tomás Morus – o autor da mais famosa *Utopia*. Mas no século XVIII, os ilustrados também se dedicaram à redacção de tratados em que os antípodas – persas, chineses, índios, africanos – eram apresentados como mais inteligentes, racionais e humanos que os europeus.

É a partir da Ilustração que o problema se põe com mais força, com o desenvolvimento de um pensamento utópico-racional que tende a fazer a crítica das sociedades existentes pela contraposição de modelos de sociedades perfeitas, situadas noutras e imaginárias latitudes.

Os ilustrados idealistas, como Kant, alinharam nestas críticas. Mas é sobretudo um enciclopedista como Diderot, quem aponta baterias contra a colonização como processo de civilização pelo Ocidente cristão, avançando com teses de pluralismo e equivalência cultural.

Por outro lado, alguns dos ilustrados retomavam as críticas dos missionários católicos, sobretudo espanhóis e portugueses, que denunciavam o dualismo e a hipocrisia das teorias da “selvajaria” dos índios, para os submeter e obrigar à civilização, através de um processo altamente opressivo e desumanizante, ele próprio “selvagem”.

Os autores anglo-saxónicos, como os “filósofos escoceses” viram o problema de um modo pragmático. As teorias da evolução histórica estavam na moda através da dupla acção da crítica dos textos revelados e dos primórdios da Antropologia. Mas a ideia da Humanidade em progresso tinha a ver com as raízes cristãs e os princípios do racionalismo evolucionista. Assim, os povos teriam evoluído de caçadores para pastores, de pastores para lavradores, de lavradores para comerciantes. Ou de selvagens para bárbaros e civilizados. A “colonização” pretendia ser uma forma de influenciar as mentes no sentido de acelerar este processo.

No fundo, a grande questão estava sempre em como assumir as consequências das próprias ideias, sobretudo quando estas se revelavam prejudiciais. No final do século das Luzes, a primeira grande República mundial – os Estados Unidos da América – levou por diante a sua guerra de libertação contra o Rei Jorge. Mas os líderes desta comunidade ilustrada, os *Founding Fathers* oriundos dessa Nova Inglaterra das luzes, eram, na sua maioria, grandes agrários e proprietários de escravos. Escravos que mantiveram na servidão e a quem não libertaram. Ao mesmo tempo, na Terceira Revolução – a Revolução Francesa de 1789 e a sua República igualitária mantiveram as colónias e a escravatura.

Este seria outro paradigma ocidental, a coexistência e a incoerência, quando o peso da razão de Estado e dos interesses passava mais que os princípios.

### **A Rivalidade dos Interesses**

A crítica à ideia da colonização altruísta, como forma ou etapa do processo de civilização em curso, não partiu apenas dos pensadores pós-iluministas, ou dos pais críticos do imperialismo, de Hobson a Lenine. Ela encontrou também raízes e impulsos em situações e Estados aos quais a História retirou os interesses associados à expansão colonial.

É muito interessante e pouco conhecida a crítica anti-colonial feita pelos Estados europeus ressentidos com a sua própria aventura ultramarina – como os italianos

– ou aqueles a quem a Grande Guerra privara entretanto de colônias, como a Alemanha.

A derrota de 1918 tirou ao II *Reich* as possessões ultramarinas, com a conquista e distribuição de todas as colônias alemãs em Versalhes. Os geopolíticos alemães retomaram então a questão da injusta repartição do espaço pelos povos europeus, nomeadamente do restrito *Lebensraum* (espaço vital), destinado a oitenta milhões de alemães, e referiam-se a África, como *verloren Kontinent* (continente perdido) pelo Reich. Erich Obst, numa obra intitulada *As aspirações coloniais da Alemanha, seus fundamentos e objectivos*, traçava as linhas de uma geopolítica reivindicativa.

Estas obras e outras do mesmo estilo procuravam demonstrar as motivações comerciais e militares, isto é, “imperialistas” da presença colonial francesa e britânica e a exploração e o proteccionismo frios e calculistas que lhe estavam subjacentes. E aconselhavam os alemães a explorar, por sua vez, as contradições destas potências imperialistas. Mas alguns outros foram mais longe, encarando mesmo uma posição de solidariedade activa com os povos coloniais. Obst refere o facto de a França incorporar magrebinos e senegaleses no exército, mas levanta a possibilidade de estas tropas se virarem contra os chefes e de, com a participação na guerra de 1914 – 18, o “Islão e o comunismo se tornarem instrumentos eficazes dos independentistas africanos e árabes contra as metrópoles imperialistas”. Esta ideia de usar e liderar os povos dos impérios britânico e francês contra os seus senhores, encontra apoio no famoso geopolítico Karl Haushofer, mas também na esquerda do partido nazi, liderada por George Strasser. Para equilibrar a pressão dos anglo-franceses na Europa, os alemães deviam pensar uma política de apoio aos movimentos de libertação das colônias. Haushofer, como estratega da *Realpolitik*, vê nesses povos “aliados objectivos” no plano da grande política, e abre espaço, nos *Zeitschrift fur Geopolitik*, para intelectuais e dirigentes nacionalistas indianos e pan-arabistas. É uma concepção revolucionária a de Haushofer, de uma Alemanha protectora ou aliada objectiva dos povos oprimidos pelos ocidentais.

Também a Itália fascista, que procurará reparar por novas guerras o insucesso histórico da expansão na Líbia e na Abissínia, vai abrir e manter relações com elementos nacionalistas das áreas coloniais inglesa e francesa. Os maltratados pela Grande Guerra e por Versalhes criticavam o *status quo* e Mussolini, a partir de 1930, lançou uma ofensiva política e cultural em direcção às elites do mundo árabe da área franco-inglesa, sobretudo sírios e egípcios. O fundador dos Irmãos Muçulmanos, Hassam al – Banna, era grande admirador do *Duce*.

### **A Segunda Guerra**

Já Hitler, por coerência ideológica, manteve os princípios do primado da raça branca e da dominação colonial contar quaisquer vantagens geopolíticas ou militares. No auge da Segunda Guerra mundial, e perante o seu inimigo mortal inglês, não mostrou grande interesse pelos planos de subversão da Índia, preferindo que ela continuasse governada pelos britânicos.

Os japoneses foram mais pragmáticos e apoiaram a criação do Exército Nacional Indiano, de Subhas Chandra Bose, composto por dezenas de milhar de prisioneiros de guerra indianos.

As derrotas infligidas no início da ofensiva japonesa no Índico e no Pacífico aos ingleses, holandeses, franceses e americanos, as primeiras, (depois de Porto Artur)

derrotas de “brancos” frente a “não brancos”, largamente divulgadas pela propaganda de Tóquio contribuiriam decisivamente para mostrar que as “raças superiores” também eram passíveis de ser derrotadas e humilhadas. E convirá lembrar que “a Ásia para os Asiáticos” foi o *slogan* da propaganda japonesa de então, procurando mobilizar os povos do continente contra os euroamericanos.

Também, para sobreviverem a Hitler, os ingleses tiveram que se pôr nas mãos dos norte-americanos, povo decididamente anti-colonial e inimigo dos impérios ultramarinos europeus. A razão profunda de Neville Chamberlain aceitar Munique, tinha sido a noção de que uma das consequências da guerra intraeuropeia seria o fim do Império Britânico.

Por outro lado, os ingleses, como os franceses de De Gaulle, para lutarem contra os japoneses e nas campanhas na Europa, tiveram que recorrer às reservas estratégicas dos seus domínios imperiais – aos indianos e aos magrebinos.

Iam assim contra o aviso desse reaccionário colonial por excelência, o rei Leopoldo da Bélgica, que sempre recomendara o não envolvimento de tropas coloniais nas guerras entre europeus.

O preço da colaboração do Partido do Congresso da Índia com a Inglaterra (contra os japoneses), foi a promessa da independência.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial marcou o triunfo das ideias que negavam que a colonização fosse uma missão humanitária e um “fardo do homem branco”.

Isto aconteceu nos princípios e na prática; a cruzada das democracias, pregada por Churchill e Roosevelt, com a singular e complicada companhia de Estaline, apelou a princípios de liberdade individual, igualdade jurídica e racial, para a Europa ocupada por Hitler.

Toda a ética da propaganda aliada, quer nos seus mais empenhados e elementares motivos, quer numa epopeia alegórica escrita na época, como *The Lord of the Rings* de Tolkien, evocava uma luta pela sobrevivência perante ameaça radical e definitiva de aniquilamento e apelava para uma igualdade dos homens e dos povos da Humanidade unidos num ideal de liberdade e fraternidade.

O esforço de guerra de argelinos e marroquinos nas forças da França Livre foi o reforço de um sentido de igualdade e fraternidade que, ao não ter consequências legais e sociais, tornou mais difícil a aceitação da situação colonial.

A própria ideologia da Carta das Nações Unidas ia consagrar estes caminhos da descolonização e da independência das sociedades coloniais.

Deste modo convergiam a nova ordem internacional, a consciência dominante nos intelectuais europeus e os interesses das grandes potências – Estados Unidos e União Soviética – na Descolonização.

### **A Descolonização**

A década que se seguiu à guerra viu a concretização no terreno da convergência destas forças, com a independência da Indonésia em 1945, da Índia e do Paquistão em 1947, da Birmânia e do Ceilão em 1948, do Egipto em 1953.

Depois da derrota francesa em Dien-Bien-Phu, mais uma derrota ocidental perante os asiáticos, tornaram-se independentes em 1954, o resto da Indochina francesa – os Vietnames, do Norte e do Sul, e o Laos (O Camboja era independente desde 1953).

Suez, em 1956, foi outro marco definitivo no fim do Euromundo: perante o sucesso militar do ataque franco-inglês a Port Said, os americanos, sob a presidência

republicana e conservadora de Eisenhower, forçaram os europeus ao cessar-fogo e à retirada, salvando Nasser da derrota.

A razão fundamental desta conduta aparentemente absurda, era simples: na corrida da Guerra Fria, os americanos achavam que não podiam deixar aos soviéticos o monopólio do anti-colonialismo e iniciavam, com eles, uma competição pelas simpatias e favores dos Estados a criar a partir dos impérios europeus. Deste modo, as coisas precipitaram-se.

Desde 1954 que a França lutava com uma encarniçada rebelião na Argélia. A guerra da Argélia e o movimento pró-Argélia francesa dos colonos e dos militares de Argel, levou à queda, em Maio de 1958, da Quarta República e o regresso ao poder do general De Gaulle, que, em seguida, acelerou o processo de independência da Argélia e das colónias francesas da África Subsaariana.

Na Grã-Bretanha, outro político conservador, Harold McMillan fez o mesmo. Em 1960 cerca de vinte novos Estados surgiram em África.

Ficou assim comprometida a descolonização com o processo de autonomia gradual, de transição da dependência para a independência, num quadro democrático, com formação de elites por um período largo. A competição soviético-americana não permitia tais luxos e tais demoras.

De partida de África (mantendo contudo salvaguardados os interesses económicos), os europeus deixavam aos africanos o Estado soberano, que, na Europa levava alguns séculos a criar e consolidar. A história dos últimos cinquenta anos é a história das vicissitudes do transplante do legado político ocidental – o Estado soberano e o constitucionalismo representativo e democrático – para as áreas descolonizadas. Com os resultados conhecidos.

### **Portugal nos Anos 60**

Se alguma originalidade há na história das ideias e das instituições políticas portuguesas, ela está no modo de pensar e viver as relações com os espaços ultramarinos, com as áreas de navegação e de conquista. Estas foram primeiro concebidas como terras da Coroa – Portugal com excepção do regime dos donatários no Brasil e das companhias majestáticas pombalinas, nunca privatizou a soberania e a colonização nunca escolheu uma relação imperialista de exploração económica.

O Constitucionalismo monárquico – sobretudo a seguir a Berlim e às campanhas para a ocupação efectiva – e depois a Primeira República, homologaram esta percepção de que as possessões ultramarinas ou colónias, eram essenciais para manter e reforçar o poder nacional português. Reduzido à expressão europeia, Portugal acabaria satelitizado por uma Espanha agregadora da Península, ou diluído numa Europa Continental onde pouco contava.

O Estado Novo de Salazar codificou esta tradição da colonização portuguesa, num nacionalismo conservador e integracionista, que oscilou, entre dois pólos de afirmação e justificação: por um lado, atribuiu-se à colonização uma missão civilizacional, um projecto de integração das populações e terras ultramarinas num todo português ou lusófono, com igualdade de direitos, a complementaridade económico – social. Ao fim e ao cabo, pretendia-se transformar o império em Nação.

Numa outra dimensão, o nacionalismo conservador e o culto da *Realpolitik* na defesa da independência nacional atuaram na confrontação político-diplomática, junto dos aliados e especialmente dos aliados ocidentais – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha Federal.

Estes são os dois pólos de pensamento e acção do Governo de Salazar, consciente da mudança de paradigma em relação à colonização. Quer a integração nacional quer a política de alianças que a serviu, foram equacionadas e confrontadas com as realidades no terreno. Daqui resultou um empirismo organizador, que nunca deixou de ter por padrão superior a defesa da independência da nação, condição necessária do desenvolvimento económico-social dos portugueses.

Estes propósitos, foram reforçados e dinamizados pelos desafios postos pelos inimigos e adversários, domésticos e externos, precisamente há cinquenta anos.

Com o fim da Argélia francesa, Portugal ficara como a única potência europeia com domínios ultramarinos significativos. Países com afinidades ideológicas, com a Espanha de Franco ou histórico-culturais, como o Brasil, manifestavam as suas reservas. O ministro Castiella transmitia a Salazar que a solidariedade ideológica tinha limites e que a Espanha seguiria outro caminho quanto às suas possessões. Os brasileiros apesar de se verem como o “outro Ocidente”, assumiram um caminho que, guardados os laços culturais, era o da solidariedade com os novos Estados da Ásia e África, guardando as suas distância com a política portuguesa.

Neste isolamento, Lisboa procurou equacionar o que entendia como os interesses da Nação e dos povos da África lusófona, com a nova linguagem e valores dominantes na comunidade internacional.

A ideia do messianismo civilizacional da defesa do Ocidente manteve-se internamente mas transformou-se e adaptou-se ao quadro da guerra fria. Se os portugueses saíssem das áreas africanas seriam substituídos pela influência dos soviéticos, através dos movimentos de guerrilha seus simpatizantes.

As independências não significavam o progresso dos povos à luz da doutrina do desenvolvimento e da libertação da própria Igreja Católica, mas a substituição, na governação, das administrações coloniais por elites locais, tirânicas e predadores dos recursos.

Para legitimar estes princípios à luz da nova ordem internacional, procurou-se acelerar o desenvolvimento e a integração das pessoas e dos territórios do Ultramar. Este esforço dentro das possibilidades, mobilizou genuinamente uma parte significativa da sociedade portuguesa os militares como os civis, muitos deste enquadrados como militares – os combatentes.

Nesses treze anos de resistência de 1961 a 1974, tal espaço deu os seus frutos num projecto e em nome de um ideal que a História se encarregou de triturar nas rodas dentadas dos factos consumados por esses Titãs cegos de que falava Junger, mas que sobrevivem na memória dos que nela participaram.

Esse mito da nação plurinacional, integrada e integradora, construída nas campanhas de reconquista do norte de Angola em 1961, e nas campanhas de educação e vacinação nas áreas mais remotas do Império, feito do sangue e da mágoa, dos soldados e das famílias, e feito também de grandes empreendimentos materiais – portos, aeródromos, estradas, cidades novas – foi transformado, pelo que depois aconteceu numa Utopia.

Pessoalmente orgulho-me de ter participado nesta utopia, orgulho-me dos sonhos, das ilusões, da grandeza e da solidariedade, inspirados na tradição do missionarismo civilizador.

E tanto mais me orgulho – e creio que todos os que a viveram nos podemos e devemos orgulhar – quando olhamos hoje, o que foi a alternativa que então nos

ofereceram como a certa, e que transformou Portugal no Estado exíguo e da soberania vigiada a que chegámos.

Prof. Doutor António José Telo<sup>14</sup>

Quando, em Abril de 1961, Oliveira Salazar pronuncia na televisão a famosa frase que dá o título a este artigo, ela surge como inevitável perante os massacres no norte de Angola que tinham chocado Portugal. Como sempre acontece, por detrás desta aparência de naturalidade e inevitabilidade esconde-se um processo de tomada de decisão muito complexo. O que começava não era só a guerra em Angola, que era esperada e prevista desde há anos; o que começava era um tipo errado de guerra, o tipo de conflito que a alta hierarquia militar nacional tinha procurado evitar.

Para compreender melhor a afirmação e a realidade complexa que se escondia por detrás da aparência simples, é necessário seguir três fitas do tempo, interligadas embora independentes: os acontecimentos externos; a acção interna da “geração NATO” e das oposições em Portugal e em Angola; a evolução da política militar. Os factos relativos a estas três fitas são conhecidos, mas não é normal na historiografia portuguesa fazer a ligação entre elas, de modo a compreender a cadeia de acontecimentos que conduziu ao começo, não de uma guerra em geral, mas de um tipo errado de guerra.

### **O Enquadramento Externo**

O enquadramento externo em termos gerais é conhecido, nomeadamente a condenação internacional do colonialismo em geral depois da 2ª Guerra Mundial, as duas vagas de descolonização (Ásia e Médio Oriente, a primeira; África, a segunda), o facto de os países africanos de independência recente serem o grupo regional mais numeroso na Assembleia Geral da ONU em 1961, o facto de três colónias portuguesas no continente africano terem recentemente adquirido fronteiras com países independentes que podiam ser santuário das guerrilhas. Será bom salientar que todos estes factos eram novidades recentes, que vinham dos primeiros anos da Guerra Fria (como a condenação do colonialismo), ou mesmo dos últimos meses (como a independência do Congo).

Estamos, em resumo, perante novidades muito recentes, todas elas com grandes implicações para a posição portuguesa em África, pelo que é normal que os responsáveis portugueses demorem a reagir e não tenham ainda critérios firmes para avaliar a dimensão efectiva da mudança e as suas implicações. Será bom recordar que desde a revolução liberal de 1820, com a independência do Brasil a ela ligada, Portugal procurava em vão a famosa “regeneração” e era uma crença firme, profundamente enraizada nas elites nacionais a ideia de que ela só poderia vir da criação de “um novo Brasil em África”. As elites políticas nacionais praticamente em bloco pensavam em 1961 que a manutenção do vínculo africano era essencial para a continuação da nacionalidade e que o fim das colónias seria seguido do fim da nacionalidade a curto prazo; o único grupo político nacional que tinha uma opinião diferente, em 1961, era o PCP e, mesmo este, com variantes e tonalidades.

É igualmente conhecida a forma como Portugal reagiu defensivamente à mudança do sistema internacional que se desenhou com a descolonização. A tese

---

<sup>14</sup> Professor na Academia Militar.

defendida por Lisboa é que não tinha colónias, mas sim “províncias ultramarinas”, que estas faziam parte de uma “pátria pluricontinental e multirracial”. Portugal queria fazer acreditar que o seu caso era diferente de todos os outros, pelo que era a exceção à regra. As posições portuguesas foram defendidas com brilho literário e subtileza táctica na ONU, mas estavam condenadas a não ser aceites. Os antigos poderes coloniais não podiam aceitar a tese que Portugal era a única exceção, os novos países independentes condenavam-na de forma muito clara e havia um amplo clima anti-colonialista nas instâncias internacionais, fomentado por vários poderes. Esse era o grande drama da posição portuguesa: tanto os “inimigos” tradicionais (como a URSS), como os aliados mais firmes (EUA e GB), os novos países independentes (como a União Indiana) e grande parte dos restantes, condenavam o colonialismo, por um misto de interesses práticos e adesão a valores internacionais, embora com diferentes tonalidades e implicações práticas. A partir de 1956, somam-se a este já muito amplo cortejo os antigos poderes coloniais europeus, que optam pela descolonização e não aceitam a ideia que Portugal seria a única exceção. Na realidade, o apoio formal à tese portuguesa era muito reduzido no final dos anos cinquenta, partindo somente de estados como a Espanha e, mesmo neste caso, de forma parcial.

A partir de 1956 a situação piora de ano para ano, pois há cada vez mais ex-colónias independentes – em 1961 a ONU tinha 35 países africanos, que eram o maior grupo regional na organização. Lisboa, por exemplo, foi incapaz de obter o apoio internacional para impedir a ocupação dos dois pequenos enclaves do Estado da Índia pela União Indiana nos anos cinquenta.

### **A Crise do Suez – O Ponto de Viragem Internacional**

O mais importante ponto de viragem neste processo surge em 1956, com a crise do Suez, normalmente ignorada pelos autores portugueses. A GB e a França resolvem lançar-se de forma autónoma e não coordenada com os EUA numa “aventura” no Egipto, através da ocupação militar do recentemente nacionalizado canal do Suez, mediante um acordo de diplomacia secreta com Israel. Foi a última acção estratégica isolada da Europa, a última vez que os principais estados europeus tiveram a veleidade de seguir uma estratégia própria e independente, que chocava com os interesses americanos. O resultado final não foi famoso: os EUA não gostaram e obrigaram os aliados europeus a recuar, apesar de a operação militar ter corrido excepcionalmente bem. O grande argumento americano, que forçou Londres a recuar, foi a ameaça de vender as libras e títulos de dívida ingleses. Os acontecimentos de 1956 provam que o poder financeiro, nomeadamente a grande arma que é possuir moeda e títulos de dívida de outros estados, é tão importante como as armas nucleares na política internacional. Será bom recordar que hoje em dia os EUA já não têm esta arma e que são a China e outros poderes que detêm grande parte da dívida ocidental, seja a americana ou a europeia.

Para Portugal, o Suez foi um choque imenso e a confirmação dos seus piores receios, a pontos de interromperem as negociações para renovação do acordo americano das Lajes, como forma de apoiar a Inglaterra durante a crise. Para os responsáveis portugueses o significado da crise de 1956 era imenso e podia ser resumido em três pontos:

- Com a consolidação de Nasser no Egipto, a vaga de anti-colonialismo ia estender-se ao continente africano a curto prazo.

- Os poderes europeus tinham perdido a autonomia estratégica, sendo incapazes de desenvolver acções internacionais de grande envergadura sem o apoio americano.
- Não se podia contar com o apoio dos EUA para ajudar a manter as posições europeias em África, sendo mesmo provável que Washington apoiasse as posições anti-colonialistas.

Para um estado como Portugal que, em 1956, tinha um dos mais extensos impérios em África e estava empenhado num processo de reorganização das Forças Armadas com o apoio financeiro e técnico dos EUA, a lição era particularmente preocupante. O que se desenhava no horizonte era, não só o começo da luta armada em África, mas sobretudo a perspectiva de um conflito com escassos apoios internacionais, onde não se podia contar com o apoio dos principais aliados militares e talvez houvesse mesmo que contar com a sua oposição activa.

Confirmando os piores receios portugueses, no seguimento da crise do Suez Londres decide dar a independência às suas colónias africanas. O governo do primeiro-ministro MacMillan chega à conclusão que, apesar de as colónias africanas não estarem preparadas para a independência, é necessário avançar de imediato com esta. O raciocínio de MacMillan é muito bem explicado por ele próprio<sup>15</sup>: existe um desejo de independência por parte das elites africanas; se a Inglaterra não a der, essas elites procuram o apoio do bloco de Leste e começam uma guerra contra a Inglaterra; no final, será necessário dar a independência, mas entretanto as elites africanas passaram para a esfera de influência soviética, com todas as implicações daí resultantes; sendo assim, mais vale dar a independência de imediato, mesmo que os estados africanos não estejam preparados, pois assim cria-se uma dinâmica de colaboração com a Inglaterra, que isola os radicais em África e corta a base de uma infiltração soviética.

A França chega a conclusões semelhantes e resolve igualmente conceder a independência às suas colónias africanas no final dos anos cinquenta, colocando como única excepção o caso da Argélia, onde residia uma numerosa colónia francesa – a guerra começa de imediato na Argélia. A Bélgica segue o mesmo caminho, dando a independência ao Congo de forma precipitada em 1960, numa verdadeira fuga para evitar mais problemas. As colónias portuguesas, que só tinham fronteira com outras colónias europeias no final da Segunda Guerra Mundial, passam a ser vizinhas de novos estados independentes em quatro casos em 1961: Guiné-Bissau, Angola, Estado da Índia e Timor. Passados poucos anos, Moçambique soma-se a esta lista com a independência da Tanzânia e ex-Rodésia.

Os EUA mudam igualmente a sua política para África nos anos cinquenta. O seu interesse favorece a descolonização, de modo a abrir o mercado africano às empresas e iniciativas americanas. É preciso ter em conta, porém, que os documentos do National Security Council dos anos cinquenta salientam sempre que os interesses económicos e financeiros dos EUA em África são mínimos, da ordem dos 2% do comércio internacional e menos de 1% do investimento. O que isto significa é que o anti-colonialismo dos EUA não tem uma motivação económica ou financeira significativa, ao contrário do que afirmam normalmente os autores portugueses. Em contrapartida acontece com os EUA o mesmo que se passa com a Inglaterra nos anos cinquenta: chegam à conclusão que as elites africanas querem a independência,

---

<sup>15</sup> Alistair Horne, Harold MacMillan, Volume II 1957-1986, Viking-Penguin Group, New York, 1989.

mesmo sem estarem preparadas para ela, pelo que estão dispostas a aproximarem-se da URSS e a começar guerras de subversão caso não a obtenham. Este aspecto é muito importante para os EUA, pois como o Vice-Presidente Richard Nixon salienta nas discussões internas à porta fechada, as independências africanas são inevitáveis, goste-se disso ou não; se os EUA não as apoiarem, os novos países passam para a esfera soviética; se os EUA as apoiarem, os novos países permanecem na esfera ocidental. Este é o raciocínio decisivo para mudar a posição americana, pois a URSS não tem qualquer influência significativa na África negra em 1959 e a perspectiva de ver um continente inteiro passar para a esfera soviética é inaceitável. Estamos, em resumo, perante um raciocínio estratégico e político e não perante uma cedência a pressões de ordem económica ou financeira.

Saliento um ponto muito importante: a mudança da política americana para África não se dá com a eleição do Presidente Kennedy, como quase todos os autores portugueses afirmam. Já tive ocasião de provar amplamente com base nos documentos americanos <sup>16</sup> que a mudança nos EUA ocorre em 1958, ano em que a nova política para África é aprovada pelo NSC e pelo presidente Eisenhower, tendo como principal defensor o vice-presidente Richard Nixon. A diferença entre “Ike” e Kennedy não é de política, mas sim de tática: a anterior administração achava que os EUA deviam ter uma acção pedagógica e de pressão suave junto dos aliados europeus, para os convencer a descolonizar; a nova administração de Kennedy achava que já se tinha ido demasiado longe nas cedências a Portugal, que era o único poder europeu que recusava a descolonização em 1961, pelo que havia que passar de uma “pressão suave” para um apoio activo ao anti-colonialismo. Era uma divergência de tática, não de política, e, como o futuro demonstrou amplamente, quem tinha razão era “Ike”: o próprio Kennedy o reconheceu ao mudar a tática para Portugal em 1962/1963, depois das posições radicais tomadas em 1961.

Um outro ponto muito importante a salientar é que, ao contrário do que normalmente se afirma, em 1961 os EUA ou a Inglaterra não queriam que Portugal aceitasse a independência das colónias. A sua pressão era somente no sentido de se aceitar o princípio da autodeterminação, que teria de passar por uma consulta das populações através do voto, o que é uma coisa diferente. A autodeterminação podia terminar ou não na independência, havendo casos de colónias europeias que optaram por permanecer ligadas ao estado colonizador e hoje são suas províncias com grande autonomia, como acontece com os arquipélagos franceses no Pacífico.

Ao longo dos anos cinquenta, em resumo, Portugal traçou para si próprio um caminho contrário a toda a sua tradição:

- Em primeiro lugar, afastou-se dos valores dominantes no sistema internacional, tanto em termos gerais como europeus. Em 1945, Portugal era um dos muitos poderes coloniais; em 1961, Portugal era o único que recusava a autodeterminação e não aceitava que as populações se pronunciassem sobre o assunto através de uma votação.
- Em segundo lugar, perdeu o apoio político e militar dos seus principais aliados da altura (os EUA e o Reino Unido). Em 1945, ambos apoiavam a manutenção da soberania portuguesa em África; em 1961, ambos condenavam a recusa portuguesa em aceitar a consulta das populações

---

<sup>16</sup> Ver António Telo, “As Guerras de África e a Mudança dos Apoios Internacionais de Portugal”, em *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, vol.I, pp. 347-371, Coimbra, 1994.

sobre a autodeterminação e ambos retiraram a ajuda militar a Portugal. Nesta altura, os EUA iam mesmo mais longe e, depois da eleição de Kennedy, cometeram um erro táctico, mostrando-se dispostos a apoiar activamente os movimentos independentistas no campo político e humanitário, embora sem lhes fornecer armamento ou ajuda militar directa.

- Em terceiro lugar, Portugal viu nascer na vizinhança das suas principais colónias poderes hostis ao colonialismo que ameaçavam com a invasão (caso da União Indiana) ou com o apoio aos movimentos favoráveis à independência (caso de Angola e da Guiné). Para além destes países vizinhos, os movimentos independentistas podiam contar com o apoio financeiro, técnico e militar do bloco de Leste, de outros países de independência recente e até mesmo de alguns dos aliados de Portugal na NATO. Os movimentos independentistas tinham assim santuários seguros nas fronteiras e apoios internacionais de muitas origens.

Era evidente, em resumo, que em 1961 estavam reunidas todas as condições para o começo da luta armada e que Portugal iria enfrentar esta grave crise lutando contra a corrente, contra os valores dominantes no sistema internacional, com a oposição activa de dezenas de países e sem o apoio dos aliados tradicionais.

### **A “Geração NATO” nos Militares Portugueses**

Entre 1949 e 1961 a instituição militar em Portugal passa por uma imensa transformação, impulsionada pela adesão à NATO. Como tive ocasião de desenvolver noutros estudos, a principal mudança na instituição militar nestes anos é o aparecimento do que chamo a “geração NATO”. Esta é formada pelos largos milhares de oficiais que passam pelas escolas da NATO e passam a contactar regularmente com os seus congéneres dos estados aliados, na procura de uma doutrina comum. Ora, nesta altura, Portugal era o único estado não democrático na NATO, pelo que não é de estranhar que a abertura tenha conduzido a uma rápida mudança de mentalidades. De repente, uma nova geração de militares entende que a visão normal em Portugal sobre o que era uma democracia não passa de um mito; entende que as democracias podem ser eficazes, podem manter a segurança interna, podem promover o desenvolvimento e o crescimento, podem garantir a eficácia da máquina militar, podem manter a coesão nacional. Uma nova geração entende, em resumo, que a 1ª República portuguesa não era o modelo das democracias, mas simplesmente uma sua perversão, um caso anormal que nada indicava que seria repetido.

A geração NATO entende que a democracia de tipo ocidental era o sistema melhor adaptado para assegurar o desenvolvimento na Europa. Estes militares, em resumo, são levados a concluir três coisas através do seu contacto com os aliados da NATO: será bom promover a transição de Portugal para um regime mais próximo do modelo ocidental; esta transição terá de ser pacífica e gradual, sem que o “poder caia na rua”; as Forças Armadas são a única instituição que pode promover e fomentar esta transição por dentro, porque elas são o verdadeiro pilar central do regime, o único que o pode obrigar a mudar.

É necessário ter em conta que se trata de um processo gradual, que cresceu ao longo de 12 anos (1949-1961). A geração NATO não surge completa e formada de repente. Ela vai ganhando força e influência lentamente e de baixo para cima, até porque acontece o que é normal nestas circunstâncias: os oficiais que mantêm contactos mais frequentes e prolongados com as instituições da NATO são os níveis

intermédios (entre capitão e tenente-coronel), e são eles os que primeiro mudam, perante a resistência da alta hierarquia. Com o tempo, estes oficiais são promovidos e no final da década de 1950 ocupam já importantes posições na alta hierarquia das Forças Armadas.

A pressão da geração NATO no sentido de uma mudança gradual e controlada para um modelo político e social mais próximo do padrão ocidental é evidente desde 1955 e encontra pela frente a oposição dos “irredutíveis”, o sector conservador do regime. Estes pensam que qualquer cedência a favor da liberalização e da democracia irá degenerar na desordem, no caos, no regresso à anarquia da 1ª República de triste memória, do regime que muitos dos oficiais da alta hierarquia nos anos cinquenta tinham conhecido por experiência directa e ao qual compreensivelmente não queriam regressar. É neste contexto que surge o “furacão Delgado”, o forte abalo das eleições de 1958.

Humberto Delgado era um típico exemplo da “geração NATO” e, como ele próprio refere, a sua atitude em relação ao que era a democracia mudou radicalmente a partir do momento em que participou nas primeiras manobras da NATO realizadas na Alemanha; mais tarde, os anos que passou em Washington, permitiram-lhe entender melhor o que podia ser uma democracia em funcionamento, muito diferente da 1ª República que ele tão bem conhecia e que tinha combatido. Simplesmente, ao contrário da geração NATO, Humberto Delgado era muito impaciente, queria forçar a mudança do regime de forma rápida, mesmo que isso implicasse o risco de fazer com que o poder “caísse na rua”. A geração NATO não o acompanhou em 1958 e fez mesmo uma espécie de “acordo de cavalheiros” não escrito com Salazar: apoiaria a continuação do regime na crise de 1958, mas a seguir queria receber uma recompensa, nomeadamente através de uma sua rápida promoção para os lugares de máxima responsabilidade militar, o que implicava o afastamento dos “irredutíveis” de Santos Costa.

É evidente que nestas frases curtas me limito a resumir e simplificar, talvez de forma excessiva, uma situação muito complexa e especialmente difícil de acompanhar, até porque tanto a geração NATO com os conservadores, não tinha uma organização formal e permanente, eram um grupo heterogéneo de indivíduos, cada um seguindo o seu caminho próprio e inimitável. Isso não impede que os acontecimentos de 1958 se possam resumir dessa maneira: os radicais de Humberto Delgado são isolados no seio das Forças Armadas e afastados da instituição, perdendo qualquer possibilidade de derrubar o regime; os conservadores, contrários a qualquer mudança importante, ficam mais isolados e perdem posições importantes, uma vez passada a crise; a geração NATO, apoia a continuação do regime, torna-se a força militar dominante e assume as máximas responsabilidades depois da crise. É esse, em termos muito simples, o significado da remodelação governamental de Agosto de 1958: o general Botelho Moniz substitui Santos Costa como Ministro da Defesa; o general Almeida Fernandes assume a pasta do Exército; alguns dos elementos mais prometedores da “geração NATO” passam para lugares de responsabilidade política, apesar de ainda não serem oficiais generais, como acontece com o tenente-coronel Costa Gomes, o novo Sub-Secretário de Estado do Exército. Os conservadores mantêm ainda posições importantes, embora percam a cabeça que os articulava de dentro com a saída de Santos Costa (que estava no Governo há trinta anos), enquanto ascendem novos nomes, como o futuro general Kaulza de Arriaga da Força Aérea. Os conservadores, porém, mantêm firmemente a posição mais importante de todas: a Presidência da

República, o único militar que podia dar um “golpe de estado constitucional”, demitindo Salazar – Craveiro Lopes, também ele apoiante do espírito da “geração NATO”, foi afastado nas eleições de 1958.

### **A “Geração NATO” e o Problema do Ultramar**

As implicações das mudanças de 1958 em termos das posições de Portugal em África são evidentes. Era perfeitamente normal que a “geração NATO”, do mesmo modo que pretendia uma aproximação ao modelo político do ocidente democrático, defendesse igualmente um alinhamento da posição colonial nacional pelo modelo ocidental. A situação neste campo era particularmente complexa, por um lado porque a mudança de posições de muitos estados do ocidente sobre as colónias (como a Inglaterra, EUA e França) ainda só tinha dado os primeiros passos em 1958 e, por outro, porque era uma crença profundamente enraizada em Portugal a ideia de que o País não poderia viver sem colónias.

A “geração NATO” em nenhum momento defendeu a auto-determinação e a independência imediata das colónias, que seria uma posição descabida no contexto nacional de 1958-1961. O que pretendia era algo muito diferente neste campo: por um lado, ao assumir as responsabilidades militares, queria que Portugal se preparasse para o começo previsível da luta armada, tal como se considerava provável desde 1956; por outro, queria que Portugal alinhasse a sua posição pelos EUA e pela Inglaterra, obtendo o seu apoio político, militar e diplomático em qualquer crise que surgisse em África. Entre 1958 e 1961 nenhum responsável da “geração NATO”, que seja do meu conhecimento, ia mais longe do que isto; nenhum deles defendia nomeadamente a independência para as colónias. Isto é um ponto muito importante para entender o choque que vai ocorrer em 1961.

A primeira preocupação da “geração NATO” consistiu em reforçar o acelerar o movimento no sentido de mudar a orientação da política de defesa. Até essa data, o centro da política de defesa nacional era a Europa, através do duplo compromisso para a defesa do continente em caso de uma guerra contra o bloco soviético. O primeiro compromisso era com a NATO e passava principalmente pela preparação de uma divisão moderna e reforçada que devia ser colocada na zona de Bordéus no dia D+90, enquanto os meios aéreos e navais colaboravam na defesa das ligações marítimas do Atlântico. O segundo compromisso era com a Espanha e consistia na colocação de um corpo de exércitos a três divisões na zona de San Sebastian, para colaborar na defesa dos Pirenéus pelo lado do Atlântico – a divisão colocada em Bordéus, se tivesse de recuar, faria a sua junção com o corpo de exércitos português que estava na fronteira espanhola. Estes dois compromissos principais esgotavam os recursos nacionais, a pontos de a colaboração do ultramar consistir no envio de reforços para a Europa, razão porque as forças aí colocadas em tempo de paz eram reduzidas e estavam concentradas nas cidades.

A partir de 1956 tudo muda. Após a crise do Suez são imediatamente iniciados os estudos para o reforço substancial das colónias, feitos pelos três ramos de forma independente. O problema era especialmente urgente para a Força Aérea, que não tinha qualquer presença significativa em África, e para a Armada, que tinha retirado de África em larga medida depois da 1ª Guerra Mundial. A Força Aérea (FAP futuramente) dá o primeiro e mais importante passo ao criar, logo em Dezembro de 1956, as Regiões Aéreas de Angola e Moçambique (DL 40949 e 40950), enquanto arrancam os estudos para a construção de uma rede de bases aéreas e aeródromos

base nas colónias. A Armada toma uma decisão semelhante quando cria os Comandos Navais de Angola e Moçambique, em Abril de 1957 (DL 41057, de 8 de Abril), o que provoca igualmente o arranque dos estudos para a construção de oficinas, instalações e demais infra-estruturas para assegurar uma presença naval, o que passa pela criação de uma rede de estações rádio de grande alcance para as comunicações centrais. O Exército lança igualmente os estudos para alargar a sua presença nas colónias, agora com a criação de uma rede ampla de quartéis e instalações fora das cidades, destacando alguns dos seus melhores oficiais para essa missão, como é o caso do tenente-coronel Costa Gomes, que faz várias visitas de estudo às colónias. Em 1958 o Exército altera e reforça o seu dispositivo em África, através dos DL 41559 e 41577, abandonando-se de vez a ideia que as colónias deviam reforçar militarmente a metrópole em caso de guerra. Os três ramos lançam igualmente os preparativos para criar forças de intervenção especializadas na luta anti-guerrilha: seriam os Comandos, Fuzileiros e Pára-quedistas.

### **A Nova política Militar Nacional**

Com as mudanças das chefias militares em 1958 o movimento de viragem para África é reforçado. Uma das preocupações centrais é a compra de armamento e equipamento adaptado às operações em África, praticamente inexistente em Portugal.

O Exército equaciona uma ampla remodelação da indústria de defesa, com o arranque do fabrico em larga escala de armamento de origem alemã, através da assinatura de mais de 20 grandes projectos de cooperação com a RFA; é deles que sai grande parte do armamento das guerras de África, desde a G3, à HK-21, à P38 ou aos Unimogs. A FAP está particularmente preocupada com a aquisição de helicópteros e aviões de transporte tático, preferindo o que eram os melhores modelos então existentes no Ocidente: o UH-1 Iroquois e o C-130 Hércules, ambos de origem americana. Aqui começam os problemas, porque os EUA recusam a venda deste equipamento logo em 1959 (antes da administração Kennedy), pois sabem que ele se destina a ser usado nas colónias. A Armada procura no essencial comprar lanchas de patrulha e de desembarque, preferindo igualmente os modelos americanos – nova recusa. Ambos os ramos tentam então a aquisição do mesmo tipo de material na GB (helicópteros Wessex e aviões de apoio tático Jet Provost no caso da FAP), mas a sua venda é igualmente recusada, mesmo antes do começo da luta armada. Resta como única alternativa a compra de armamento na França e na RFA, pelo que se acaba por adquirir mais tarde do que se esperava um equipamento de pior qualidade (os Noratlas eram inferiores aos C-130, os Alouettes eram piores que o UH-1 e os T-6, cedidos pela França e Alemanha, embora de origem americana, eram piores em missões de apoio tático que os A-1, que se tentou em vão comprar nos EUA).

As dificuldades externas na viragem da defesa portuguesa para África são notórias logo em 1959-1960, ao contrário do que muitos autores pensam, e levam a um atraso no reequipamento, a uma opção por material normalmente de pior qualidade (com excepção do armamento ligeiro, onde o alemão era o melhor em 1961) e à necessidade de mudar os apoios tradicionais neste campo. Em 1960-1961 são assinados um conjunto de acordos de defesa com a França e a RFA que permitem um amplo reequipamento das Forças Armadas, embora com algum atraso. A FAP, por exemplo, vai demorar anos a conseguir adquirir um transporte aéreo estratégico para fazer a ligação aérea regular com Angola e Moçambique (acaba por comprar por vias travessas os Boeing 707 americanos, coisa que tinha tentado fazer em vão em 1959-

1961), enquanto a falta de veículos de transporte terrestre americanos ou de peças para o armamento de origem americana (morteiros, obuses e outro) seria duramente sentida nos primeiros anos da guerra.

Ao mesmo tempo a geração NATO começa a pensar numa nova doutrina para as guerras de África, pois é evidente que o pensamento militar da NATO não se aplicava a este tipo de operações. Em fins de 1958 e em 1959 são destacados oficiais para estudarem as operações de contra-guerrilha da França (o poder europeu mais experiente neste campo, depois das guerras da Indochina e da Argélia), enquanto outros são colocados nas escolas de operações especiais americanas, tanto na Carolina como na Alemanha e ainda um pequeno grupo analisa a experiência espanhola em África. Com o seu regresso, criam-se grupos de trabalho encarregados de elaborarem os diversos aspectos de uma doutrina da contra-guerrilha nacional, que acabariam por produzir o conjunto de manuais do “Exército na Guerra Contra-Subversiva”, a base das operações nacionais até 1974.

A transição para uma nova política militar nacional começa assim em 1956 e acelera muito desde Agosto de 1958, embora encontre importante entraves tanto externos como internos. Internamente, o grande problema é financeiro: a construção de uma rede muito ampla de bases nas colónias, a compra de novo equipamento e armamento e a ampliação imensa da indústria da defesa, implicavam investimentos muito vultuosos, bem acima do que era normal. A geração NATO pressiona desde fins de 1958 para a concretização imediata destes investimentos, mas o poder político (entenda-se, Salazar) atrasa o processo com vários argumentos, onde avulta a necessidade de realizar simultaneamente grandes investimentos na modernização da economia (são os anos de adesão à EFTA). Em termos simples e sem entrar em pormenores, entre 1958 e 1961 os militares só conseguem obter cerca de um terço dos fundos pedidos, o que obviamente atrasa substancialmente todo o processo. A isto há a somar o atraso adicional provocado pela impossibilidade de adquirir o armamento e equipamento americano, com facilidades de crédito e melhores preços, o que obrigou a optar depois de longos meses por uma alternativa qualitativamente pior e mais cara.

Este contexto ajuda a entender dois factos muito importantes em 1961. Em primeiro lugar, apesar de Portugal prever correctamente o começo da luta armada nas colónias desde 1956, o dispositivo militar efectivamente existente em Angola em começos de 1961 era insuficiente, com muitas das instalações de base em avançada fase de construção, mas ainda sem unidades operacionais em número significativo (voltamos mais adiante a este ponto). Em segundo lugar, nasceu um verdadeiro braço de ferro entre a geração NATO, empenhada na viragem para África, e a direcção política, que considerava as verbas pedidas excessivas e só dava uma parte dos recursos financeiros, parecendo não entender a urgência de todo o processo. Este braço de ferro foi compreensivelmente crescendo com o tempo, a pontos de Botelho Moniz dizer abertamente em começos de 1961 que as Forças Armadas não estavam preparadas para o ataque em várias frentes que se desenhava no horizonte. Será bom recordar que havia a preocupação de fazer frente a duas ameaças muito diferentes em 1961: a pressão da União Indiana em Goa e a pressão dos movimentos independentistas em Angola.

A mudança oficial da política militar nacional ocorre em Agosto de 1959. Nesta data o Conselho Superior de Defesa Nacional aprova um documento elaborado por Botelho Moniz, onde se equacionam três cortes radicais com o passado: em primeiro lugar “evitar cuidadosamente novos compromissos com a NATO que envolvam mais

encargos financeiros”; em segundo lugar, manter formalmente as unidades destacadas para enviar para Espanha e para a França em caso de guerra, mas retirar-lhes meios e quadros, de modo que passariam a ser meros esqueletos, nalguns casos inclusive meras escolas de formação; dar futuramente toda a prioridade ao “aumento na medida do possível do esforço de defesa do Ultramar”, com a prioridade para a Guiné, seguida de Angola e Moçambique. É esclarecido mesmo que a ameaça sentida nas colónias corresponde a possíveis “sedições indígenas de carácter subversivo, alimentadas do exterior”. A prioridade dada à Guiné em 1959 é fácil de entender: é o ano da independência da Guiné-Conakry e do Senegal, enquanto o Congo Belga, vizinho de Angola, só deu esse passo em 1960.

Era a terceira grande mudança da política militar nacional desde 1935. Nesse ano, Portugal apostou tudo num esforço imenso para a defesa da fronteira terrestre, tendo em conta o perigo da guerra civil em Espanha e, futuramente, da guerra europeia. A partir de 1949, Portugal apostou tudo numa defesa multilateral do continente europeu no seio da NATO, a que se somava uma defesa da fronteira dos Pirenéus, feita em conjunto com a Espanha, de forma paralela à NATO. Em 1959 essa preocupação era colocada em segundo plano e agora a aposta estava num esforço, em larga medida isolado, para a defesa das colónias contra movimentos “de sedição indígena, alimentados do exterior”, como se dizia no texto aprovado. Era igualmente a terceira grande mudança dos apoios internacionais da defesa nacional. Até 1949, o principal apoio veio da Inglaterra; depois dessa data, dos EUA; desde 1959, os grandes apoios seriam a França e a Alemanha Ocidental. A geração NATO presidia, incentivava e apadrinhava esta mudança, embora tivesse crescentes dúvidas sobre a eficácia da política onde ela se inseria e crescentes receios pelo afastamento em relação às posições dos EUA e da Inglaterra.

### **Nuvens Negras no Horizonte**

Ao contrário do que normalmente se pensa o começo da luta armada em Angola foi precedido de múltiplos avisos e mesmo de informações precisas das mais diversas origens, tanto nacionais como externas. Ela já era esperada desde 1956, como se referiu, mas a independência do Congo Belga (Junho de 1960) e a secessão do Katanga (Julho de 1960) eram sinais gerais evidentes que alguma coisa de muito grave iria ocorrer a curto prazo, na medida em que punham em polvorosa a zona Bakongo, que abarcava grande parte do Norte de Angola. A PIDE, que estava bem organizada e tinha grande eficácia na fronteira Norte de Angola, avisa logo em Julho de 1960 que são de esperar distúrbios, tendo em conta o afluxo de largos milhares de refugiados por uma fronteira permeável e sem controlo possível com as forças existentes. A polícia política alerta nomeadamente para o facto de estar a ser distribuída na zona Bakongo propaganda escrita a apelar a uma insurreição contra os portugueses desde Julho de 1960. No mês seguinte (Agosto) novo sinal de alarme: a UPA começa a transmitir um programa de rádio em português, quicongo e outros dialectos através da Rádio Nacional do Congo, onde se incentivam os Bakongos a combater o colonialismo português.

A PIDE informa mesmo das principais ligações e apoios internacionais da UPA, que opera a partir do Congo. Em fins de 1960, navios da RDA e dos países do Leste desembarcam no Congo armas destinadas à UPA e são detectados indícios de apoios financeiros provenientes dos EUA (era reais). Alarmado, o general Silva Tavares, Governador de Angola, vem a Lisboa em começos de 1961 e pede o reforço urgente da

fronteira norte, onde só conta com cerca de dois milhares de polícias e militares, número considerado muito insuficiente para a ameaça que se desenha. Em Fevereiro, depois de regressar a Angola, o mesmo general lança um apelo em termos muito fortes, pois os reforços pedidos não chegavam:

*“Meios militares disponíveis insuficientes mas Comando Militar exporá problemas Defesa. Devo acentuar V. Ex<sup>a</sup> que a situação é extremamente grave e exige acção máxima urgência e como já preveni V. Ex<sup>a</sup> tudo indica incidentes se precipitarão nesta e possivelmente noutras regiões. Empréstimos pedidos são indispensáveis para que possa ser desenvolvida acção situação cada dia passa mais prementemente impõe”<sup>17</sup>.*

Na realidade, havia sinais evidente nesta altura que algo de grave se preparava. Em primeiro lugar, tinham surgido greves violentas entre os trabalhadores da Cotonang, na zona da Baixa do Cassange, em Dezembro de 1960. As greves eram aparentemente espontâneas e não tinham uma ligação directa com os acontecimentos no Congo, embora a PIDE tivesse detectado a chegada de alguns padres de religiões e cultos anti-colonialistas à zona. A Cotonang era conhecida pelos muitos abusos que praticava em relação aos seus trabalhadores e as greves rapidamente conduzem a actos violentos, que obrigam à intervenção das Forças Armadas. O número de vítimas destes acontecimentos que antecederam o começo oficial da luta armada nunca será apurado de forma exacta, variando as estimativas entre as poucas centenas e os dez milhares, número certamente exagerado.

Um sinal ainda mais claro da tempestade que se aproximava de Angola, foi o desvio do paquete Santa Maria em Janeiro de 1961, por um grupo de espanhóis e portugueses. O plano inicial era desviar o navio para Luanda, onde se esperava que a sua chegada desencadeasse uma revolta dos colonos, dentro dos planos algo irrealistas e sonhadoras da oposição armada aos regimes ibéricos, o que levou a que umas dezenas de jornalistas internacionais se deslocassem para Angola em fins de Janeiro. O paquete acabou por se dirigir para o Brasil, num episódio que marca já o afastamento entre Lisboa e a administração americana, pois a US Navy não colabora com Portugal na perseguição aos “piratas”.

O começo oficial da luta armada em Angola dá-se com os acontecimentos de 4 de Fevereiro em Luanda. Nessa noite, 6 grupos com 120 a 150 angolanos, armados com algumas armas de fogo, mas essencialmente com catanas e armas improvisadas, atacam se surpresa a Casa da Reclusão, a cadeia de S. Paulo, a 7<sup>a</sup> esquadra da PSP de Luanda, a Companhia Indígena e uma estação de correios (um grupo devia destruir os aviões no aeroporto, mas não chega a actuar). Os ataques correm mal e nenhum dos grupos alcança os objectivos, sendo todos eles repelidos com mortes e feridos de parte a parte (possivelmente 8 polícias e cerca de 40 atacantes). A PIDE faz uma centena de prisões no dia seguinte e a reacção dos colonos armados provoca mais vítimas. No dia 11 de Fevereiro surge nova vaga de assaltos, mas mais fraca e facilmente reprimida.

Este é o resumo dos acontecimentos, mas a sua interpretação é ainda hoje difícil. Tanto a UPA como o MPLA reclamaram para si a organização do 4 de Fevereiro, embora haja fortes indícios que nenhum tem razão. Aparentemente, o movimento partiu de uma base unitária ampla de nacionalistas angolanos, sem a direcção clara

---

<sup>17</sup> Telegrama do general Silva Tavares ao Ministro do Ultramar a 2 de Fevereiro de 1961, poucos antes dos ataques em Luanda. Arquivo Oliveira Salazar, AOS CO UL 81.

de qualquer dos movimentos independentistas e com uma participação activa do padre Manuel Mendes das Neves<sup>18</sup>.

O 4 de Fevereiro surpreende, sem dúvida, as autoridades portuguesas, que tinham a atenção concentrada no Norte e não esperavam um movimento daquele tipo em Luanda. De qualquer modo, a forma como ele foi facilmente reprimido, sem alcançar nenhum dos objectivos propostos e a forma como a difusa organização que tinha por detrás foi desarticulada pela vaga de prisões subsequente, serviu para tranquilizar as autoridades, em especial as que estavam longe da colónia. Parecia que a “montanha pariu um rato” e que o temido começo da luta armada se tinha saldado por um fiasco. A realidade era outra.

### **A Crise Política em Lisboa**

Enquanto as nuvens negras se acumulavam sobre Angola, acentuava-se o braço de ferro entre a alta hierarquia militar e a direcção política. Havia essencialmente dois motivos para tal. O primeiro era que o cenário mais pessimista que os militares tinham traçado se estava a concretizar, ou seja, ia começar a luta armada em Angola sem que o dispositivo pensado para lhe responder estivesse operacional. Na realidade, poucos reforços seguiram para Angola nos últimos meses, apesar dos avisos de muitas origens sobre a eminência da luta armada: desde começos de 1960 até Março de 1961, só temos referência ao envio de seis companhias de Caçadores e uma de Polícia Militar, o que corresponde a escassos dois milhares de militares do Exército. A FAP, por seu lado, tinha acabado de concluir o aeródromo-base do Negage, a primeira instalação deste tipo em Angola, onde só havia antes a base aérea de Luanda. Em Março de 1961, a FAP mantém em Angola perto de 50 aparelhos, mas com sérios problemas; tinham acabado de chegar por um milagre de improviso 12 PV2, aparelhos de patrulha marítima, transformados à pressa em bombardeiros improvisados; havia uma dezena de T-6, um avião de treino que ainda era o melhor aparelho de apoio táctico existente, mas alguns ainda não tinham instaladas as calhas para o armamento; meia dúzia de Noratlas eram a única força de transporte táctico existente; tudo era completado com uma série de avionetas (onde avultavam 10 Do 27 e 9 Auster), úteis para missões de reconhecimento e ligação, mas que seriam utilizados para tudo e mais alguma coisa na emergência<sup>19</sup>. A Armada por seu lado, preparava a transferência das primeiras lanchas e unidades de fuzileiros, mas estas ainda não tinham chegado em Março de 1961.

O grande problema da geração NATO, porém, não era o fraco ritmo de envio de reforços e o atraso na preparação do dispositivo; o grande problema era que a guerra que ia começar era vista como a “guerra errada”, ou, caso se prefira, como a guerra conduzida por uma política errada e, logo, que nunca poderia terminar favoravelmente a Portugal. Este é um ponto essencial, pelo que merece que lhe dediquemos algumas linhas.

Os acontecimentos de Fevereiro em Luanda surgem numa altura em que o debate sobre o colonialismo português ia entrar numa fase decisiva na ONU, impulsionado pelos recentes países independentes de África. Era sabido que em Março

---

<sup>18</sup> É nomeadamente a tese do recente livro de Dalila e Álvaro Mateus, *Angola 1961*, Texto, Lisboa, 2010.

<sup>19</sup> A capacidade de improviso da FAP foi extraordinária. As pequenas avionetas, por exemplo, foram transformadas em bombardeiros improvisados através de um estratagema muito simples: cortava-se o gargalo de uma garrafa e colocava-se lá dentro uma granada ofensiva sem pino; o piloto lançava a garrafa do avião que, ao embater no chão, se partia, libertando a granada que explodia passados uns segundos. Escusado será dizer que este método era muito perigoso para quem o usava.

ia ser apresentada na ONU uma moção a condenar o colonialismo português e, pela primeira vez, os EUA pensavam votar a favor. Isto era entendido pela geração NATO como um abalo profundo, não tanto pelo peso dos EUA, nem sequer pelo facto de ele ser o principal apoio militar de Portugal na última década por larga margem, mas sobretudo pelo significado político. Portugal ia começar uma guerra sem o apoio do Ocidente e com a oposição parcial dos seus aliados mais firmes, algo que nunca tinha acontecido ao longo dos muitos séculos de existência. O que era mais importante ainda, Portugal ia começar uma guerra para a qual não estava preparado, que, na perspectiva da geração NATO, podia ser evitada com alguma diplomacia e sem cedências de fundo.

A confirmação deste facto surge em Fevereiro de 1961, quando o embaixador americano de Lisboa (Elbrich) toma uma iniciativa muito anormal: convida o Ministro da Defesa para um almoço particular. A mensagem que o representante americano transmite, com pedidos da máxima confidencialidade, é de grande importância. Diz o embaixador que os EUA serão obrigados a votar a favor da moção de condenação do colonialismo português que será apresentada em Março, o que não lhes agrada e pode ser evitado; basta para tal, que Portugal faça uma declaração pública onde se mostre favorável a uma política de reformas e de desenvolvimento nos seus territórios de África, sem precisar de usar o termo “autodeterminação” e sem falar em independência; bastaria que fossem repetidas algumas frases do último discurso do Presidente do Conselho onde se mencionava a preocupação de assegurar o desenvolvimento das colónias.

Deve ser acrescentado que, pouco depois desta diligência junto de Botelho Moniz, o embaixador Elbrick é oficialmente recebido por Salazar (a 7 de Março de 1961), a quem, segundo disse ao Ministro da Defesa, iria transmitir a mesma mensagem. Na realidade, o que é dito é diferente, como se constata pela nota de síntese deixada ao chefe do Governo: “Os EUA não estariam a cumprir o seu dever como parceiros da NATO se não manifestassem a convicção de que se impõem medidas de pequenos passos com vista a assegurar o progresso político, económico e social de todos os habitantes da África portuguesa, no sentido de uma autodeterminação dentro de um prazo realista”. A diferença, obviamente, estava na última frase da nota e na utilização da palavra “autodeterminação”. Deve ser dito que autodeterminação não é sinónimo de independência. De qualquer modo, a inclusão desta palavra impedia que a posição americana fosse aceite por Oliveira Salazar. O embaixador mostrou que era hábil, transmitindo a Salazar uma mensagem que sabia que seria recusada, enquanto passava ao ministro da Defesa uma versão ligeiramente diferente.

Qual era a sensibilidade da “geração NATO” neste campo? É muito difícil responder, pois estamos a falar de um conjunto amplo de militares que tinham perspectivas e abordagens pessoais muito diversas e não coordenavam ou combinavam a posição entre si. É, no entanto, possível ir um pouco mais longe no que diz respeito ao pensamento do general Botelho Moniz, a cabeça visível da “geração NATO”. O coronel Viana de Lemos, um dos principais confidentes de Botelho Moniz, resume e seu pensamento nesta altura em três pontos<sup>20</sup>:

- As guerras de África podiam ser evitadas e, se começassem, não tinham uma solução exclusivamente militar;

---

<sup>20</sup> Coronel Viana de Lemos, *Duas Crises*, Edições Cosmos, Lisboa, 2ª edição, 2009, pp. 31-33.

- A política ultramarina devia estar baseada na ideia de uma descentralização e de uma autonomia progressiva;
- Uma solução política só podia ser aplicada em territórios pacificados, pelo que era legítimo reprimir pela força e anular qualquer acto violento praticado contra a administração portuguesa.

Ao ler este resumo do coronel Viana de Lemos quanto ao pensamento de Botelho Moniz em Fevereiro de 1961, é fácil constatar que ele coincide praticamente na totalidade com a tomada de posição do general Spínola em fins de 1973, com a diferença óbvia e compreensível que o último já não dizia que as guerras podiam ser evitadas. É igualmente fácil constatar que a posição de Botelho Moniz coincide em larga medida com a transmitida pelo embaixador Elbrick, como sendo a americana. Pode igualmente ser verificado que Botelho Moniz evitava usar a palavra “autodeterminação” e, por maioria de razão, nunca falava em “independência”; ficava-se numa posição ambígua, em que apontava para uma “descentralização” e “autonomia progressiva”, sem que fosse claro até onde ela iria. Esta posição ambígua de Botelho Moniz era aceitável pelos EUA, pela NATO e pelos aliados ocidentais em 1961 e, se tivesse sido adoptada, permitiria que estes dessem o seu apoio ao esforço militar implícito na repressão de qualquer acto violento.

Esta era a real fronteira entre a “geração NATO” e os responsáveis políticos portugueses em 1961. Ambos aceitavam a ideia de que os actos violentos teriam de ser reprimidos e os territórios pacificados, queixando-se a geração NATO do atraso na preparação militar pela decisão política de não a financiar na escala devida. A diferença estava em que a “geração NATO” pensava que as guerras podiam ser evitadas ou, caso comesçassem, deviam ser subordinadas a uma política que permitiria contar com o apoio militar e financeiro do Ocidente e, muito mais importante, com o seu apoio diplomático para encontrar uma solução negociada. O que a “geração NATO” não queria, em resumo, é que Portugal se envolvesse em guerras sem o apoio do Ocidente, o que significava que estes conflitos não tinham uma solução política, pelo que só ficava aberta uma solução militar. Neste campo, a “geração NATO” tendia a acreditar que uma solução exclusivamente militar não era possível nestas guerras, pois por maior que fosse a vitória no terreno, o conflito recomeçaria sempre enquanto tivesse apoio político e material do exterior. O que estava em causa, em resumo, não era o começar ou não uma guerra, mas sim o tipo de guerra que iria começar, ou, caso se prefira, a política que devia orientar a guerra.

Os acontecimentos de Luanda, em Fevereiro, desencadeiam o braço de ferro final em Lisboa sobre a política que iria prevalecer, a forma como a guerra futura seria orientada. A iniciativa parece ter partido, não de Botelho Moniz, mas de outras chefias militares que o pressionam para se colocar à frente do movimento, dentro da ideia que o essencial era mudar a estratégia política, o que passava pelo afastamento de Salazar. A esta ideia, no entanto, a “geração NATO” acrescentava algo que para ela foi sempre um ponto central: a mudança tinha de partir de dentro, de forma organizada e controlada pela hierarquia militar; nunca poderia vir de um golpe militar ou, ainda menos, de um movimento de protesto na rua.

A iniciativa do confronto final pertenceu ao general João Albuquerque de Freitas (Chefe do Estado-Maior da Força Aérea) que dirigiu uma carta ao Ministro da Defesa a 21 de Fevereiro. Nela lhe recorda que as Forças Armadas são o esteio de um regime que classifica de “impopular” e que chegou a altura de traçar cenários para um

futuro sem Salazar, pois se isso não fosse feito a própria coesão dos militares seria posta em causa. Esta carta é muito importante, não só pelo que tem de anormal, mas sobretudo porque revela o clima existente entre as chefias militares depois do 4 de Fevereiro. Prova nomeadamente que era valorizada acima de tudo a coesão entre os militares (pelo que a ideia de um golpe estava completamente fora de causa), que se acreditava que os militares podiam actuar em bloco e ordenadamente, que uma tal acção seria absolutamente avassaladora e irresistível e se pensava que qualquer solução política e estratégica teria de passar pelo afastamento de Salazar, que se tinha tornado o grande travão à mudança necessária.

A carta de Albuquerque de Freitas coincide com as já mencionadas iniciativas do embaixador americano junto de Botelho Moniz e ambas devem ter sido importantes para o decidir a actuar (estamos condenados a especular neste campo). É normal, embora não possa ser comprovado documentalmente, que nos últimos dias de Fevereiro ou começos de Março, Botelho Moniz tenha desencadeado um processo de consultas extra-oficiais entre as chefias militares, através do qual procurou aferir se a disposição mostrada pela chefia da Força Aérea era partilhada por outros, tendo sempre em consideração que um chefe militar fala normalmente em nome do colectivo que chefia. Aparentemente, Botelho Moniz chegou a conclusão que as Forças Armadas em bloco estavam animadas pelo mesmo espírito e que havia o ambiente internacional que permitia colocar as guerras que iam começar numa política favorável a Portugal, pelo que decidiu agir, ou, talvez seja mais correcto dizer, pelo que se sentiu obrigado a agir como representante máximo das Forças Armadas.

É neste momento que se desencadeia o furacão de Março no norte de Angola, o que muda a conjuntura política.

### **Os Massacres de Março**

Viana de Lemos refere que, a 4 de Março, um adido da embaixada dos EUA o informa que no dia 15 desse mês vai começar um levantamento violento no norte de Angola desencadeado pela UPA, de modo a coincidir com o debate sobre Portugal agendado pela ONU. O aviso acrescenta mesmo que o levantamento seria de “puro terrorismo” (Lemos, 2009, pp. 34-35) e dirigido contra alvos civis isolados. Viana de Lemos envia de imediato um telegrama com a informação para o general Beleza Ferraz (CEMGFA), que se encontrava em Angola numa visita oficial – o telegrama não chegou ao destino.

Quase ao mesmo tempo, chegam às autoridades avisos semelhantes. Um deles parte dos serviços de informações da RFA, outros vêm dos postos da PIDE no Congo e Norte de Angola, alguns com a indicação exacta da data (15 de Março), outros ainda das autoridades administrativas que transmitem os boatos que correm entre a população. É ainda hoje um mistério como, havendo tantos avisos coincidentes das mais diversas origens, tão pouco foi feito para combater o levantamento preparado pela UPA. A intenção desta é fácil de adivinhar: pretendia-se um ataque simultâneo a dezenas de alvos civis isolados, desde fazendas a pequenas povoações ou postos isolados. O facto de se escolherem alvos civis dispersos permitia a actuação de forças numerosas, mas muito mal armadas, sem treino ou preparação militar, sem comando efectivo e muitas deles mesmo sem qualquer tipo de controlo. O objectivo só podia ser o de provocar um massacre, algo de semelhante ao que se tinha feito no Congo meses antes, com a morte de famílias de colonos que chocasse a opinião pública e levasse Portugal a imitar a Bélgica, ou seja, a retirar rapidamente de Angola. Tudo devia

coincidir com o debate agendado na ONU, que serviria de caixa de ressonância dos acontecimentos. O 15 de Março não era pois uma “acção de guerrilha”, um acto de guerra, ou sequer um levantamento nacionalista dirigido contra alvos militares ou administrativos, como tinha sido o 4 de Fevereiro. O 15 de Março foi fria e premeditadamente preparado como um massacre, um acto terrorista que chocasse e assustasse, que provocasse a fuga da população sobrevivente.

E de um massacre se tratou. Raras vezes a terra portuguesa assistiu a uma tragédia tão horrível como o que começou a 15 de Março – possivelmente seria preciso recuar aos tempos das invasões francesas para encontrar um paralelo. Homens, mulheres e crianças foram mortos, no meio de cenas de tortura e canibalismo, da forma mais bárbara que se possa imaginar. Mais uma vez é muito difícil contabilizar as vítimas, mas não devem andar longe da verdade as versões que falam em 800 colonos e cerca de 4.000 africanos mortos, principalmente Bailundos que trabalhavam no Norte de Angola, mas também muitos Bakongos que se recusaram a participar nos massacres. Não se tratou, repito, de uma qualquer acção de “guerrilha”; era um acto que visava provocar o terror.

As ondas de choque foram efectivamente imensas. Em primeiro lugar, na população de Angola, em particular em Luanda, invadida por milhares de refugiados civis com histórias de difíceis de conceber. Depois, na população portuguesa, que tinha dificuldade em acreditar nas fotografias de corpos horrivelmente mutilados por catanas que circularam de imediato e em grande quantidade. As autoridades portuguesas entenderam muito bem que o efeito de choque iria favorecer a vontade de resistir (ao contrário do que a UPA esperava), pelo que promovem a divulgação das fotografias, relatos e descrições dos massacres, de modo a amplificar o seu efeito – chegam a ser difundidos folhetos com fotografias de corpos mutilados nas escolas primárias de Lisboa.

Os acontecimentos do 15 de Março coincidem com o braço de ferro final que tinha já começado em Lisboa e representam uma mudança substancial no seu contexto. Sem que a geração NATO se tenha apercebido disso, estes acontecimentos representaram a derrota do seu projecto de mudança tranquila e ordeira.

Botelho Moniz tinha já assumido a direcção da contestação e, depois de ter consultado as chefias militares, informou Salazar que ia convocar uma reunião alargada do Conselho Superior do Exército, onde estariam presentes os chefes dos outros ramos como convidados, de modo a avaliar a “situação militar do ultramar”. Como seria de esperar, as chefias militares em peso e sem divergências significativas pronunciam-se a favor da mudança, apoiando o imediato reforço militar de Angola, mas inserindo-o numa política de guerra de entendimento com o Ocidente, que passaria igualmente por mudanças internas no sentido da formação de novo governo.

Apoiado nesta decisão unânime das chefias militares, Botelho Moniz continua a fazer o que podemos chamar um “jogo aberto”, na medida em que acredita que tem força suficiente para obrigar a uma mudança por dentro, com as Forças Armadas coesas e sem agitação de rua. Nessa crença, o Ministro da Defesa resolve enviar uma carta muito crítica a Salazar, onde o informa do que pensa ser a posição das chefias militares e, para não haver dúvidas, faz acompanhar a carta de uma parte da acta da reunião do Conselho Superior do Exército. Na realidade, Botelho Moniz envia somente documentos sobre a tomada de posição do Ministro do Exército e do CEM da Força Aérea, dizendo que estes representam a posição dos ramos. Confiante na vitória,

Botelho Moniz informa o embaixador americano da iniciativa, o que é uma maneira de lhe dizer que a curto prazo haverá um novo governo em Portugal.

Que diz a famosa carta a Salazar que, apesar de ser pessoal e confidencial, não tarda a circular entre os oficiais das Forças Armadas? Viana de Lemos reproduz a missiva na íntegra (Lemos, pp. 39-42). Nela o Ministro da Defesa começa por afirmar que o País está preocupado com o grave momento político internacional, que a acção política do Governo era incapaz de fazer face aos acontecimentos e que estes podem representar o “aniquilamento total ou a sobrevivência das Forças Armadas”. Qual a solução proposta? Em primeiro lugar “reforçar a unidade nacional” alargando a cooperação política “ao maior número dos que acima de tudo querem servir o País”, e pondo fim ao “estreito quadro político” da situação, confinado a “valores políticos gastos e em muitos casos sem idoneidade moral”; era necessário renovar o Governo, de modo a elevar Portugal “no conceito internacional, onde o baixo nível das classes rural, operária e média é motivo de censura”. Portugal não pode ser um País “onde as liberdades essenciais não existem”, onde a diplomacia tem uma acção “inadequada”. Quanto às Forças Armadas a sua situação é considerada “angustiosa”, a caminho do “insustentável”, “onde poderemos ficar à mercê de um ataque frontal, com forças dispersas por quatro continentes sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar”. Esta frase é a chave de toda a carta e não é por acaso que surge depois de uma menção à falta de liberdades e ao baixo nível de vida do País; o que ela diz em termos polidos é que as Forças Armadas não receberam os meios necessários à missão que lhes foi entregue e estão a ser empurradas para uma guerra suicida, porque dirigida por uma política que não lhe pode encontrar uma solução, que afasta mesmo Portugal dos “nossos mais antigos amigos”, como se refere a seguir. Finalmente, a carta apela para a manutenção a todo o custo da “coesão das Forças Armadas”, “a última força que pode impedir que a Nação caia no caos e na irresponsabilidade”. Era uma declaração formal de guerra redigida em termos especialmente fortes, que não só apontava para a saída de Salazar do Governo, como sublinhava que as Forças Armadas estavam coesas, conscientes da sua força e não se iam lançar em golpes.

O longo braço de ferro com a “geração NATO” chegava finalmente ao desenlace final e Botelho Moniz estava tão confiante na vitória que, depois da declaração formal de guerra ... parte para férias no Algarve! Não podia haver melhor prova que a “geração NATO” não queria um golpe ou qualquer acção que pusesse em perigo a coesão das Forças Armadas.

O que aconteceu a seguir é fácil de adivinhar e precisa em larga medida de ser adivinhado porque faltam os testemunhos e memórias do lado salazarista. Em primeiro lugar o ataque era lançado não só contra Salazar, mas contra todo o bloco mais conservador do regime, colocando em causa os principais pontos básicos da sua política, desde a falta de liberdades, ao desenvolvimento reduzido, às opções diplomáticas, à política militar e, finalmente, à política sobre a guerra que tinha começado a 4 de Fevereiro. Significa isto que todo o bloco conservador cerrou fileiras à volta de Salazar e adoptou uma política hábil para atrair os muito hesitantes e apresentar a “geração NATO” como traidores e vendidos aos americanos.

Tudo se passa, não o esqueçamos, quando o País ainda está em choque profundo pelos massacres de 15 de Março, que suscitam uma imensa explosão de patriotismo, um desejo de vingar a afronta cometida, de salvar as populações que

continuam cercadas nas pequenas localidades do Norte de Angola. A habilidade do bloco conservador foi a de ter virado esta explosão de patriotismo a seu favor, apresentando a “geração NATO” como os “cobardes” que queriam “abandonar Angola”, os “ratos” que desertavam quando o navio estava em perigo, os “vendidos aos americanos”. Esta acção de propaganda e deturpação era relativamente fácil de fazer porque tudo se passava nos bastidores, sem que a população em geral fizesse ideia do que estava a acontecer; tudo dependia dos boatos postos a correr, da forma como se influenciava principalmente os oficiais das Forças Armadas, em particular as chefias intermédias das quais dependia o comando das unidades operacionais. Era uma acção facilitada pela opção da geração NATO de não organizar um golpe, de não divulgar o seu programa, de não dizer de forma clara o que pretendia, onde estavam os pontos de divergência com o Governo. A “geração NATO” optou por não colocar em causa a “coesão” dos militares, o que implicava não divulgar as suas posições. Não era com estes métodos que se derrubava um político tão hábil como Salazar!

Um dos instrumentos mais eficazes da acção dos conservadores foi a promoção de manifestações contra os EUA. Estas surgem logo a seguir ao 15 de Março e à votação da ONU, começando por Luanda, onde o carro do cônsul americano foi lançado à água por uma multidão enraivecida. Segue-se a manifestação de Lisboa, marcada para o dia em que Botelho Moniz enviou a carta a Salazar, onde se apedrejam vários edifícios ocupados pelos EUA (centro cultural e Embaixada, entre outros). A televisão, a rádio, os jornais, devidamente enquadrados e coordenados, promovem uma campanha anti-americana em todos os tons, procurando suscitar uma explosão patriótica semelhante à que tinha acompanhado o ultimatum britânico setenta anos antes e dando a entender que os “amigos dos americanos” eram “traidores a Portugal”; os agentes desta campanha possivelmente não entendiam que ela era dirigida contra a “geração NATO” dos militares portugueses e não contra Kennedy.

A campanha de cativação das chefias militares intermédias é particularmente eficaz, coordenada directamente por Santos Costa que, sem estar no activo e sem ser general, continuava a ter uma imensa influência nas Forças Armadas. Enquanto isto acontece, que faz a cabeça da “geração NATO”? Nada, ou pouco mais que nada. Botelho Moniz parte para férias, possivelmente convencido que estava a dar tempo a Salazar para que se afastasse voluntariamente do poder, sem mais sobressaltos; o CEM da Força Aérea parte numa viagem para o estrangeiro, deixando o campo livre ao grupo de Kaulza de Arriaga para dar a volta ao ramo; o próprio Ministro do Exército se afasta calmamente. A Armada cerra fileiras à volta do Presidente da República, que era uma das cabeças do bloco conservador.

Só a 11 de Abril, quase duas semanas depois da carta a Salazar ter sido entregue, Botelho Moniz parece ter entendido que não podia contar com uma demissão voluntária e nesta altura ainda estava aparentemente confiante na sua força, ainda não tinha entendido que já lhe tinham tirado o tapete debaixo dos pés. Dá então o passo seguinte: acompanhado pelo Ministro do Exército pede uma audiência ao Presidente da República onde o pressiona para “resolver o problema”; quando compreensivelmente o Presidente da República pergunta o que se pretendia para o futuro, Botelho Moniz e o Ministro do Exército envolvem-se numa discussão. O Almirante Américo Tomás ficou, sem dúvida, esclarecido sobre a coesão da “geração NATO” nesta altura; habilmente, limitou-se a dizer que precisava de tempo para ponderar o assunto, sem tomar posição. No seguimento desta entrevista, Kaulza de

Arriaga consegue colocar a FAP em alerta, enquanto o Ministro da Marinha (almirante Quintanilha de Mendonça Dias) dá indicações que apoia o Presidente da República. Restava o Exército, mas, ao contrário do que acontecia um mês antes, ele estava dividido em meados de Abril, com algumas unidades a apoiarem Botelho Moniz, mas muitas hesitantes. Nesta altura, e só nesta altura, o Ministro da Defesa parece ter entendido que poderia ser necessário usar a força, possivelmente pressionado pelo general Craveiro Lopes e por outros elementos mais lúcidos quanto aos mecanismos do poder efectivo. Viana de Lemos refere que Botelho Moniz chegou a pensar em mandar unidades de Mafra ocuparem posições na capital, mas, se assim foi, nada fez. Mesmo nesta altura, a “geração NATO” não abandonou a sua crença que a coesão era o bem mais precioso a preservar, que a mudança teria de surgir de dentro, sem lutas e sem agitação.

O resto é sabido. O Presidente da República, assim que se convenceu da sua força efectiva, encarregou formalmente Oliveira Salazar de formar novo governo. Este limitou-se a escrever duas cartas (a Botelho Moniz e a Almeida Fernandes) dispensando secamente os seus préstimos. Era à resposta à carta de meados de Março. O Ministro da Defesa ainda marcou uma reunião das chefias militares para a tarde desse dia – numa altura em que a rádio já tinha dado a notícia da sua demissão – mas esta só confirma que tinha passado o momento. O general Câmara Pina (CEME), um dos mais firmes apoiantes de Salazar, não participa na reunião por a considerar ilegal, bem como o CEMA (almirante Sousa Uva), este em obediência a uma ordem directa do Ministro da Marinha (Quintanilha de Mendonça Dias); os comandantes da PSP e da GNR não participam na reunião, mas fazem saber que não tencionam intervir contra o Exército; estavam presentes os principais comandos militares do Exército e a decisão vai no sentido de manter a legalidade, ou seja, de acatar as ordens de Salazar.

### **Decisões que escondem decisões – aparências e realidades**

Terminava assim ingloriamente a lenta ascensão da “geração NATO”, que tinha começado em 1949, ou, pelo menos, ela era interrompida por muitos anos. Desaparecia de cena o único grupo que esteve a pontos de conseguir a mudança do regime por dentro, uma “transição para a democracia” treze anos antes da transição pacífica espanhola, um projecto de viragem para a Europa e para os valores do Ocidente. Simbolicamente a “geração NATO” caía quando começava a guerra que ela tinha previsto, para a qual se tinha preparado e que tinha querido evitar. O País mal se apercebeu da imensa mudança política que ocorreu, de como esteve tão perto de uma viragem para a democracia treze anos antes de Abril de 1974, de como esteve tão perto de encontrar uma solução política para a guerra poucas semanas depois delas terem começado. Tudo se tinha passado nos bastidores, raros portugueses sabiam quem era Botelho Moniz e ainda menos faziam ideia que existia um tenente-coronel chamado Costa Gomes ou do que eles pensavam e tinham tentado obter. O que os portugueses estranhavam, isso sim, era o atraso no envio dos reforços para Angola, o facto de, quase um mês depois do choque imenso do 15 de Março ainda não terem embarcado forças significativas para Luanda.

Oliveira Salazar, como hábil político que era, aproveita muito bem este clima e, a 13 de Abril de 1961, faz um dos seus raros discursos públicos, aproveitando a televisão para chegar a todos os portugueses. Não explica o que se passou e, como seria de esperar, nada diz sobre o programa dos ministros e dos militares afastados.

Pelo contrário, utiliza frases ambíguas que, sem o dizerem, dão a entender que foram afastados por “cobardia”, porque queriam “abandonar Angola” e, logo, que eram eles os culpados pelo atraso no envio dos reforços:

“Se é preciso uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional mesmo antes da remodelação do Governo que se verificará a seguir, essa explicação pode concretizar-se numa palavra e essa palavra é Angola. (...) Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão” (discurso de 13 de Abril de 1961, na RTP).

Efectivamente, logo a 17 de Abril partem de avião para Angola quatro companhias de Caçadores – as primeiras de muitas. As chefias militares de Angola mudam<sup>21</sup> e antes do fim do ano todas as zonas ocupadas pela UPA tinham sido retomadas. Em começos de 1962 é oficialmente anunciado o fim da guerra, depois da libertação da zona Norte – na realidade, tinha começado uma guerra de treze anos.

O regime nem sequer fez qualquer acusação formal contra os militares afastados e estes optam por acatar tranquilamente o seu destino, sem procurarem divulgar as suas posições ou se defenderem das acusações implícitas ao discurso oficial. Botelho Moniz pede tranquilamente a passagem à reserva, Viana de Lemos continua a servir de elemento de ligação nas negociações com a RFA e Costa Gomes faz a travessia do deserto numa secretária do DRM de Beja, onde é colocado em funções burocráticas sem qualquer importância, para dar só alguns exemplos. Um pesado véu de silêncio cai sobre a Abrilada de 1961 e sobre os seus homens, como se o Portugal que venceu quisesse esquecer o Portugal que podia ter sido.

Em Abril de 1961 as Forças Armadas partem de forma coesa para a guerra, enquanto o Governo dava a entender que as divergências afastadas eram entre os que queriam a guerra e os que a não queriam, entre os que queriam partir “depressa e em força” e os que queriam o abandono das colónias, ou das províncias ultramarinas, na denominação oficial. Nada podia ser mais falso.

Se alguém quis reforçar as colónias em força e desde 1958 foi a geração NATO, do mesmo modo que, uma vez a guerra começada, a sua posição unânime era que tinha haver uma pacificação como base de qualquer solução, o que passava pela reconquista das posições perdidas no Norte de Angola e por um castigo exemplar face aos massacres. As divergências eram outras e diziam respeito ao regime interno português e ao tipo de guerra que ia começar. O governo apostava tudo na manutenção das grandes opções políticas, o que implicava que a guerra só podia ser resolvida com uma solução militar, sem qualquer cedência em relação à política tradicional – o mundo tinha mudado, mas Portugal não, continuava como se ainda se vivesse nos anos trinta. A geração NATO apostou numa solução política para a guerra, que tinha de passar por uma aproximação às posições dos EUA e da Inglaterra e por uma crescente descentralização e autonomia das colónias, não sendo claro onde este processo podia conduzir; nesta perspectiva, as operações militares eram necessárias para a pacificação, mas meramente auxiliares, pois a aposta estava na solução política, encontrada necessariamente dentro dos princípios dominantes no Ocidente, onde Portugal se inseria.

---

<sup>21</sup> O governador Silva Tavares, que tinha pedido reforços urgentes com meses de antecedência e que tinha alertado para o começo da luta armada, é substituído pelo general Venâncio Deslandes, enquanto o comando militar de Angola muda igualmente. Em fins de 1961 os poderes militares e civis são concentrados no general Deslandes.

A decisão de 1961 não foi a de ir ou não ir para a guerra, a de enviar ou não reforços para Angola. A decisão de 1961 foi sobre o tipo de guerra que ia começar. As Forças Armadas em termos gerais foram levadas a esquecer o que a “geração NATO” sabia: que guerras daquele tipo só tinham uma solução dentro dos princípios políticos dominantes no Ocidente e que qualquer outra opção só levaria ao crescimento da oposição radical interna e nas colónias, fosse comunista ou não. Portugal entrou no caminho de uma guerra sem fim à vista, de uma radicalização das oposições no continente e nas colónias, de um afastamento em relação aos valores do Ocidente e da NATO. A questão que se colocou em 1961 era a de saber qual a política daquela guerra!

As Forças Armadas reaprenderam as lições da geração NATO da pior maneira possível e ao fim de muitos anos de operações. Pouco a pouco, cada vez mais militares compreenderam que o problema daquelas guerras não era militar, mas sim político. Quando essa lição foi reaprendida o resultado foi o 25 de Abril, um movimento organizado e lançado exclusivamente pelo núcleo profissional do corpo de oficiais, com a exclusão dos próprios oficiais milicianos. Simplesmente, a situação em 1974 era muito diferente da de 1961 e em todos os aspectos era diferente para pior. As soluções que seriam fáceis em 1961, eram impossíveis em 1974; a coesão a todos os níveis, natural em 1961, tinha-se transformado na pulverização de 1974; a evolução pacífica, ordeira, de cima para baixo, deu lugar à revolução, que não tardou a colocar o poder na rua, algo que a geração NATO queria evitar a todo o custo. As posições do general Spínola no “Portugal e o Futuro” não estavam muito longe das de Botelho Moniz na Abrilada de 1961. A diferença era que elas seriam possíveis nas condições de 1961, mas eram impossíveis nas de 1973. Portugal pagava o preço de treze anos de uma guerra errada, não por ser guerra, mas por seguir uma política não adaptada ao seu tempo. Como dizia um general francês depois do desastre da campanha de 1940: foi uma luta entre o passado e o presente.

A “geração NATO” tinha-o entendido mesmo antes de 1961 e tinha elaborado uma estratégia nacional lúcida e adaptada, infelizmente servida por uma tática política e militar de grande ingenuidade, que deitou tudo a perder. Os treze anos de guerra foram justamente o contrário: uma excelente política militar, que obteve resultados muito acima do que parecia possível, ao serviço de uma péssima estratégia política, que impedia qualquer solução para a guerra. Portugal pagou as opções que fez e o preço foi imenso. Era irónico, porque os resultados militares obtidos nos treze anos de guerra só foram possíveis com o saber, as técnicas e a arte aprendida pela “geração NATO”, numa década de abertura internacional e de aproximação ao Ocidente; simplesmente era uma “geração NATO” decapitada, que abandonou as opções políticas iniciais, que traiçou a sua alma. Uma boa arte servida por uma má política só pode adiar o desastre, tornando-o ainda maior quando ele finalmente surge.

## **Encerramento**

### **Considerações Finais**

Tenente-general António de Jesus Bispo

#### **Motivações**

O propósito inicial que esteve na base desta conferência foi o de prestar homenagem a todos os portugueses e africanos que se sacrificaram em África na defesa da soberania portuguesa, e dos valores que ela veiculava, alguns deles movidos por interesses particulares mas também com sentido pátrio, outros exclusivamente dedicados à defesa da bandeira, durante os quinhentos anos da presença portuguesa em África. Estes portugueses e africanos deixaram um legado que as gerações vindouras, despojadas de factores sentimentais legítimos e numa análise fria da História, certamente reconhecerão.

Depressa chegámos à conclusão da grande dificuldade de levantamento e-exaustivo dos casos onde o sacrifício, o heroísmo e o patriotismo estiveram presentes. De facto, trata-se de matéria com lacunas de investigação importantes; não teremos ainda respostas definitivas a determinadas questões, como por exemplo: quem constituiu e ocupou as feitorias? Quais os quantitativos e qualificações das guarnições dos presídios ou fortalezas? Qual a missão que estava atribuída a essas forças e qual o modo do seu cumprimento? Qual o tipo de operações em que estiveram envolvidas? qual a articulação com os agentes civis? Que outras formas de ocupação ou colonização tiveram lugar? Por que vicissitudes passaram, em concreto? Que tipos de relações estabeleceram com vizinhos, e qual foi a evolução dessa relação? Que tipos de conflito existiram entre os povos africanos, na presença dos portugueses?

Neste sentido, embora mantendo o propósito daquela homenagem em mente, decidimos que seria mais apropriado generalizar o âmbito da nossa análise e caracterizar os contextos onde as ações individuais ou colectivas tiveram lugar. Por natural falta de tempo, não poderíamos ir além das questões gerais, mas insistimos na problemática com a esperança de incentivar outros a aprofundá-la.

Optámos assim por pedir a ilustres académicos que nos esclarecessem, com o seu saber, sobre a evolução das conjunturas ao longo da História nos espaços ultramarinos africanos que considerámos mais relevantes, para assim reflectirmos em conjunto sobre esse período da nossa História. A aproximação ao tema privilegiou naturalmente a objectividade, sem emoção, ou saudosismo, e no mais profundo respeito pelos povos dos novos países de expressão portuguesa, sem contudo negar o legado que julgamos ter construído ao longo dos cinco séculos da presença portuguesa.

Também não queremos escamotear o facto de em alguns aspectos muito pontuais, e em áreas muito restritas, ter havido acções menos próprias de uma relação saudável, de parte a parte, ações que terão que ser interpretadas à luz das circunstâncias da época. Algumas dessas acções decorreram de um certo vazio de poder que faz sempre surgir as forças ocultas que existem no ser humano. Em todo o caso, o que parece relevante é que face a situações consideradas como menos próprias foi o regime português que se apressou a corrigir e não forças estranhas; aconteceu

assim em muitas situações, como sejam a proibição da escravatura (que já existia à chegada dos portugueses), a legislação liberal (cuja aplicação era de difícil aplicação, mas que ainda assim se tentou), a regulamentação da cidadania, a liberação do mercado algodoeiro e mineiro, etc.

Decidimos encerrar o período que foi objecto da análise em Março de 1961, porque a homenagem aos combatentes que serviram em África a partir dessa data estará reservada para o dia de amanhã, o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.

A estrutura da Conferência foi assim construída em vários andamentos: o da ocupação portuguesa logo a seguir aos Descobrimentos; o das movimentações das populações africanas imediatamente antes e depois da chegada dos portugueses, os encontros dos portugueses com os africanos nestes cinco séculos, as origens e as formas dos conflitos ocorridos nesses espaços ao longo do tempo, a evolução das ideias de colonização e descolonização e finalmente as circunstâncias que levaram à guerra do Ultramar no século XX.

Nesta conformidade, julgamos que os objectivos propostos para a Conferência foram plenamente atingidos. Uma conferência desta natureza é sempre longa e com diversidade temática, o que dificulta a assimilação imediata de tudo o que foi proferido e debatido. Iremos ter a oportunidade de aprofundar o nosso conhecimento quando da publicação das comunicações que hoje aqui tiveram lugar.

### **O Sentido da Presença**

A história da presença portuguesa em África faz parte da nossa identidade nacional, porque se não poderão apagar da nossa memória colectiva os eventos, as atitudes, o pensamento, os ensinamentos, as experiências acerca dessa presença.

Louvaram-se os navegadores portugueses que se aventuraram nos oceanos até aí desconhecidos para os ocidentais, com toda a justiça. A Historiografia Ocidental foi assim dividida em dois períodos: o período antes de Gama e o período “pós-gâmico”. A acção da descoberta é pioneira da globalização que só viria a ter expressão abrangente no século vinte. Isso sempre foi, e sempre será, motivo de orgulho para todos os Portugueses.

Receberam-se com todas as galas na Metrópole os militares expedicionários que colocaram a bandeira de Portugal nos sítios mais recônditos, em particular aqueles que tiveram que lutar contra forças estrangeiras, ou contra forças locais incentivadas e apoiadas por países europeus. A toponímia portuguesa demonstra o apreço que a Nação prestou a esses heróis que prestigiaram, não só as Forças Armadas mas principalmente o País. A população portuguesa prestou-lhes na altura o seu profundo reconhecimento, e continua a prestar tributo de homenagem à sua memória

Contudo, o registo das acções heróicas, na defesa da soberania nacional nos territórios ultramarinos, levadas a cabo por agentes do Estado ou por particulares, em condições quase simétricas em termos de capacidade militar ou de armamento, assim como não existe um registo muito claro do papel desempenhado pelo colonizador anónimo, o que trabalhava a terra ou explorava um negócio. Os actos destes verdadeiros aventureiros e heróis está menos presente na memória nacional, e não raro a sua acção é vilipendiada ou desvalorizada com epítetos que não têm correspondência com uma apreciação isenta da realidade, na esmagadora maioria das situações. Foram comerciantes, missionários, funcionários administrativos, militares

indígenas e metropolitanos, que se transcenderam face às dificuldades de toda a ordem, entre elas a hostilidade de opositores que criaram a percepção, por si ou por influência de outras forças, de que os portugueses constituíam uma ameaça ao seu modo de vida ou aos seus interesses, por serem estranhos. Em muitas destas circunstâncias, que a História deverá iluminar, para além dos interesses particulares e da questão da sobrevivência pessoal havia na motivação desses heróis um sentimento pátrio nem sempre bem compreendido.

Alguns historiadores estrangeiros usam começar a descrição da presença portuguesa em África por se referir ao que designam como o mito português dos quinhentos anos, querendo significar com isso que o contacto com as populações indígenas foi muito superficial durante uma grande parte desse período.

Sem pôr em causa que a malha de ocupação foi muito variada de território para território, e dentro de cada um de região para região, será necessário no entanto sublinhar que houve presença e soberania em todo o espaço reivindicado por Portugal ao longo de todo o tempo – a prova que assim foi, reside no facto de que na grande maioria das vezes em que houve disputa de fronteiras com as outras potências coloniais, o julgamento isento privilegiou o argumento dos direitos históricos. Além disso, os conceitos de território e de posse eram relativos; ninguém iria reivindicar um território que não servisse um dado propósito, e a ideia de Nação estava ainda muito longínqua.

Outros historiadores, na mesma senda, colocam o problema da colonização portuguesa em contraste com a colonização romana na Europa ou com a colonização árabe no Norte de África, relevando aspectos positivos nestas e aspectos menos conseguidos naquela. A razão da referência é de que a diferença civilizacional e económica entre Roma ou Arábia e os povos europeus e do Norte de África daquele estaria ao mesmo nível da diferença entre a Europa, ou os Portugueses, e África, no tempo dos Descobrimentos.

As formas de aproximação dos Portugueses aos povos africanos foram de facto muito diferentes daqueles que Roma praticou, que foram essencialmente baseadas na força para a imposição de um direito e no estabelecimento de várias categorias de cidadãos e de cidades ou colónias – será sempre muito questionável julgar qual delas terá sido a mais elevada. Pelo menos no início, a forma de conquista não foi aquela adoptada pelos Portugueses; com o evoluir do tempo, a conquista tornou-se de facto numa necessidade para se constituir um Estado, ou criar um espaço de soberania. A colonização portuguesa foi progressiva, ou tardia, até porque não existiria a força necessária para adopção do figurino clássico.

Outros historiadores colocam nas primeiras linhas das suas exposições as questões da escravatura e do trabalho forçado, segundo uma perspectiva fundamentalista, e quase sugerindo que estes lamentáveis fenómenos tenham sido criação portuguesa. A noção, hoje perfeitamente aceite, de que o trabalho constitui o factor do desenvolvimento dos povos, não estava generalizada em África, à data da chegada dos Portugueses.

Salvo o devido respeito, estas posições parecem denotar um preconceito, ou uma ausência de conhecimento da idiosincrasia portuguesa que deveria ser tida em conta na escolha e interpretação dos documentos disponíveis.

## **A Estratégia Nacional**

Houve uma intenção estratégica clara por parte do Reino de Portugal na ocupação que se seguiu à descoberta.

Era preciso, em primeiro lugar, garantir o domínio da costa, constituir portos seguros e áreas de ocupação que não estivessem muito afastadas, para permitir um interface relativamente fácil. Face ao desconhecido, era necessário prosseguir com prudência e garantir a retaguarda.

Em alguns casos, a seguir à chegada à costa procedia-se imediatamente à infiltração fluvial, para exploração; esta operação tinha que ser feita com meios muito limitados, correndo riscos enormes – alguns destes exploradores não regressaram, outros passaram por dificuldades e sacrifícios de toda a ordem. O objectivo era conhecer a geografia, encontrar pessoas e recursos materiais, potenciar situações de negócio existentes, criar novas fontes de riqueza. Nos casos em que se encontravam populações impunha-se a conquista prévia das mentes de forma pacífica. O invólucro civilizacional, como alguém já lhe chamou, que justificava a empresa, era a Cruzada contra o Islão – a procura do Reino Cristão do Prestes João foi durante um certo tempo uma ideia fixa na busca de um aliado.

A segurança da costa começou por ser pensada e executada a partir das ilhas. Havia razões para esta preocupação, pois outras potências ocidentais, seguindo na esteira dos Portugueses, começaram a desafiar os interesses que se tinham conseguido atingir com grande esforço. Arguim controlava a costa ocidental norte, Cabo Verde controlava até à Guiné, S. Tomé controlava Angola, a ilha de Moçambique controlava a costa oriental africana, os pontos adquiridos na costa oriental africana, na Arábia e no continente indiano controlavam o Índico.

É um facto que a ocupação do continente africano pelos portugueses foi relativamente lenta, ao contrário do que aconteceu com os arquipélagos. É preciso não esquecer que Portugal tinha uma população de menos de dois milhões de pessoas e um espaço descoberto para explorar incomensurável. Para além desse facto, na lista de prioridades o Brasil assumiu o primeiro lugar. Convém recordar que a tentativa de ligar, por rota continental, o Oceano Atlântico com o Oceano Índico, foi uma ideia muito mais antiga que a do mapa cor-de-rosa.

As formas de ocupação foram muito diferentes daquelas que foram adoptadas no Brasil. A feitoria e a fortificação eram os pontos de expansão. Dos contactos iniciais ficou muito claro que aquilo em que Portugal tinha massa crítica era a navegação pelo mar, que poderia substituir com muita vantagem as rotas pelo deserto, e a capacidade de negociar, a perspectiva de expansão dos mercados incipientes. Portugal não tinha massa crítica para uma oferta de produtos que permitisse uma relação comercial sustentada e fortemente competitiva; só o passou a ter com o desenvolvimento dos arquipélagos, e em especial do Brasil. A mais-valia dos Portugueses, à época, era a navegação marítima donde resultava a criação de rotas alternativas muito mais seguras e lucrativas do que aquelas que estavam estabelecidas, de forma incipiente, diga-se, através do continente. Neste contexto, os Portugueses procuravam os negócios potencialmente existentes para entrar neles, potenciando-os com a navegação e a sua experiência comercial. O mito da prata em Angola, ou a realidade do ouro na costa ocidental africana foram motivos que levaram a uma certa penetração no continente.

Várias foram as modalidades de comércio adoptadas, sendo que em todas elas existia o controlo efectuado pela Coroa. No século XV os Portugueses chegaram ao

centro da Líbia, do Mali, e antes de meados do século XVI exploraram o Congo e o Norte de Nagola, e chegaram à Rodésia e ao reino do Monomotapa. No início do século teve lugar a colonização de S. Tomé e Príncipe assim como já tinha ocorrido a de Cabo Verde. Na Guiné foram estabelecidas feitorias ao longo dos rios Casamansa, Cacheu, Geba logo nos princípios do século XVI, e posteriormente em outros rios, principalmente no Rio Grande de Buba.

Em 1482 começou a edificar-se a primeira colónia de S. Jorge da Mina, essencialmente para o comércio do ouro, com quinhentos homens de armas e cem artífices, que se constituiu como capital de todos os estabelecimentos do Golfo da Guiné que já eram em número apreciável.

Em Angola foi o negócio do sal o que inicialmente atraiu os Portugueses, pois o sal era nessa altura o recurso mais procurado, constituindo-se não só como produto alimentar mas também como moeda. As minas do sal de Quisama, a sul do rio Quanza, já no interior, constituíam o objectivo a que se impunha chegar, o que não foi fácil, dada a resistência dos Imbangala que entretanto tinham entrado em Angola

Em 1490 é enviada uma missão ao Congo, a pedido dos indígenas, com o objectivo de estabelecer uma aliança política. De facto, o Congo foi um protectorado português por mais de um século e um centro de evangelização cristã.

Logo em 1505 se construíram e guarneceram fortalezas em Sofala e Quíloa, a seguir na ilha de Moçambique, e se estabeleceram feitorias em Zanzibar, Melinde, Lamu, Sena, Tete, Quelimane e Inhambane, e o explorador e comerciante português Lourenço Marques estabeleceu contacto em 1544 com os povos da baía que viria a ter o seu nome, assim como a cidade aí construída. A partir de Sofala e seguindo o rio Zambeze se iniciaram expedições e se estabeleceram as feitorias referidas.

Paulo Dias de Novais chegou a Angola em 1575 com 700 pessoas, fundou Luanda e mais três fortalezas. Até ao fim do século aqui morreram mais de 2.000 soldados portugueses, a grande maioria por doença. Criou-se até o medo de que Angola era inóspita para os ocidentais, pelas doenças incontroladas, pelas razias que provocavam – este estigma povoou a mente de muitos portugueses durante muito tempo, até à descoberta da cura e de sítios mais agradáveis para viver, no planalto. Algum tempo depois do estabelecimento da colónia portuguesa, os Holandeses invadiram Angola e S. Tomé. Uma forte Armada de 25 navios saída do Brasil em 1647 sob o comando de Salvador Correia de Sá com cerca de 900 soldados expulsou os holandeses de todos os pontos que tinham ocupado militarmente. Nesta operação morreram mais de 200 combatentes. A seguir, a conquista assumiu uma nova dinâmica e até ao fim do mandato de Salvador Correia de Sá foi tomada uma grande parte do interior.

### **Os Primeiros Contactos e as Movimentações dos Povos Africanos**

A presença dos portugueses no interior do continente africano precedeu, em alguns casos, a presença de outros povos, como foi por exemplo o caso dos Fulas na Guiné, de alguns ramos bantus no norte de Angola, o reino do Congo só foi criado no século XIV, o reino quimbundo de Ndongo foi constituído no século XV; a expansão zulu para o norte, em Moçambique foi posterior à chegada dos portugueses ao litoral (o reino de Gaza só foi constituído a meados do século XIX).

Durante o século XVI inúmeras vagas de povos irromperam na Angola Oriental e Cenral; o reino de Cassanje, composto pelos imbangalas teve origem no Catanga e estabeleceu-se a norte e a leste do Cuanza, no vale do Cuango, entre 1540 e 1600;

chegaram à zona de Luanda em 1576 e opuseram-se à penetração portuguesa. Contudo, na primeira expedição ao reino do Congo as forças portuguesas incluíam já muitos combatentes imbangalas. Os jagas (há quem considere os jagas como outra designação dos imbangalas; parece-nos que as infiltrantes duns e de outros são diferentes) invadiram o reino do Congo na década de 1560. A expansão dos quiocos resultou na tomada de Mussumba, a capital da Lunda, na década de 1880. Os ovimbundos deslocaram-se em vagas para Nagola entre 1500 e 1700, e a sua unificação só se verificou em finais do século XVIII. Os cuanhamas só se consolidaram como reino a meados do século XIX.

Parece-nos paradigmática para a questão da presença portuguesa em Angola a forma como se estabeleceu o relacionamento dos portugueses com o reino do Congo, nas últimas décadas do século XV. Este reino havia sido constituído cerca de cinco gerações antes da chegada dos portugueses em 1483 – estes contactos começaram por ser de natureza religiosa, o que levou à conversão do Rei ao catolicismo, à sua declaração voluntária de vassalagem perante o Rei de Portugal e ao início de um processo de aculturação resultante do envio de elites congolezas para Portugal e para a Europa – o primeiro bispo de raça negra formou-se nas escolas portuguesas nessa época. Entretanto, o reino do Congo é atacado pelas tribos Jaga. A primeira expedição militar portuguesa dentro do continente africano foi justamente a de apoio ao Reino do Congo; era composta por cerca de 600 homens e comandada pelo Capitão General de S. Tomé, que destróçou as forças Jagas e repôs no poder o Rei do Congo – uma grande parte destes homens ficou no Congo como colonos, dedicados à agricultura e ao negócio, e também como mercenários, constituindo a primeira comunidade luso africana em Angola. Na dependência do Reino do Congo vai-se desenvolvendo uma província em redor do Soio.

Em 1575 dá-se o estabelecimento da primeira colónia em Luanda e progressivamente vai-se criando uma rivalidade entre o Reino do Congo e esta colónia, em vários domínios, incluindo o religioso, em determinados períodos. Esta rivalidade traduziu-se em guerra aberta em 1622, onde o Rei do Congo foi derrotado. Pouco tempo depois os holandeses, que tinham trazido consigo missionários calvinistas e que se tinham instalado comercialmente em Soio, decidem atacar as posições portuguesas com uma força militar de cerca de 2.000 homens; o Reino do Congo tomou opção pelos holandeses, depois de muitas dúvidas quanto à interpretação da situação, e perdeu; o Soio obteve a independência. A colónia de Luanda, depois de expulsos os holandeses, decide vingar o reino do Congo e lança um ataque vitorioso em 1665. As forças portuguesas participaram ainda na disputa entre o Soio e o Congo, tendo tido um primeiro sucesso e a seguir uma pesada derrota - o equilíbrio de forças fez manter a paz entre estas três entidades durante um período de tempo relativamente longo. O que importa aqui ressaltar é a cooperação inicial entre o reino local e os portugueses, a participação destes nas lutas políticas internas, o conflito religioso europeu transposto para África, entre católicos e protestantes, o envolvimento do Vaticano, as ideias sobre o papel da religião no governo dos Estados, o conflito entre unidades políticas africanas e entre unidades políticas europeias.

Por quase toda a África, as lutas entre reinos e etnias eram frequentes, mesmo depois da presença portuguesa, e em determinados períodos. Nem sempre a força portuguesa foi suficiente para dirimir esses conflitos e para criar condições de estabilidade.

Com efeito a acção de ocupação, ou de conquista, obtida fundamentalmente pela negociação, no seu início, e pela força numa fase mais adiantada, em situações muito específicas, assim como a continuidade dessa acção durante cerca de cinco séculos, nas áreas estratégicas, não parece que tenha sido suficientemente valorizada. Pelo contrário, muitas vezes o que é relevado são os aspectos considerados negativos à luz dos valores actuais, como foi o caso da escravatura, do trabalho forçado, do pagamento de impostos entre outros.

O primeiro argumento normalmente usado para desvalorizar a presença portuguesa em África é o de que essa presença se resumiu a pouco mais de cem anos, desde que foram reconhecidos os direitos históricos portugueses pela comunidade internacional e desde que o Estado Português cumpriu com os princípios saídos da Conferência de Berlim de 1884/1885 ao garantir a capacidade para exercer a autoridade soberana nos territórios ultramarinos. Este argumento pretende fazer esquecer os conceitos de território ou de espaço de interesse então vigentes, ignora a expressão demográfica tanto da Metrópole como de África, as estratégias que se tiveram que desenvolver para a defesa de posições ameaçadas pela presença de outras forças europeias que seguiram na esteira dos navegadores portugueses – em alguns pontos do interior, a presença portuguesa antecedeu a chegada de povos africanos. Alguns exploradores portugueses antecederam em séculos os exploradores europeus na descoberta de África, mas foi o relato destes que vingou, o dos portugueses foi esquecido por falta de massa crítica, ou de poder, para o divulgar. Foi a competição europeia em África que levou à necessidade da conquista, do domínio do homem branco e do estabelecimento de fronteiras – onde antes havia cedência ou diálogo face à resistência passou a haver confrontação para a imposição da bandeira portuguesa. De facto, a colonização foi tardia em alguns territórios, e quase imposta, o que não significa que não tenha havido contacto, trocas de experiências, exportação de ideias civilizadoras.

Foi a revolução industrial europeia que reforçou a busca de matérias-primas e com ela a necessidade de ocupação. É neste contexto que surgem as chamadas guerras de pacificação que irão ocupar boa parte dos séculos XVIII e XIX, e que nalguns casos ainda prosseguiram nas primeiras décadas do século XX. Nestas guerras nem sempre as forças portuguesas saíam vencedoras, e muitas vezes sofreram pesadas baixas.

Na Guiné, a fortaleza de Bissau foi tomada várias vezes pelos Papéis e Grumetes, e a sua reconquista, feita com auxílio dos franceses, produziu baixas não quantificadas, apenas se sabendo que nela morreram dois capitães, um tenente e um alferes. Em 1874 dá-se o grande desastre de Bolor onde morrem cerca de 50 soldados e dois oficiais. Em 1897, numa das operações no Oio a força portuguesa de mais de cinquenta militares foi completamente destruída, incluindo os dois oficiais que a comandavam.

De uma forma geral, toda a África portuguesa se manteve relativamente tranquila até ao século XVIII. Os símbolos da soberania eram a bandeira, as forças militares e as autoridades civis. Os agentes do desenvolvimento eram civis, que labutavam em diversos domínios e nos sítios onde se sentiam seguros. A partir desta data começam a verificar-se disputas entre etnias, em que as forças portuguesas se colocam inicialmente numa posição neutral, posição essa que virá a ser insustentável. Procurando segurança e estabilidade, as forças portuguesas, incluindo agentes da Administração e civis, passam a ter que exercer a força e a desenvolver acções de

pacificação em escala cada vez maior. De acções típicas de polícia passou-se a acções de guerra, de exércitos contra exércitos, a lutar muitas vezes com armas iguais ou mesmo em inferioridade. O alargamento da área de acção implicou naturalmente muitos sacrifícios, porque ao tempo a logística não tinha grande prioridade e os recursos eram pouco mais que exíguos.

O exercício da soberania passou a ser um requisito fundamental para a estabilidade em todo o território ao alcance das forças portuguesas.

Os territórios portugueses em África foram desde o início objecto de disputas, de cobiças, de desafios internos à soberania. Os ataques mais significativos provieram das forças de expansão de outros impérios europeus, com intensificação especial no século XIX, e que se prolongaram até ao final da 1ª Grande Guerra, incluindo tentativas de partilha, a mais importante das quais foi a que se fixou no Acordo de 1913 entre a Inglaterra e a Alemanha.

A corrida à África na lógica imperial europeia da última metade do século XIX, constituiu uma das mais sérias ameaças aos territórios portugueses nesse Continente, o que levou Portugal, país pequeno e periférico, a intensificar a via diplomática, que acabou por convencer Bismarck a convocar a Conferência de Berlim em 1884 – para além de resoluções pontuais de definição de fronteiras, o que a Conferência disse foi que quem quisesse exercer soberania teria que demonstrar que tinha força para isso, que era capaz de manter a autoridade. Em conclusão, as disputas entre potências europeias intensificaram-se, e algumas das campanhas ditas de pacificação enquadravam-se muito melhor na aplicação dos princípios saídos da Conferência. As Campanhas Africanas Portuguesas deste período, que vai até ao final da Grande Guerra, saldaram-se por uma vitória nacional e por momentos de glória para as forças militares portuguesas, embora com custos muito significativos. Mas antes das chamadas campanhas africanas com os meios militares de reforço, ou forças expedicionárias, não deverá ser esquecido o sacrifício de inúmeros portugueses que lutaram nos sertões africanos, em condições de muito maior dificuldade, para manter a bandeira portuguesa a flutuar.

Foi por receio da partilha ilegítima dos territórios portugueses por outras potências, entre outros factores, que Portugal entrou na Grande Guerra, donde saiu com pesadas baixas, mas do lado dos vencedores.

As ideias ou os apelos à colonização saídos da Conferência de Berlim cedo começaram a ser contraditadas, curiosamente do lado da novel Nação Americana. As propostas do Presidente Wilson para o fim da Grande Guerra, os célebres catorze pontos, tinham já o germe para a corrida descolonizadora, em especial o seu ponto cinco. O efeito produzido manifestou-se apenas em alguns círculos intelectuais. Contudo, estas ideias não mereceram a aprovação das elites e das autoridades europeias.

Na Carta do Atlântico, o Presidente Americano volta a insistir na questão, defendendo o direito à autodeterminação de todos os povos. Os líderes europeus voltaram a ignorar a questão, que tinham aceite apenas para garantir o envolvimento americano na guerra.

A colonização trouxe algum progresso aos territórios. Construíram-se cidades, foi sendo ministrado ensino a uma pequena parte da população, e foi-se criando uma pequena elite. Alguns africanos frequentaram universidades ocidentais. Os valores ocidentais foram sendo assimilados, tendo começado a surgir, em núcleos muito restritos, um conceito de Nação Africana, para além da ideia de etnia. E neste

contexto, as ideias de libertação nacional, de associação do Estado à Nação, criadas e desenvolvidas no Ocidente, para terem aplicação na Europa, começaram timidamente a serem transpostas para África, por via dos africanos que estudavam no Ocidente e também por via daqueles que tinham sido chamados a servir nas forças militares europeias durante as guerras mundiais.

Desde o final da Segunda Guerra que começaram a surgir movimentos de intelectuais e declarações de políticos no sentido da saída dos europeus do Continente Africano, de se proceder à descolonização, com base nos princípios da igualdade racial, do auto governo dos povos e da democracia.

No final da guerra as potências ocidentais perderam poder ao ponto de serem incapazes de sustentar a totalidade dos seus impérios. E foi fundamentalmente esta razão, a ausência da força imperial, que permitiu a agitação dos movimentos de emancipação e a criação de instabilidade nos territórios, que levou, por exemplo, à independência da Índia, em 1947, momento determinante do início da corrida da descolonização.

A Conferência de Bandung em 1955, entre a Ásia e os cinco países africanos, foi outro evento que despertou os movimentos africanos, na sequência da ideia de pan-africanismo nascida nos Estados Unidos da América logo em 1945.

As grandes potências europeias, face ao alastramento destas ideias e na avaliação dos seus factores de poder, criaram a percepção de que os custos resultantes da administração dos territórios e da resolução dos conflitos que neles nasciam, superavam os benefícios económicos e estratégicos, e convenceram-se que seria possível continuar a manter essas vantagens num quadro de influência pós-independência. Nesta visão, a independência seria apenas um pró-forma.

É neste contexto que em 1960 se criaram 20 estados africanos, imediatamente aceites na Organização das Nações Unidas. Esta Organização, muito influenciada pelas posições destes novos estados, apelava às potências administrantes dos chamados territórios dependentes para promoverem o desenvolvimento das populações indígenas, e para estabelecerem as formas apropriadas de auto governo. Muito rapidamente evoluiu para um apelo à independência – isto é, a Assembleia Geral criou a convicção de que a promoção e desenvolvimento dos povos só poderia ter lugar através da independência política, primeiro a independência depois o desenvolvimento.

Portugal, assim como outros países ocidentais, tinha uma posição diferente:

– Em primeiro lugar reivindicava um direito histórico de posse, à semelhança do que tinha feito em relação a outras potências europeias durante a corrida imperial do século XIX;

– Em segundo lugar, Portugal invocava o facto de existir muito sangue português derramado em África e por África, como foi o caso das campanhas de pacificação e de luta contra outros ocupantes europeus, assim como o caso do desastre da Grande Guerra;

– Em terceiro lugar, Portugal considerava que o espírito que tinha presidido à presença portuguesa em África não se compaginava com os motivos que levaram outras potências a ocupação muito mais recente, insuficiente para um encontro civilizacional mais profundo;

– Em quarto lugar Portugal não partilhava as ideias daqueles que entendiam que os custos da manutenção deveriam ser o factor determinante para o abandono, e

entendia que deveria assumir a responsabilidade da promoção dos povos no quadro da soberania política existente;

– Em quinto lugar, Portugal defendia que os territórios, embora não sendo contíguos à Metrópole faziam parte integrante do território nacional, de acordo com a Constituição da República, e que tinha como desígnio político a manutenção de um território pluricontinental e de uma sociedade multirracial, o que constituía objeto do seu conceito estratégico (Portugal nunca afirmou nas Nações Unidas que tinha colónias, e como tal considerava-se isento de responder aos quesitos postos pela Organização);

– Por último havia uma razão pragmática: Portugal entendia que a uma hipotética declaração de independência se seguiria o caos, e que nesta circunstância deveria ser responsável pela segurança das pessoas que residiam nos territórios e aí tinham as suas vidas legitimamente organizadas (o que se passara no vizinho Congo constituía então um exemplo que ilustrava claramente esta posição).

Esta divergência de pontos de vista conduziu a um certo isolamento internacional do regime português, atenuado no entanto pela continuidade das relações normais com alguns países europeus, e pelo enorme esforço da diplomacia.

Na Assembleia das Nações Unidas Portugal era sistematicamente atacado, num cenário penalizante de guerra de informação; no Conselho de Segurança as coisas não se passavam da mesma forma, apesar da hostilidade americana contra a posição portuguesa no tempo da Administração Kennedy.

Apesar de não se considerar abrangido por esta onda internacional, é evidente que o regime português não se poderia declarar imune a ele. O sistema internacional tinha mudado substancialmente, em virtude do aumento brusco do número de actores e do contexto de guerra fria cada vez mais intenso, e com esta mudança as dificuldades para Portugal deveriam aumentar.

Era um facto conhecido que se iam criando nos territórios portugueses, e no seu exterior, de forma um tanto incipiente, movimentos orientados para a independência desses territórios. Estes movimentos, apoiados e incentivados por uma grande parte da comunidade internacional, passaram a receber também apoio material, em particular armamento, e a desenvolver capacidade militar significativa.

Perante estes factos, a situação passou a ser tensa nos territórios portugueses, em particular logo a seguir aos acontecimentos no Congo, que envolveu também muitas vítimas portuguesas e obrigou à execução de uma ponte aérea para a sua recuperação para Luanda. A soberania portuguesa passou a ser desafiada com armas na mão, e o confronto militar era inevitável. A decisão política foi no sentido inequívoco de se enfrentar este desafio, e as Forças Armadas assumiram essa missão.

Como é evidente, a política ultramarina teria que ser coerente com os princípios defendidos por Portugal nos areópagos internacionais e as Forças Armadas deveriam ser preparadas para enfrentar os desafios que se perfilavam no prosseguimento da política definida nas instâncias próprias.

